

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

*Benedicto Emmanoel Ferreira*

*A Fiscalização da Disposição Final dos Resíduos Sólidos  
Domiciliares Urbanos no Município de Vitória-ES: Um  
Estudo de Caso*

Florianópolis, outubro de 2001

BENEDICTO EMMANOEL FERREIRA

**A FISCALIZAÇÃO DA DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS  
DOMICILIARES URBANOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES: UM ESTUDO  
DE CASO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

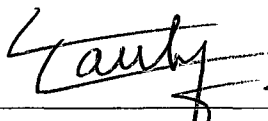
Orientador: Prof.º Dr. Christian Guy Caubet.

Florianópolis, outubro de 2001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A Dissertação **A FISCALIZAÇÃO DA DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES: UM ESTUDO DE CASO**, elaborada por **Benedicto Emmanoel Ferreira**, foi julgada adequada pelos membros da Banca Examinadora, para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final, pelo Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos seguintes professores:



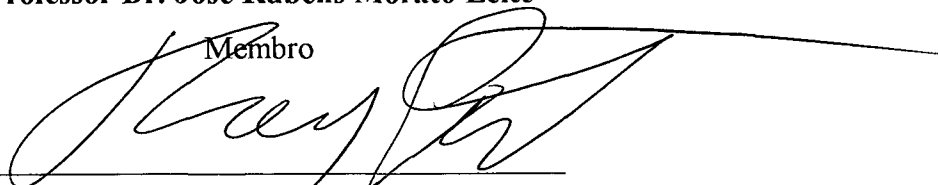
**Professor Dr. Christian Guy Caubet-Presidente**

**Orientador**

Coordenador do CPGD/CCJ/UFSC

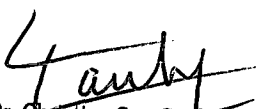
**Professor Dr. José Rubens Morato Leite**

Membro



**Professor Dr. Rogério Portanova**

Membro



Prof. Dr. Christian Guy Caubet  
Coordenador CPGD/CCJ/UFSC

Florianópolis, outubro de 2001

*Dedico este trabalho à minha esposa Maria Herminia, pelo seu companheirismo e compreensão, às minhas filhas Márcia Valéria, Anna Krishina e meu filho Emmanoel. A meus pais “in memóriam” Marietta e Deosdeth; ao meu sobrinho Roger, um futuro brilhante advogado que em muito me auxiliou na confecção desta obra; às Professoras Luciana Tatagiba, Gilne Berssan e Patrícia Berssan; ao Professor Carlos Alberto Pimentel Uggeri, pelo incentivo; aos Vereadores Rafael Mussiello e Dermival Galvão e ao Sr. Manoel Correia da Silva Filho, pela cessão de documentos e informações vitais a realização deste trabalho; aos professores doutores José Rubens Morato Leite e Rogério Portanova, membros da banca, e ao Professor Dr. Christian Guy Caubet, que acreditou em minha capacidade e que me ajudou no enriquecimento da pesquisa, com simplicidade, atenção e desvelo, características de sua personalidade.*

*Agradeço a Deus e as pessoas que me ajudarem neste trabalho.*

*Ao Dr. José Luiz Dantas da Silva, presidente da SEDES, pelo incentivo constante; a Sandro e Gabrielle que me auxiliaram em muito nesta monografia e à minha Irmã Suenir, pelo constante incentivo.*

*“Constitui um erro acreditar que foi somente o homem dos nossos dias, que cometeu as mais graves infrações no campo da defesa ecológica”.*

*Liebmann*

## GLOSSÁRIO

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- CCMA** - Conselho Consultivo do Meio Ambiente (Órgão de Assessoramento da SEMA).
- CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente.
- FATMA** - Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
- IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPT** - Instituto de Pesquisas Tecnológicas (SP).
- ONGs** - Organizações Não-Governamentais.
- PDU** - Plano Diretor Urbano de Vitória-ES
- PMV** - Prefeitura Municipal de Vitória-ES
- PNMA** - Política Nacional do Meio Ambiente.
- SEAMA** - Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente-ES
- SEMA** - Secretaria Especial de Meio Ambiente.
- SEMMAM** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Vitória-ES.
- SEMPLA** - Secretaria Municipal de Planejamento de Vitória-ES
- SEMURB** - Secretaria Municipal de Serviços - Vitória-ES.
- SISNAMA** - Sistema Nacional de Meio Ambiente.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 - Dados sobre coleta de lixo no Brasil.....</b>	<b>65</b>
<b>TABELA 2 - Regiões metropolitanas e respectivos números de municípios.....</b>	<b>66</b>
<b>TABELA 3 - Quantidade Total de Resíduos Sólidos.....</b>	<b>89</b>
<b>TABELA 4 - Controle de Recebimento de Lixo Domiciliar Urbano.....</b>	<b>90</b>
<b>TABELA 5 - Controle de Saída de Rejeitos e Descarte.....</b>	<b>91</b>
<b>TABELA 6 - Quantidade Total de Resíduos de Serviço de Saúde Destinado ao Aterro Sanitário.....</b>	<b>91</b>
<b>TABELA 7 – Média Mensal de Resíduos Sólidos Residenciais e Comerciais Coletados por Região Administrativa.....</b>	<b>92</b>



## **LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS**

<b>QUADRO 1 - Origem e Responsabilidade pelo gerenciamento do lixo.....</b>	<b>53</b>
<b>QUADRO 2 - Situação do Lixo.....</b>	<b>63</b>
<b>QUADRO 3 - Situação do lixo.....</b>	<b>64</b>
<b>GRÁFICO 1- A Situação do Lixo no Mundo.....</b>	<b>62</b>

## RESUMO

A questão ambiental e toda a sua problemática está vinculada às condições de qualidade de vida em todo o mundo, tornando necessários estudos aprofundados, reflexivos e críticos da mais alta relevância, para o seu entendimento, dimensionamento e descoberta das possíveis soluções.

A precariedade dos serviços urbanos é tão evidente que, para entendê-la e estudá-la, se faz necessária uma incursão pelas várias áreas do conhecimento teórico e prático.

A presente pesquisa buscou enfocar a questão dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, no Município de Vitória (ES), através de uma análise da fiscalização da disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, já que a disposição fora dos padrões adequados cria problemas que influenciam diretamente o bem estar social, tornando-se parte da crise vivencial, pela qual vem passando a humanidade.

Na primeira parte, tratou-se do tema *O Estado e o Controle Ambiental*, onde se procurou compreender o papel do Estado como definidor do contorno jurídico de direitos; a importância dos preceitos legais para o Direito Ambiental; a competência Ambiental da União, dos Estados e dos municípios, os Princípios Fundamentais do Direito Ambiental Brasileiro e a Política Nacional do Meio Ambiente, para uma melhor visualização de como o município adquiriu a competência para tratar de assuntos do meio ambiente.

Em um segundo momento, descreveu-se o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos, evocando-se sua gestão, conceituando-o, e apresentando-o nas suas diversas fases de implantação, de forma descritiva e sistemática, assim como o conceito de resíduos sólidos, sua composição; sua classificação e seus impactos.

Em um terceiro momento, foi realizado um estudo de caso, onde são apresentados os aspectos metodológicos: o método de abordagem, as técnicas de

pesquisa, o processo de coleta de dados e os instrumentos empregados na investigação empírica. Efetivou-se, também, a análise de resultados para a conclusão do objetivo final do trabalho, que é responder à questão condutora da dissertação, ou seja, se a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) *tem fiscalizado de forma adequada a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos*.

Na parte relativa às Considerações Finais, mostra-se a conclusão da pesquisa, apresentando-se os impactos da fiscalização da disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos do município de Vitória (ES), sobre a qualidade de vida da comunidade dispondo-se os pontos positivos e negativos do que foi pesquisado, consignando-se as sugestões necessárias.

## RESUMEN

La cuestión del medio ambiente y su problemática se vincula a la calidad de condiciones de vida por todo el mundo, haciéndose necesarios estudios profundizados reflexivos y críticos de la más alta relevancia, para su entendimiento dimensionado y descubierta de las posibles soluciones.

La precariedad de los servicios urbanos es tan evidente que por comprenderla y estudiarla se hace necesaria una incursión por las varias áreas del conocimiento teórico y práctico.

Esta investigación buscó enfocar la cuestión de los residuos sólidos domiciliarios urbanos, en el municipio de Vitória (ES), a través de un análisis de la fiscalización de la disposición final de los residuos sólidos domiciliarios urbanos, en que la disposición fuera de los modelos apropiados crea problemas que influyen directamente el bien estar social, haciéndose parte de la crisis ambiental porque pasa la humanidad actualmente.

En la primera parte se trató del tema El Estado y el Control del medio ambiente, donde se procuró comprender el papel del Estado como el definidor del contorno jurídico de derechos; la importancia de los mandatos legales, la competencia de la Unión, de los Estados y de los municipios, los principios fundamentales del Derecho Ambiental Brasileño y la Política Nacional del Medio Ambiente, para una mejor visualización de como el municipio ha adquirido la competencia para tratar de los asuntos del medio ambiente.

En un segundo momento se describió el Gerenciamiento Integrado de los Resíduos Domiciliares Urbanos enfocándose su administración, sus conceptos y presetándola en sus diversas fases de implantación, de una forma descriptiva y sistemática, así como, el concepto de los residuos sólidos, con posición, la clasificación y sus impactos.

En un tercer momento fue realizado un estudio de caso donde están presentados los aspectos metodológicos; el método de trabajo; las técnicas de investigación; el proceso de coleta de datos y los instrumentos empleados en la investigación empírica. Se ejecutó, también, el análisis de los resultados para la conclusión del objetivo final del trabajo, que es responder la cuestión conductora de la disertación. Es decir, si el Ayuntamiento Municipal de Vitória há estado fiscalizando de una forma apropiada la disposición final de los residuos sólidos domiciliarios urbanos.

En la parte relativa a las últimas consideraciones, la conclusión de la investigación presenta los impactos de fiscalización de la disposición final de los residuos sólidos domiciliarios urbanos del município de Vitória (ES), en la calidad de vida de la comunidad demostrándose los puntos positivos, negativos y argumentativos de la investigación.

## SUMÁRIO

<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>ix</b>
<b>RESUMEN.....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
 <b>CAPÍTULO I</b>	
<b>ESTADO E CONTROLE AMBIENTAL.....</b>	<b>20</b>
1.1 A importância dos preceitos legais para o direito ambiental.....	21
1.2 Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente .....	22
1.2.1 Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA.....	22
1.2.2 Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.....	24
1.2.3 Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA.....	25
1.2.4 Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.....	25
1.2.5 O papel de cada um dos poderes da República com relação ao meio ambiente.....	27
1.3 O Poder de Polícia .....	27
1.3.1 Conceito de Poder de Polícia.....	27
1.3.2 Características da atividade de polícia.....	29
1.4 Competência ambiental da União, dos Estados e dos Municípios.....	29
1.4.1 Competência da União .....	31
1.4.2 Competência Estadual.....	34
1.4.3 Competência Suplementar dos Estados em Matéria Ambiental.....	34

1.4.4 Competência Municipal.....	36
1.5 Princípios Fundamentais do Direito Ambiental.....	38
1.6 Princípios de Direito Ambiental .....	39
1.6.1 Princípio do Direito Humano Fundamental.....	39
1.6.2 Princípio Democrático.....	40
1.6.3 Princípio da Prudência ou da Cautela.....	41
1.6.4 Princípio do Desenvolvimento Sustentado.....	42
1.6.5 Princípio do Limite.....	43
1.6.6 Princípio do Poluidor Pagador.....	44
1.6.7 A Constituição Federal Brasileira de 1988 e o bem difuso....	45
1.7 Considerações Finais.....	47

## **CAPÍTULO II**

### **GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

<b>DOMICILIARES URBANOS.....</b>	<b>49</b>
2.1 Definição de Resíduos Sólidos.....	50
2.1.1 Composição do Lixo.....	51
2.1.2 Origem do Lixo.....	52
2.1.3 Tipos de Resíduos Sólidos.....	52
• Lixo Domiciliar.....	53
• Lixo Comercial.....	54
• Lixo de Serviços Públicos.....	54
• Lixo de Serviços de Saúde e Hospitalar.....	54
• Lixos de Portos, Aeroportos, Terminais Ferroviários e Rodoviários .....	55
• Lixo Industrial.....	55
• Lixo Agrícola.....	55
• Entulho.....	56
2.1.4 Impactos ocasionados pelo Lixo .....	56
2.2 Gerenciamento Integrado.....	58
2.3 Relação homem/natureza.....	59
2.4 A participação comunitária e a conscientização ambiental ao problema do lixo.....	60
2.5 O Lixo no Mundo e no Brasil.....	61

2.6 Desafios do Gerenciamento Integrado do Lixo Municipal.....	65
• Encontrar soluções ambientalmente seguras para os problemas decorrentes da geração do lixo em grandes cidades.....	67
• Encontrar soluções para o lixo gerado em pequenas e médias comunidades com poucos Recursos.....	67
• Encontrar Soluções Para A Relação Água/Lixo.....	68
2.7 Concepção de um Modelo de Gerenciamento de Lixo Municipal.....	69
2.8 Diagnóstico da Situação.....	70
2.9 Conhecimento do Lixo do Município.....	71
2.10 Caracterização do Lixo.....	71
2.10.1 Levantamento preliminar de dados.....	72
2.10.2 Amostragem e preparação da amostra.....	72
2.10.3 Limpeza pública.....	73
2.10.4 Definição de limpeza pública.....	74
2.10.5 Acondicionamento.....	74
2.11 Coleta Seletiva.....	75
2.11.1 Aspectos positivos e aspectos negativos da coleta seletiva..	76
2.11.2 Redução dos custos da coleta seletiva.....	77
2.11.3 Monitoração da coleta seletiva.....	77
2.11.4 Comercialização dos recicláveis.....	78
2.12 Disposição final do lixo.....	79
2.12.1 Vazadouro a céu aberto (lixão).....	80
2.12.2 Aterro Controlado.....	80
2.12.3 Aterro Sanitário.....	81
2.13 Considerações Finais.....	81

### **CAPÍTULO III**

<b>O ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>84</b>
3.1 A Organização.....	85
3.2 Os resíduos sólidos domiciliares urbanos no contexto de Vitória-ES.....	89
3.3 A fiscalização da disposição final do lixo municipal de Vitória-ES: Uma análise de dados.....	93
3.3.1 A Representação.....	97



3.3.2 O Parecer Técnico.....	102
3.3.3 O Vídeo.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos urbanos “lixo” vêm sendo um dos mais sérios problemas enfrentados pela humanidade. Tal problema está diretamente relacionado ao crescimento populacional, exigindo maior produção de alimentos e industrialização de matérias primas, transformando-as em produtos industrializados contribuindo desta forma, para o crescimento da quantidade de resíduos sólidos, com desastrosas consequências para a qualidade de vida da coletividade e para o meio ambiente.

A situação se agrava diariamente e a solução fica cada vez mais difícil, visto que a falta de uma política nacional do meio ambiente adequada aos resíduos sólidos prejudica, sobremaneira, a limpeza urbana.

Por outro lado, o Estado e o indivíduo poluidor não assumem suas responsabilidades sobre o assunto, deixando todos os encargos para o município, que de modo geral não dispõe de condições financeiras, econômicas, técnicas e de recursos humanos, para atendimento adequado aos serviços de varrição, coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos de modo geral.

Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB de 1989, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1992, revelam que, das 241.614 toneladas de lixo geradas diariamente no país, 76% são dispostas a céu aberto, 13% em aterros controlados, 10% em usinas de triagem e compostagem e 1% é incinerado.<sup>1</sup>

A solução desses problemas está intimamente relacionada ao planejamento do sistema de limpeza urbana dos municípios, ou seja, com a adoção de tecnologias adequadas à disposição final desses resíduos.

Assim sendo, necessária se faz a ampliação da tecnologia e novos métodos, para se partilhar globalmente incentivos e informações para conhecimentos adequados

---

<sup>1</sup> A Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – nº 001 de 23 de janeiro de 1986 obriga a realização de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para incineradores de lixo municipal cuja capacidade exceda 40 ton/dia. Para capacidades menores, a elaboração do EIA/RIMA é definida pela respectiva Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

das consequências advindas da problemática "lixo". A capacidade de monitoramento e compreensão do ciclo de poluição e despejo dos resíduos sólidos deve ser desenvolvida.

No entanto, para se chegar a tudo isso, é importante o conhecimento básico e essencial do lixo, considerado como produto da atividade diária do ser humano.

A solução desses problemas está intimamente relacionada com o planejamento do sistema de limpeza urbano dos municípios, que deve indicar o uso de tecnologias adequadas à disposição final desses resíduos.

O art. 30, I e V da Constituição Federal Brasileira de 1988, delegou ao Poder Público Municipal a condição de legislar sobre “ *assuntos de interesse local bem como organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local*”, advindo daí o dever do Poder Público Municipal de gerenciar adequada e integradamente os resíduos sólidos, para articular as ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, econômicos e ambientais.

Sendo o lixo o ponto vulnerável da limpeza pública, há premência de que os órgãos de Saúde Pública e Meio Ambiente, as Prefeituras Municipais, as Universidades, as ONGs do setor e a própria Comunidade assumam sem restrições o grave problema do lixo urbano, com pesquisas para tecnologias de baixo custo, bem como procedendo à orientação e instrução da população, com programas de educação sanitária e ambiental e o ministério de cursos para aqueles que lidam com o lixo e a limpeza urbana.

A pesquisa teve o objeto de realizar uma análise dos aspectos sociais e jurídicos voltados para o meio ambiente, no que se refere aos resíduos sólidos domiciliares urbanos, perspassando pontos importantes, como a interação do Estado com o meio ambiente e como delegador de competências para a gestão ambiental pelo município, assim como a verificação e investigação do tratamento dado pela Administração Pública Municipal de Vitória-ES à fiscalização da disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

Foram utilizadas nas pesquisas as técnicas de documentação indireta, através de pesquisas documentais e bibliográficas sobre o tema, e a documentação direta por meio de observação direta intensiva com funcionários de diversos órgãos públicos envolvidos, tais como: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMAM, Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEAMA, Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis – IBAMA, ONGs e empresas terceirizadas, entre outras.

O exame do Plano Diretor Urbano de Vitória-ES - PDU<sup>2</sup> foi de grande importância para o trabalho.

Partindo do princípio de que o problema do lixo é complexo, inserindo-se num contexto de questões a serem resolvidas de forma globalizada, não se pode conceber soluções que não passem por uma visão interdisciplinar, devendo ser analisada, enfocada e discutida de forma organizada e planejada, numa conjunção de forças que abranja Estado, Empresas Públicas, Empresas Privadas, ONGs, Comunidades e todos os demais segmentos, para que, em conjunto se possa criar uma consciência para ações adequadas que beneficiem a sociedade como um todo.

---

<sup>2</sup>Prefeitura Municipal de Vitória -Lei 4.167/94. Plano Diretor Urbano de Vitória-ES-PDU. Coordenação: Maria de Lourdes da Silva Oliveira. SEMPLA.

## CAPÍTULO I

### ESTADO E CONTROLE AMBIENTAL

Tem o presente tópico a finalidade de situar através de análise de contexto jurídico-ambiental na esfera de normas constitucionais e infra-constitucionais inerentes à matéria, o papel intermediário do Estado no conflito de direitos, no qual as disposições de proteção ao meio ambiente encontram-se delineadas.

Dentro dessa abordagem, faz-se um exame dos contornos jurídicos desses direitos e interesses de índole social, em vista da condição jurídica do *meio ambiente* como *bem de uso comum* e o necessário zelo a se observar na sua preservação, se necessário, até pela via do Poder de Polícia.

O Direito Ambiental é a essência deste trabalho e não se poderia estruturar este capítulo sem a presença de temas obrigatórios como: Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente, que é a própria origem do direito ambiental brasileiro; o papel de cada um dos Poderes da República com relação ao meio ambiente; o Poder de Polícia; os Princípios fundamental e ambiental e a Competência para a gestão ambiental, parte importante do trabalho, que irão consubstanciar o Capítulo III, que fala da fiscalização da disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

O art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece que: “*o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*”.<sup>3</sup> Assim, ao enunciar como essencial a qualidade de vida, recepcionou o conceito de meio ambiente estabelecido na lei 6938/81, quando diz que “*é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*” (Artº 3º, I)<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> BRASIL - Constituição Federal de 1988. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. (Coleção Saraiva de Legislação). São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

<sup>4</sup> FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e legislação aplicável*. São Paulo: Max Limonadi, 1999, p. 127.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 elevou o meio ambiente à condição jurídica de *bem de uso comum*, atribuindo à coletividade e ao próprio Poder Público o dever de zelar pela sua proteção e preservação. Certamente que, para tal tarefa ser executada a contento, é preciso a existência de instrumentos legais capazes de torná-la viável. O poder de polícia é um dos principais mecanismos postos à disposição do Estado para a defesa do meio ambiente.

Consoante ANTUNES:

*Um dos mais importantes aspectos do sistema legal de proteção ao meio ambiente é, exatamente, o estabelecimento de contornos jurídicos dentro dos quais os direitos e garantias individuais podem ser exercidos. O contorno jurídico dos direitos individuais resulta em grande parte da atividade de polícia exercida pelo Estado, segundo os critérios legais previamente definidos.<sup>5</sup>*

Matéria complexa, a fixação de contornos jurídicos para os diferentes direitos e garantias individuais faz pensar-se o Estado como garantidor do exercício ilimitado de direitos, isto é, responsável pela fruição plena dos direitos individuais. É, portanto, aparentemente contraditória tal fixação. A delimitação dos direitos está inserida no campo da resolução dos conflitos de Direitos, porque busca-se impedir a violação dos direitos de terceiros, quando se estabelecem contornos jurídicos para os diferentes direitos reconhecidos pela ordem jurídica.

O Estado desempenha o papel de intermediário no conflito de direitos que se estabelece entre o direito de usufruir de um bem de sua propriedade e que, ao mesmo tempo, é um bem de valor ambiental, e o direito de usufruir os bens ambientais, não importando quem seja o seu titular, que são deferidos a todos, pois, como se sabe, o meio ambiente é *um bem de uso comum do povo e direito de todos*.

### 1.1 A Importância dos Preceitos Legais para o Direito Ambiental

Embora sejam feitos protestos e críticas acirradas aos preceitos normativos, é a própria estrutura dogmática que informa os preceitos legais. O que se tem verificado é

---

<sup>5</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. p.87.

que o movimento dos cidadãos, em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, busca assegurar um nível normativo adequado para o atendimento de suas pretensões, ou seja, critica-se o Direito considerado ruim, em nome de um Direito considerado bom. Observa-se, não com pouca frequência, que iniciativas populares procuram propor leis, regulamentos, etc. Outro fator extremamente importante é a constante luta pela efetividade das normas jurídicas, isto é, pelo seu cumprimento integral. Trata-se, como se vê, de uma revalorização do papel desempenhado pelo Direito. Tal revalorização, inclusive, tem o significativo aspecto de que muitas leis protetoras do meio ambiente são fruto imediato de reivindicações populares.<sup>6</sup>

O Estado desempenha um papel fundamental na proteção ambiental, ou deveria desempenhar. O que se constata de modo geral é que o aparelho do Estado deixa de desempenhar suas funções, sendo suas abstenções negativas para o meio ambiente. A existência de preceitos jurídicos voltados para a proteção ambiental, quando combinada com normas processuais que assegurem aos cidadãos a possibilidade de acionar o Estado e os poluidores em geral, é vital para o Direito Ambiental.

Em matéria ambiental, a presença do Estado é sempre de grande importância. Tal importância pode ser positiva ou negativa, dependendo da atividade que desenvolva concretamente.

## **1.2 Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente**

### **1.2.1 Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA**

As origens do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) remontam à constituição da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) pelo Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973, logo após a conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano.

---

<sup>6</sup> ANTUNES, op. cit., p. 90.

De acordo com ANTUNES:

*O governo brasileiro defendeu posições na Conferência de Estocolmo, que sofreram muitas críticas da comunidade internacional<sup>7</sup>. Desta forma, o projeto de desenvolvimento nacional à época vigente não considerava a proteção ambiental<sup>8</sup>.*

Segundo MAINON citada por ANTUNES: *“A posição brasileira oficial era de que as agressões à natureza eram secundárias, sendo mais importante o desenvolvimento econômico”*.<sup>9</sup>

Sustenta Antunes que, em resposta às pressões internacionais, em face da incompreensão das teses sustentadas pelo governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, o Brasil instituiu a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, e que o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual as questões ambientais mereceram atenção, foi outro momento antecedente ao SISNAMA.

Sobre o II PND assim se expressou MAINON: *... compreendia três linhas de ação: política ambiental na área urbana e definição das áreas críticas de poluição, política de preservação de recursos naturais e políticas de proteção à saúde humana*.<sup>10</sup>

Criada no âmbito do Ministério do Interior; como órgão autônomo, era a SEMA diretamente subordinada ao Ministério de Estado e deveria ter a sua orientação voltada *para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais*. Sua atividade deveria ser exercida sem prejuízo das atribuições legalmente afetadas a outros ministérios. O decreto que instituiu a SEMA estabeleceu a necessidade de articulação entre o Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento e Coordenação, visando a análise das implicações ambientais da estratégia de desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico.

---

<sup>7</sup>Comunidade Internacional entende-se os países participantes da Conferência de Estocolmo de 1972.

<sup>8</sup>ANTUNES, op. cit., p.64.

<sup>9</sup>ANTUNES apud MAINON, Dália. *Mudança da política ambiental*. In: MACIEL Tania – O ambiente inteiro - a contribuição crítica da universidade à questão ambiental; Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 226.

<sup>10</sup>ANTUNES, op. cit, p. 268.



De acordo com ANTUNES<sup>11</sup>, junto à SEMA funcionava o Conselho Consultivo do Meio Ambiente – CCMA, integrado por nove membros de *notória competência em assuntos relacionados com a utilização racional de recursos naturais e preservação do meio ambiente*.<sup>12</sup> Ao CCMA competia o assessoramento da SEMA na organização e execução dos seus programas de trabalho e no bom desempenho de suas atribuições, assim como colaborar com a SEMA na elaboração de atos normativos e textos legais relacionados com suas atribuições.

A SEMA foi extinta pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que resultou da aprovação da Medida Provisória nº 34, de 23 de janeiro de 1989. Com o advento da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81 – cria-se o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

### 1.2.2 Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA

O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é o conjunto de órgãos e instituições que, nos níveis federal, estadual e municipal, são encarregados da proteção do meio ambiente, conforme definido por lei.

Na realidade, o SISNAMA tem uma abrangência muito maior do que a estipulada pela Lei nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981, que o instituiu e estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Na referida lei, a preocupação maior é a de focar os órgãos do Poder Executivo em que se faça menção ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público<sup>13</sup>. Tais entes desempenham importantes papéis na Política Ambiental, tendo a possibilidade legal e mesmo constitucional, de alterar significativamente os contornos da política ambiental desenvolvida pelo Executivo. Certamente que tais alterações se farão com base em competências constitucionalmente definidas, cujos titulares são os Poderes Legislativo e Judiciário. A finalidade do SISNAMA é estabelecer uma rede de agências governamentais, nos

---

<sup>11</sup> ANTUNES, op. cit., p.66.

<sup>12</sup> O CCMA foi instituído pelo art. 3º, do Decreto Federal nº 73.030/73, de 30 de outubro de 1973.

<sup>13</sup> Em realidade, a PNMA diz respeito aos órgãos do Poder Executivo.

diversos níveis da Federação, com vistas a assegurar mecanismos eficientes, capazes de implementar a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Tem o SISNAMA uma configuração bastante complexa, já que a coordenação entre os diversos atores do sistema depende de variáveis circunstanciais, desde a desigualdade científica e técnica entre os seus integrantes, rivalidades regionais, opções econômicas e até mesmo dificuldades políticas entre governos de partidos e interesses diferentes.

### 1.2.3 Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA

A Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA tem os seus objetivos estabelecidos pelo artigo 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, determinando que:

*a política nacional do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida visando assegurar ao País, condições de desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.*

Visa, então, em primeiro lugar *a preservação*<sup>14</sup> *do meio ambiente*. A melhoria do meio ambiente significa dar-lhe condições mais adequadas que as que este apresenta, ou seja, a PNMA busca estimular o manejo ambiental de forma que a qualidade do meio ambiente seja, progressivamente, superior.

### 1.2.4 Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente

A Lei nº 6.938/81, estabelece no seu artigo 2º Incisos I a X, os seguintes princípios:

*I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;*

---

<sup>14</sup> Preservação tem o sentido de perenizar, perpetuar e salvaguardar os recursos naturais.

- II - *Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;*
- III - *Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;*
- IV - *Proteção dos ecossistemas, com a preservação das áreas representativas;*
- V - *Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;*
- VI - *Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;*
- VII - *Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;*
- VIII - *Recuperação de áreas degradadas;*
- IX - *Proteção de áreas ameaçadas de degradação; e*
- X - *Educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.*

Alude ANTUNES<sup>15</sup> que os Incisos I e X estabelecem os princípios legais que devem reger a PNMA. Tais princípios, obviamente, estão submetidos aos princípios gerais do Direito Ambiental. Considera a PNMA como uma importante parcela do Direito Ambiental Positivo Brasileiro. Afirma que na eventual contradição entre um princípio estabelecido para uma atividade ambiental setorizada e um princípio geral do Direito ambiental, deverá prevalecer o princípio que seja dotado de um conteúdo mais favorável à proteção do meio ambiente. Assegura o autor, ainda, que nem todos os tópicos arrolados no artigo 2º são verdadeiros princípios jurídicos ambientais, alegando que a maioria dos incisos acima transcritos representam uma orientação prática à ação governamental que decorre dos princípios do Direito Ambiental, e que nem todos os princípios do Direito Ambiental encontram-se presentes na principiologia estabelecida pela PNMA. Exemplifica que o princípio do meio ambiente como *Direito Humano Fundamental* deve ser considerado como um princípio implícito na PNMA, pois, embora não seja expressamente mencionado na lei, é um princípio constitucional, na forma do artigo 225, da Constituição Federal.

---

<sup>15</sup> ANTUNES, op. cit., p.69.

### 1.2.5 O papel de cada um dos Poderes da República com relação ao Meio Ambiente

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece, no seu artigo 2º, que: “*São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*”<sup>16</sup>

Cada um dos Poderes terá um papel a desempenhar na proteção ambiental:

- Ao Executivo estão afetadas as tarefas de licenciamento e controle das atividades utilizadoras de recursos ambientais.
- Ao Legislativo compete a elaboração de leis, a fixação dos orçamentos das agências ambientais e controle das atividades desempenhadas pelo Executivo.
- Ao Judiciário compete a revisão de todos os atos administrativos praticados pelo Executivo que tenham repercussão sobre o meio ambiente e o controle constitucional das normas elaboradas por ambos os demais Poderes. O Judiciário é o veículo pelo qual os cidadãos interessados poderão contrair decisões administrativas que não se enquadrem nas normas constitucionais e legais.
- O Ministério Público, cuja função é eminentemente ativa, tem por tarefa a integral fiscalização dos atos e procedimentos dos Poderes Públicos, e, em caso de violação da legalidade, acioná-los judicialmente.

## 1.3 O Poder de Polícia

### 1.3.1 Conceito de poder de polícia

Dogmaticamente, o poder de polícia é definido pelo artigo 78 do Código Tributário Nacional:

---

<sup>16</sup> BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo, 2000, Juarez de Oliveira (Coleção Saraiva de Legislação).

*Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, do exercício de atividade econômica dependente de concessão do poder público ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.*<sup>17</sup>

Tal conceito é bastante elástico e flexível. Pelo que se pode concluir do conceito, o poder de polícia constitui-se em uma atuação estatal indelegável, preventiva ou repressiva, visando coibir ou evitar *danos sociais*.

É através do poder de polícia que o Poder Público protege, fundamental e precipuamente, o meio ambiente. Salvo raras exceções, a grande maioria das leis administrativas tendentes à proteção ambiental veiculam restrições ao uso da propriedade e às atividades em geral, visando o equilíbrio ecológico.<sup>18</sup>

Na lição de ANTUNES:

*é importante observar a particularidade específica da ação policial do Estado, pois, agindo em relação aos danos sociais, tudo aquilo que for do interesse privado está completamente imune à atividade de polícia, bem entendido que não pode a atividade privada prejudicar a ordem pública genericamente considerada, isto é, a saúde, a segurança e a moralidade públicas. Por ser atividade submetida à lei, o Estado não pode, no uso de seu poder de polícia, imiscuir-se na intimidade privada dos cidadãos nem no seu domicílio.*<sup>19</sup>

Constitui-se, portanto, o poder de polícia, um instrumento pelo qual o Estado limita os direitos individuais, em benefício da coletividade, segundo o estabelecimento da lei.

---

<sup>17</sup> SABATOVSKY, Emílio; FONTOURA, Iara P.; FOLMANN, Melissa. *Código Tributário Nacional*, art.78. Curitiba: Juruá, 2001, p. 58.

<sup>18</sup> MUKAI, Toshio. *Direito Ambiental – sistematizado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p.39.

<sup>19</sup> ANTUNES, op. cit., p.97.

### 1.3.2 Características da atividade de polícia

Como atividade estatal, a atuação de polícia subdivide-se em diversas categorias. A polícia divide-se em dois grandes grupos: Polícia Administrativa e Polícia Judiciária. A atividade de polícia administrativa é constituída por várias intervenções do Poder Público no sentido de disciplinar a ação dos particulares, objetivando prevenir atentados à ordem pública. Ela é própria de toda administração.

O ato de polícia é auto-executório, não sendo necessário que o Poder Executivo, que é o principal mas não é o único titular do poder de polícia, recorra ao Poder Judiciário para obter autorização para agir em certos casos concretos.

Age o Estado por meios coativos que são postos à sua disposição pela lei. A execução dos atos de polícia é atribuição da autoridade de polícia, que é sempre uma autoridade pública. O ato de polícia não foge ao regramento geral dos atos administrativos, vez que o ato de polícia ambiental é, apenas, uma espécie em um universo mais amplo. Indispensável, portanto, que o ato de polícia seja praticado pela autoridade competente, que seja revestido de forma adequada de proporcionalidade, da sanção e da legitimidade dos meios.

### 1.4 Competência ambiental da União, dos Estados e dos Municípios

O tema do presente estudo tem como pontos importantes as atribuições legislativas e administrativas municipais com relação ao meio ambiente. A competência municipal está umbilicalmente ligada à da União e do Estado, sendo necessário que sejam perpassadas as diversas competências para que se possa conhecer a origem e firmar a competência municipal para tal mister.

O artigo 1º da Constituição Federal Brasileira de 1988 preceitua que: “*A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito*”.<sup>20</sup>

Tal afirmativa significa a existência de um Estado que se subordina ao regime constitucional, caracterizando-se, assim, o Estado Federal, pela União de vários

---

<sup>20</sup> BRASIL Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. op. cit. art. 1º.

Estados, que cederam sua soberania a um ente central, mantendo poderes de autoconstituição, autogoverno, auto-administração e auto-organização.

O Federalismo é uma forma de Estado, denominado Estado ou Federação, que se caracteriza pela união de Estados-membros, dotados de autonomia político-constitucional.

O Estado Federal é dotado de personalidade jurídica de direito público internacional.

Já a União é uma entidade federal com personalidade jurídica de direito público interno, autônoma em relação aos Estados-membros e a quem cabe o exercício das prerrogativas de soberania do Estado Brasileiro. Os Estados-membros são detentores de autonomia e o Estado Federal é o titular da soberania.

Como titular da soberania, o Estado Federal a exerce no aspecto externo. No âmbito interno, vê-se representado pela União.

A autonomia, inerente ao Estado, é formada por dois elementos primordiais: a) existência de órgãos governamentais próprios; b) posse de competências exclusivas.

Levando-se em consideração o princípio da predominância dos interesses, aplicado na repartição de competências legislativas, à União caberá as matérias de interesse nacional; aos Estados as de interesse regional, e aos Municípios as competências legislativas de interesse local.

Adotado como ente federativo na forma dos artigos 1º e 18 da Constituição Federal Brasileira de 1988, o município recebeu autonomia, passando a possuir competências exclusivas (artº 30, C.F.) e organização política própria (artº 29 C.F.), possibilitando tutela mais efetiva da sadia qualidade de vida. É o município que passa a reunir efetivas condições de atender de modo imediato às necessidades locais.

O texto constitucional, ao atribuir ao município competência para legislar sobre assuntos locais, refere-se aos interesses que atendam de modo imediato as necessidades locais, ainda que repercutam sobre as necessidades gerais do Estado ou do País.

Entende-se, então, que é efetivamente no município que brasileiros e estrangeiros residentes no país exercem, em sua plenitude, os fundamentos outorgados

pelo Estado Democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana combinada com a soberania popular e com o pluralismo político.

A importância de se demonstrar a participação das competências no presente trabalho está no importante relevo para o município trazido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 em face do direito ambiental brasileiro, na medida em que é a partir dele que a pessoa poderá usar os denominados bens ambientais, dentro de uma visão moderna de concepção e cidadania, visando plena integração social.

#### 1.4.1 Competência da União

A Constituição Federal Brasileira de 1988, pela primeira vez no Brasil, insere o tema “*meio ambiente*” em sua concepção unitária. Já havia sido precedida na América Latina pelas Constituições do Equador e do Peru em 1979, Chile e Guiana de 1980, Honduras de 1987. Na Europa – Portugal e Espanha – inovaram em 1976 e 1978 – introduzindo o tema nas Constituições.

As Constituições Brasileiras de 1946 (art. 5º, XV) e de 1967 (art. 8º VIII) previram o estabelecimento de “*normas gerais pela União*”<sup>21</sup> sobre determinadas matérias. Não previam contudo, normas gerais sobre meio ambiente, pois o tema nelas não estava incluído especificamente com essa nomenclatura.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 não conceitua norma geral. Resta à doutrina e à jurisprudência essa tarefa. A norma geral visa a aplicação da mesma regra em um determinado espaço territorial. A norma geral federal ambiental, ou em outra matéria de competência concorrente, não precisa necessariamente abranger todo o território brasileiro. Uma norma geral ambiental federal pode dispor, por exemplo, sobre as áreas previstas no artigo 225, § 4º - Floresta Amazônica Brasileira, Serra do Mar, Mata Atlântica, Pantanal e Zona Costeira. A norma geral pode abranger somente um ecossistema, uma bacia hidrográfica ou somente uma espécie vegetal ou animal.

MACHADO assim se expressa: “*A união está obrigada a inserir na norma geral o conteúdo dos acordos, tratados, convenções internacionais já ratificados,*

---

<sup>21</sup> BRASIL - Constituição [da] República Federativa do Brasil. op. cit.



*depositados e promulgados pelo Brasil, como, evidentemente, guardar fidelidade à Constituição em vigor.*"<sup>22</sup>

Em seu artigo 22<sup>23</sup>, a Constituição Federal Brasileira de 1988 determina que compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais, populações indígenas<sup>24</sup> e atividades nucleares de qualquer natureza. Todos os itens mencionados estão relacionados com o meio ambiente. São parte significativa da legislação ambiental.

Na forma do artigo 23<sup>25</sup>, a Constituição Federal Brasileira de 1988 tem competência comum com os Estados, o Distrito Federal e os municípios para: proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a flora e a fauna; registrar, acompanhar e fiscalizar concessão de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 dá competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal de legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação, defesa do meio e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição, patrimônio histórico, cultural artístico, turístico e paisagístico.<sup>26</sup>

A competência privativa estabelecida no artigo 22 da Constituição Federal Brasileira de 1988 somente pode ser exercida pela própria União, a menos que esta, mediante lei complementar, autorize os Estados-membros a legislar sobre questões

<sup>22</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1999, p.45 – 46.

<sup>23</sup> BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit. art. 22, IV, XII, XIV, XXVI.

<sup>24</sup> **Populações Indígenas:** os povos indígenas e os demais povos que habitam as florestas brasileiras, desde que compreendidas em suas diferenças em relação à sociedade envolvente, têm um papel fundamental a desempenhar em toda a complexa marcha para o perfeito conhecimento da biodiversidade existente nas florestas, em especial na Floresta Amazônica. É de se observar que a própria Lei Fundamental Brasileira reconhece a importância dos índios para a preservação do meio ambiente, assim como, reconhece a importância do meio ambiente para a preservação e sobrevivência dos índios (artº 231, § 1º. Conforme Paulo de Bessa Antunes, in *Direito Ambiental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lunem Juris. 1999. p. 462.).

<sup>25</sup> BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit. art. 23, III, IV, VI, VII e XI.

<sup>26</sup> BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit. art. 24, VI, VII, VIII.

específicas incluídas no parágrafo único.<sup>27</sup> *A competência privativa é competência legislativa que só pode ser exercida pelos Estados mediante autorização dada por lei complementar federal para casos específicos.*

O artigo 23 trata da competência comum, não é competência legislativa. Trata-se de uma cooperação administrativa.

CRETELLA JR. assim se expressou a respeito:

*Competência comum é cooperação administrativa, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento do bem-estar, em âmbito nacional, entre União e os Estados, o Distrito Federal e os municípios, o exercício de funções concomitantes e contínuas, que incidem sobre as matérias constantes dos incisos I a XII do art. 23 da Carta Política de 1988, o auxílio recíproco disciplinado por normas veiculadas por lei complementar federal. Nesta expressão "comum" é sinônimo de "concorrente", como o era na Constituição de 1934, art. 10, III (concorrentemente). Trata-se, porém, da 'concorrência administrativa'.<sup>28</sup>*

É, portanto, a competência comum, uma imposição constitucional para a atuação cooperativa administrativa recíproca dos diversos integrantes da Federação com vistas a resguardar os bens ambientais. Há que se verificar que cada ente federativo deverá aplicar suas próprias normas, não podendo aplicar normas de outros entes federativos.

Já a competência concorrente é uma modalidade de competência legislativa na qual encontra-se toda uma gama de matérias ambientais. Aqui, a competência não é puramente administrativa, mas indica a capacidade de legislar sobre determinadas matérias. Estabelecida pelo art. 24 da Constituição Federal Brasileira de 1988, determina um eixo ao redor do qual se construirá a legislação dos diversos Estados-membros. A competência concorrente implica que a União deve estabelecer os parâmetros gerais a serem observados pelos demais integrantes da federação.

<sup>27</sup> Art. 22, parágrafo único – Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

<sup>28</sup> CRETELLA JR, José. *Comentários à Constituição de 1988*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, pp. 1.740/1.741.

### 1.4.2 Competência Estadual

Os Estados-membros da federação têm competência para atuar em matéria ambiental, consubstanciados nos artigos 23 e 24 da Constituição Federal Brasileira de 1988. O artigo 23 conota atribuição de cooperação administrativa. Já o artigo 24 trata do meio ambiente como um bem não unitário, subdividindo-o em diversos setores tutelados por normas legais estaduais. Os Estados podem legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, proteção do meio, controle de poluição, responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Cada Estado pode estabelecer as suas próprias normas de tutela ambiental criando sistemas estaduais de proteção ao meio ambiente.

### 1.4.3 Competência suplementar dos Estados em Matéria Ambiental

Prescreve o art. 24, § 2º, da Constituição Federal Brasileira de 1988: “*A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados*”.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 não conceitua normas gerais. Resta à doutrina e à jurisprudência essa tarefa. Consoante MACHADO<sup>29</sup>,

*A norma geral visa à aplicação da mesma regra em um determinado espaço territorial. A norma geral federal ambiental, ou em outra matéria de competência concorrente não precisa necessariamente abranger todo o Território Brasileiro.*

Leciona ainda MACHADO:

*Isto quer dizer que não se suplementa a legislação que não existe. Sendo somente suplementar a competência da pessoa de direito público interno a legislação de outro ente, inexistindo normas, não existirá o poder supletório. Não se suplementa pela vontade de os Estados inovarem diante da legislação federal. A capacidade suplementária está condicionada à necessidade de*

---

<sup>29</sup> MACHADO, op. cit, p. 47.

*aperfeiçoar a legislação federal ou diante da constatação de lacunas ou de imperfeições da norma geral federal.*<sup>30</sup>

Essa tradição jurídica está demonstrada em nossas constituições anteriores. A Constituição de 1934 dizia: *"As leis estaduais, nestes casos, poderão, atendendo às peculiaridades locais, suprir as lacunas ou deficiências da legislação federal, sem dispensar as exigências desta"*. (Artº 5º, § 3º).

A Constituição de 1937 é no mesmo sentido em seu artº 18.

A Constituição de 1967, ao prever a competência dos Estados para legislar supletivamente, indica a lei federal que deve ser respeitada (Art. 8º, § 2º)

Vale ressaltar que não se deve suplementar um texto legal para descumprilo ou para deturpar sua intenção, desviando-se da *mens legis* ambiental federal.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 inovou ao tratar, em artigos diferentes, a competência para legislar e administrar.

No campo ambiental, no art. 23 da Constituição Federal Brasileira de 1988, encontramos:

*É competência comum da união, dos Estados e, do Distrito federal e dos Municípios: (...) III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição, e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; (...) VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII – preservar as florestas, a fauna e a flora; (...) XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.*<sup>31</sup>

É um rol de atividades que devem merecer atenção especial do Poder Público, e o modo como cada entidade vai atuar em cada matéria dependerá da organização administrativa de cada órgão público federal, estadual e municipal. Determina ainda o art. 18 da mesma Constituição: *"A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o*

<sup>30</sup> Idem, Ibidem, p.48.

<sup>31</sup> BRASIL – Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. op. cit.

*Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição*”, o que dá concordância à aplicação do art. 23, já mencionado.

A autonomia não significa desunião dos entes federados.

A competência dos Estados para legislar, quando a União já editou norma geral, pressupõe uma obediência à norma federal, se editada de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988. Situa-se no campo da hierarquia das normas e faz parte de um sistema chamado de "fidelidade federal". Não é a mesma situação perante a implementação administrativa da lei (art. 23 da C.F.), onde não há hierarquia nas atuações das diferentes administrações públicas. A administração pública ambiental estadual não se situa em plano superior ao da administração pública ambiental municipal.

Só a Constituição Federal Brasileira pode estabelecer as atribuições e obrigações dos Estados e dos Municípios. Leis infraconstitucionais não podem repartir ou atribuir competências, a não ser que a própria Constituição federal tenha previsto essa situação.<sup>32</sup>

#### **1.4.4 Competência Municipal**

Pela Constituição Federal Brasileira de 1988, os municípios foram elevados à condição de integrantes da federação<sup>33</sup>, novidade em relação às Cartas anteriores. Prescreve o artigo 23 da Constituição Federal Brasileira de 1988 que os Municípios têm competência administrativa para defender o meio ambiente e combater a poluição. No entanto, não estão os Municípios no rol das pessoas jurídicas de direito público interno encarregadas de legislar sobre meio ambiente. Será insensato, entretanto, dizer-se da não competência legislativa dos Municípios, em matéria ambiental.

---

<sup>32</sup> MACHADO, op. cit., p.48-49.

<sup>33</sup> BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição Federal [da] República Federativa do Brasil*, op. cit. artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios.

O próprio artigo 30<sup>34</sup> da Constituição Federal Brasileira de 1988 atribui aos Municípios competência para legislar sobre:

*assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual no que couber; promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local; observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.*

É evidente que o meio ambiente está incluído no conjunto de atribuições legislativas e administrativas municipais, formando um elo fundamental na cadeia de proteção ambiental. É através dos Municípios que se pode implementar o princípio ecológico de *agir localmente, pensar globalmente*.

Segundo ROCHA:

*A partilha de competência em matéria ambiental segue os mesmos princípios que a Constituição adotou para a distribuição da competência em geral entre as entidades federativas. Todos os entes do Estado Federal abrigados na denominação Poder Público (art. 225), têm competência em matéria ambiental.*

*A Constituição de 1988 mudou profundamente o sistema de competências ambientais. A parte global das matérias pode ser legislada em três planos: Federal, Estadual e Municipal.*<sup>35</sup>

Apesar de a União, os Estados e os Municípios serem dotados de amplas competências ambientais que devem fluir concorrentemente, a prática tem demonstrado que os três níveis da administração não agem coordenadamente. O que se tem assistido são tomadas de medidas contraditórias e até mesmo antagônicas entre eles, gerando perplexidade a todos.

Há necessidade de que seja elaborada a Lei Complementar federal sobre normas gerais e que os entes federativos descubram suas vocações específicas, para que

<sup>34</sup> BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit. artigo 30 – Compete aos Municípios: I – legislar sobre assunto de interesse local ..., II Suplementar a legislação federal e estadual no que couber; VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

<sup>35</sup> ROCHA, Júlio Cesar de Sá da. *Função Ambiental da Cidade: Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*. São Paulo: 1999, p.20.

a proteção ao meio ambiente possa ser feita de forma harmônica e integrada, como é o espírito da Política Nacional do Meio Ambiente.

### 1.5 Princípios fundamentais do Direito Ambiental

O Direito Ambiental penetra em todos os demais ramos da Ciência Jurídica. Os direitos que vêm surgindo recentemente, sobretudo a partir da década de 60 do século XX, são essencialmente direitos de cidadania, ou seja, direitos que se formam em decorrência de uma crise de legitimidade da ordem tradicional. O movimento de cidadãos conquista espaços políticos que se materializam em leis de conteúdo, função e perspectivas bastante diversas dos conhecidos pela ordem jurídica tradicional. O Direito Ambiental inclui-se entre os novos direitos como um dos mais importantes.

Para ANTUNES<sup>36</sup>

*O Direito Ambiental, como direito humano fundamental não pode ficar subordinado as regras do direito do proprietário ou do direito do patrão, assim como não pode ficar subordinado as regras do direito do Estado contra os direitos da cidadania; ao contrário, são aqueles direitos que devem se subordinar e se transformar em razão de necessidades prementes na humanidade que se refletem juridicamente na categoria dos direitos humanos fundamentais.*

SILVA<sup>37</sup>, falando sobre o *Direito Fundamental à qualidade do meio ambiente*, diz que esse novo direito fundamental foi reconhecido pela declaração do Meio Ambiente, adotada pela Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, em junho 1972, cujos 26 princípios constituem prolongamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e, que, 20 anos depois da Declaração de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de

---

<sup>36</sup> ANTUNES, op. cit., p. 25.

<sup>37</sup> SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros. 1995, p. 40 - 41.

Janeiro, de 03 a 14 de junho de 1992<sup>38</sup>, reafirmou os princípios enunciados, adicionando outros, sobre o *desenvolvimento sustentável e meio ambiente*.

## 1.6 Princípios de Direito Ambiental

Os princípios de Direito Ambiental estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida, em qualquer forma que esta se apresente, e garantir um padrão de existência digno para os seres humanos desta e das futuras gerações, bem como de conciliar estes elementos com o desenvolvimento econômico ambiental sustentável.

### 1.6.1 Princípio do Direito Humano Fundamental

O primeiro e mais importante princípio do direito Fundamental é que: *o direito ao ambiente é um direito humano fundamental*.

Tal princípio decorre do texto expresso da Constituição Federal Brasileira de 1988, como se pode ler do caput do artigo 225, que dispõe:

*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*<sup>39</sup>

Deste princípio basilar decorrem todos os demais princípios do Direito Ambiental. O reconhecimento internacional do princípio, que ora se examina, pode ser verificado, por exemplo, nos princípios 1 e 2 da Declaração de Estocolmo, proclamada em 1972. O princípio proclamado em Estocolmo foi reafirmado pela Declaração do Rio, proferida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92.

---

<sup>38</sup> Declaração do Rio. (Princípio 16). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92.

<sup>39</sup> BRASIL – Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. op. cit. art. 225.



Princípio 1- *O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem estar e é portador solene de obrigações de melhorar o ambiente, para as gerações presentes e futuras.*

Princípio 2 – *Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, a flora e fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras.*<sup>40</sup>

### 1.6.2 Princípio Democrático

O princípio democrático materializa-se através dos direitos à informação e à participação, encontrando-se tais direitos previstos no texto da Constituição Federal, tanto no capítulo dedicado ao meio ambiente quanto no capítulo voltado à defesa dos direitos e deveres individuais coletivos.

O princípio democrático assegura aos cidadãos o direito pleno de participarem na elaboração das políticas públicas ambientais, tais como, o dever jurídico de preservar e proteger o meio ambiente, o direito de opinar sobre políticas públicas, através de participação em audiências públicas, integrando órgãos colegiados etc, participações através de utilização de mecanismos judiciais e administrativos de controle dos diferentes atos praticados pelo executivo, tais como as *ações populares*, *as representações*. Existem também as iniciativas legislativas que podem ser patrocinadas pelos cidadãos.

As iniciativas legislativas são:

- a) Plebiscito (art. 14, inciso I da Constituição Federal Brasileira de 1988);
- b) Referendo (art. 14, inciso II da Constituição Federal Brasileira de 1988);
- c) Iniciativa popular (art. 14, inciso III da Constituição Federal Brasileira de 1988).

Medidas administrativas no princípio democrático:

---

<sup>40</sup> Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo.

a) *Direito de informação*. Consubstanciado no Artigo 5º, XXXIII, da Constituição Federal Brasileira de 1988 que estabelece:

*Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles cujo sigilo seja indispensável à segurança da sociedade e do Estado.*<sup>41</sup>

b) *Direito de petição*. Consubstanciado na alínea a do inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988. Constitui-se na possibilidade que o cidadão tem de acionar o poder público para que este, no exercício de sua autotutela, ponha fim a uma situação de ilegalidade ou de abuso do poder.

c) *Estudo prévio de impacto ambiental*. uma exigência constitucional prevista no § 1º, inciso IV, do artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988, para toda instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Para ANTUNES<sup>42</sup>, o estudo prévio de impacto ambiental deve ser tornado público e submetido a audiência pública.

### 1.6.3 Princípio da Prudência ou da Cautela

A existência legal e constitucional do Estudo de Impacto Ambiental, como medida prévia para a avaliação dos efeitos da eventual implantação de um projeto ambiental, é a materialização do princípio da cautela que pode ser extraído do preceito contido no inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Existe um dever jurídico-constitucional de *levar em conta o meio ambiente* quando se for implantar qualquer empreendimento econômico.

---

<sup>41</sup> BRASIL - Constituição de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. op. cit. art. 5º.

<sup>42</sup> ANTUNES, op. cit., p. 28.

Admite ANTUNES<sup>43</sup> que, diante da incerteza científica, tem sido entendido que a prudência é o melhor caminho, evitando-se danos que, muitas vezes, não poderão ser reparados. O princípio da prudência ou da cautela ganhou reconhecimento institucional ao ser incluído na Declaração do Rio (Princípio nº 15) que resultou da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92:

*Com o fim de proteger o meio ambiente, os estados devem aplicar amplamente o critério de precaução conforme as suas capacidades. Quando haja perigo de dano grave ou irreversível, a falta de uma certeza absoluta não deverá ser utilizada para postergar-se a adoção de medidas eficazes em função do custo para impedir a degradação do meio ambiente.*<sup>44</sup>

Prega, então, o Princípio da Prudência ou da Cautela que não se produzam intervenções no meio ambiente antes de ter a certeza de que estas não serão adversas para o meio ambiente.

#### 1.6.4 Princípio do Desenvolvimento Sustentado

O desenvolvimento sustentado<sup>45</sup> é um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades.

Assinala MACHADO<sup>46</sup> que:

*a Constituição Federal Brasileira de 1988 acolheu no art. 225, caput, a obrigação de se levar em conta o desenvolvimento sustentado ao impor ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.*

<sup>43</sup> Idem. Ibidem, p. 48.

<sup>44</sup> Declaração do Rio. (Princípio 15). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92.

<sup>45</sup> Segundo definição em 1987 da Comissão Brundtland, da ONU, no relatório "Nosso Futuro Comum", desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento social, econômico e cultural que atende às exigências do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

<sup>46</sup> MACHADO, op. cit., p. 551.

Afirma SILVA<sup>47</sup> que, nas operações minerárias, *"é de aplicar-se o princípio da exploração sustentável, pois, se há recursos não renováveis, os minerais são os típicos, de sorte que devem ser utilizados de forma a evitar o perigo de seu esgotamento futuro."*

### 1.6.5 Princípio do Limite

O inciso V, §1º do art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988<sup>48</sup>, dá assento ao princípio do limite quando determina que, para assegurar a efetividade dos direitos inseridos neste artigo, incumbe ao Poder Público: *"controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportam riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente"*.

Leciona ANTUNES<sup>49</sup> que a Administração Pública tem a obrigação de fixar padrões máximos de emissões de matérias poluentes, de ruídos, enfim, de tudo aquilo que possa implicar prejuízos para os recursos ambientais e a saúde humana.

Segundo REBELLO FILHO e BERNARDO<sup>50</sup>:

*por este princípio a Administração tem o dever de fixar padrões para as emissões de partículas, ruídos e presença de corpos estranhos ao meio ambiente, levando em consideração a proteção da vida em todas as suas formas.*

A violação dos limites deve ser sancionada. É a partir da fixação dos limites que a administração poderá impor coercitivamente as medidas necessárias para que se evite, ou se minimize, a poluição e degradação.

---

<sup>47</sup> SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 243.

<sup>48</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit..

<sup>49</sup> ANTUNES, op. cit., p. 30.

<sup>50</sup> FILHO, Wanderlei Rebello; BERNARDO, Christianne. *Guia Prático de Direito Ambiental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 1999, p. 9.

### 1.6.6 Princípio do poluidor pagador

A Constituição Federal Brasileira de 1988<sup>51</sup> estabelece, no § 3º do art. 225, que *"as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas as sanções penais e administrativas, independentemente de reparar os danos causados"*.

Lecionando sobre o princípio do poluidor pagador, ANTUNES<sup>52</sup> afirma que *"qualquer violação do direito implica a sanção do responsável pela quebra da ordem jurídica."*

Segundo FIORILLO<sup>53</sup> podem-se identificar no princípio do poluidor pagador, duas órbitas:

- a) busca evitar a ocorrência de danos ambientais;
- b) ocorrido o dano, visa sua reparação (caráter repressivo).

Para MACHADO<sup>54</sup>, o princípio do poluidor pagador reclama atenção. Não traz como indicativo o "pagar para poder poluir", "poluir mediante pagamento" ou "pagar para evitar a contaminação". Não se podem buscar através dele formas de contornar a reparação do dano, estabelecendo-se uma liceidade para o ato poluidor como se alguém pudesse afirmar: "poluo, mas pago".

Pelo que se depreende de tudo, vale ressaltar que, na órbita do princípio do poluidor pagador, há incidência de responsabilidade civil, porquanto o próprio pagamento resultante da poluição não possui caráter de pena, nem de sujeição à infração administrativa, o que, por evidente, não exclui a cumulatividade destas, conforme previsão no § 3º do art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit., p. 124.

<sup>52</sup> ANTUNES, op. cit., p. 31.

<sup>53</sup> FIORILLO, op. cit., p. 27.

<sup>54</sup> MACHADO, op. cit, p. 208.

<sup>55</sup> BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*, op. cit., p. 124

O princípio do poluidor pagador busca afastar o ônus do custo econômico da coletividade e dirigi-lo diretamente ao utilizador dos recursos ambientais, portanto, fundado na solidariedade social e na previsão, mediante a imposição da carga aos produtores e consumidores, pelos custos ambientais que lhe sejam imputados.

SÁ e CARRARA afirmam que: "*cabe ressaltar que ele não coonestar a poluição, mas evita que o dano ecológico fique sem reparação, ou seja, o ideal é que o dano não ocorra, mais se ocorrer o poluidor deve pagar pelo prejuízo causado à humanidade.*"<sup>56</sup>

Desse modo, num primeiro momento, impõe-se ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção dos danos ao meio ambiente que a sua atividade possa ocasionar. Cabe a ele o ônus de utilizar instrumentos necessários à prevenção dos danos. Ocorrendo danos ao meio ambiente, em razão de atividade desenvolvida, o poluidor será responsável pela sua reparação.

#### **1.6.7 A Constituição Federal Brasileira de 1988 e o bem difuso**

A Constituição Federal Brasileira de 1988 consagrou de forma nova e importante a existência de um bem que não possui características de bem público e, muito menos privado, voltando à realidade do século XXI, das sociedades de massa, caracterizada por um crescimento desordenado e um brutal avanço tecnológico.

*Foi estruturada, assim, uma composição para a tutela dos valores ambientais, reconhecendo-lhe características próprias, desvinculadoras do instituto da posse e da propriedade, consagrando uma nova concepção ligada a direitos que muitas vezes transcendem o próprio critério das nações, os chamados direitos difusos.*

Os fundamentos para tal compreensão advêm do art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988:

*Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-*

---

<sup>56</sup> SÁ, Elida; CARRARA, Francisco. *Planeta Terra: Uma abordagem de Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 1999, p. 70-71.

*se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações.*<sup>57</sup>

Refere-se FIORILLO ao dispositivo supra, da seguinte forma: “A primeira parte aponta, como direito de todos, a existência do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.”<sup>58</sup>

Procura o mencionado autor dar entendimento ao conteúdo do termo *todos*, que caracteriza de o bem difuso, exteriorizado no art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988. Desta forma quaisquer cidadãos brasileiros, inclusive estrangeiros residentes no País, poderiam assumir a titularidade desse direito material. É uma concepção que reafirma o princípio da soberania, um dos preceitos fundamentais da República Federativa do Brasil de 1988. Daí entender o referido autor que a Constituição, fixando fundamentos que visam constituir um Estado Democrático de Direito, pretende destinar às pessoas humanas abarcadas por sua *soberania* o exercício do direito ambiental pleno e absoluto.

Discorda o autor do posicionamento de outra corrente, “*não menos importante e interessante*”, que estabeleceu o conteúdo da expressão *todos*, presente no art. 1º, III da Constituição Federal Brasileira de 1988, que sustenta que, dos brasileiros e estrangeiros residentes no país, toda e qualquer pessoa teria a possibilidade de estar adaptada à tutela desses valores ambientais. Assegura que fazendo-se menção à pessoa humana, teríamos uma visão mais ampla do que a contida no art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, e com base nessa visão, não importaria indagar se o destinatário da norma constitucional seria brasileiro ou estrangeiro, indígena ou alienígena. Qualquer pessoa humana preencheria os requisitos do direito positivo necessários ao exercício de direitos ambientais em nosso país, o que por certo eliminaria um fator fundamental para todas as pessoas aglutinadas em face de sua cultura: a soberania.

Entende FIORILLO que o povo:

---

<sup>57</sup> BRASIL - Constituição [da] República Federativa do Brasil. op. cit.

<sup>58</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva. 2000, p.16.

*enquanto conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos assemelhados, afinidades de interesses, história e tradições comuns, é quem exerce a titularidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, dentro de uma nova visão constitucional plenamente adaptada ao interesses de um sociedade de massa, mesmo porque, ao definir o bem ambiental, o art. 225, ordena-o como um bem de uso comum do povo.*<sup>59</sup>

Defende FIORILLO que o termo *todos*, fixado na Constituição Federal Brasileira de 1988 no art. 225, estaria limitado ao estabelecido no art. 5º, onde a delimitação da coletividade de pessoas está adstrita a brasileiros e estrangeiros residentes no país, ainda que indefinidos, de um critério mais específico.

A compreensão do bem ambiental é analisada como uma segunda parte do dispositivo.

Quando a Constituição Federal Brasileira de 1988 diz que todos têm direito a um meio ambiente equilibrado, admite a existência de um direito vinculado à hipótese de um bem de *uso comum* do povo e essencial a qualidade de vida sadia.

### 1.7 Considerações Finais

A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe profundas mudanças com relação ao sistema de competência ambiental. A concepção “meio ambiente” não ficou exclusivamente na competência da União, estendendo-se suplementarmente aos Estados e Municípios.

As competências ambientais, hoje, são divididas entre a União e os Estados, que não precisam provar que o assunto tem interesse estadual e/ou regional. Já os Municípios, na questão ambiental, precisam articular sua competência suplementar, na forma do art. 30, II, da Constituição Federal Brasileira de 1988, “*no que couber*”, com o inciso I do referido artigo, onde a competência natural dos Municípios é “*legislar sobre assuntos de interesse local*”.

Os Estados e Municípios só encontrarão óbices para legislar em matéria ambiental, quando existir ou vier a existir norma geral federal, quando deverão procurar articular suas legislações com as legislações privativas da União.

---

<sup>59</sup> FIORILLO op. cit., p. 16.



A Constituição Federal Brasileira de 1988 apresenta-nos campos legislativos diversos – o da generalidade, o da peculiaridade e o da localidade: interesse geral, interesse peculiar, interesse local, os campos respectivos da atuação legislativa da União, dos Estados e dos Municípios.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 225, é extremamente aberta, democratizando a questão ambiental quando exige o exercício da cidadania participativa, com responsabilidade social ambiental. Tal responsabilidade é uma obrigação com as gerações de hoje e as futuras gerações, incluindo-se o uso sustentável e racional dos bens, de forma solidária.

## **CAPÍTULO II**

### **GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS**

Os resíduos sólidos urbanos são uma das principais preocupações da sociedade contemporânea. O desenvolvimento industrial, o crescimento da população e a urbanização acelerada vêm contribuindo para o aumento do uso dos recursos materiais e, conseqüentemente, da geração desses resíduos que, quando gerenciados de maneira inadequada, trazem problemas de ordem sanitária, ambiental, social e econômica.

A questão dos resíduos sólidos urbanos é abrangente e profunda, necessitando de discussões que fluam via aspectos socioeconômico-ambientais, assim como os problemas técnico-legais de tal problemática.

O serviço de limpeza pública urbana requer técnicas de engenharia sanitária adequadas a cada cidade que venha a enfrentar dificuldades organizacionais e de geração de serviços.

Procura-se, no presente capítulo, oferecer esclarecimentos que vão desde a definição e origem, passando por uma visão dos resíduos sólidos urbanos, limpeza pública, até chegar à coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

Esta parte do trabalho destina-se, também, àqueles que direta ou indiretamente assumem responsabilidades com a saúde e o saneamento ambiental e que estão comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população.

A discussão do chamado lixo municipal: aquele gerado no ambiente urbano e constituído pelos materiais de origem domiciliar, de estabelecimentos de comércio, de serviços de varrição e de feiras livres, é responsabilidade exclusiva das prefeituras desde a varrição até a destinação final.

O gerenciamento integrado e adequado dos resíduos sólidos urbanos é de suma importância para a saúde e a melhoria da qualidade de vida da população.

Embora lixo e resíduos sólidos sejam a mesma coisa, o termo lixo será preferencialmente adotado neste capítulo.

## 2.1 Definição de resíduos sólidos

O termo “resíduos sólidos” é definido, segundo Resolução nº 005, de 5 de agosto de 1993, artº 1º, I, do CONAMA<sup>60</sup>, como:

*Resíduos sólidos: conforme NBR nº 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – Resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos, ou corpos d'água, ou exijam, para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível.*

Tal configuração demonstra a inclusão das descargas de materiais sólidos de origem industriais, agrícolas, comerciais e das atividades comunitárias, e exclui os materiais sólidos dissolvidos ou dispersos em meios líquidos e gasosos.

MACHADO exemplifica que, na legislação japonesa – Lei 137/70,

*a denominação de resíduos sólidos é mais abrangente, incluindo: refugo de pequeno e grande porte, cinza, lama, excreções humanas, resíduos de óleo, resíduos de alcalinos e ácidos, carcaças e outras asquerosas e desnecessárias matérias que estejam no estágio sólido ou líquido (excluindo os resíduos radioativos).*<sup>61</sup>

Observa o referido autor que a falta de rigor conceitual na legislação brasileira leva à prática indiscriminada da incineração de resíduos sólidos, promovida tanto pelos setores privados da sociedade quanto pelos órgãos públicos, ou a opção intencional do despejo de resíduos sólidos nos meios hídricos. Afirma serem práticas imbuídas de motivações ilícitas que têm a finalidade de contornar a legislação ambiental e a fiscalização que, de modo geral, prioriza o controle a um dos meios físicos. Admite,

<sup>60</sup> Com o advento da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente-Lei nº 6.938/81- Cria-se o CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo criado com a finalidade de assessorar, estudar e propôr ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

<sup>61</sup> MACHADO, op. cit., p. 399.

ainda, que pela legislação brasileira a responsabilidade pelo destino final de cada tipo de resíduo varia conforme o gerador, cabendo à prefeitura municipal o gerenciamento dos resíduos públicos, domiciliares e comerciais. Já os resíduos de serviços de saúde e hospitalares, de portos, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários, industriais, agrícolas e entulhos, têm como responsáveis os próprios geradores.

### 2.1.1 Composição do lixo

A composição do lixo é uma função de cada atividade desenvolvida pelo homem. Assim sendo, o lixo provém de diversas fontes, contendo uma gama significativa de componentes, que pode ser dividida em diversas classes.

FONSECA<sup>62</sup> assim a dispõe:

*Restos Alimentares – sobras alimentares e todo material rejeitado nas cozinhas, quando da preparação dos alimentos.*

*Ciscos – restos domésticos, comerciais e industriais, sem classificação apropriada. Como exemplo: panos, couros, cacos de vidro e de louça, plásticos, terra, areia e outros. São resíduos que podem ser reciclados.*

*Varreduras de rua – lixo, folhas, galhos de árvores, terras resultantes de erosões e materiais lançados indevidamente pela população nos logradouros e vias públicas.*

*Fezes animais – excrementos de animais, estando hoje mais restritos à zona rural. No entanto, mesmo em pequenas quantidades são nocivos já que originam grandes quantidades de moscas.*

*Excretas humanas – são fezes humanas, que de modo geral são lançadas a céu aberto, em sarjetas e leitos de córregos existentes, criando condições sanitárias deploráveis.*

*Cinzas - são materiais resultantes da queima de lenha e/ou carvão em fogões residenciais, fornos de padarias, caldeiras e outros.*

A composição do lixo é variável em função das seguintes condições, entre outras:

- clima e estações do ano;
- poder aquisitivo;
- costumes, hábitos e crença da comunidade;

---

<sup>62</sup> FONSECA, op. cit., p. 6.

- localização geográfica da comunidade;
- natureza vocacional da localidade;
- existência e eficiência de serviços de limpeza pública.

O conhecimento da composição quali-quantitativa do lixo é um dado básico para equacionamento do problema do acondicionamento, da coleta, transporte e destino final do lixo. É necessário, pois, que se conheça gravimetricamente a composição, para que se possa fazer um trabalho de análise com base e segurança.

### **2.1.2 Origem do lixo**

O surgimento do lixo, principalmente no meio urbano, está diretamente ligado às atividades diárias do ser humano. A simples exame conclui-se que a origem e a formação do lixo estão sempre na dependência dos costumes, hábitos e local onde se vive e do grau de educação do ser humano. A origem do lixo e sua formação, de forma geral, são variáveis de hábitos e costumes; grau de educação; poder aquisitivo; estações sazonais; área relativa à produção; condições climáticas; grau de desenvolvimento local e leis e regulamentos existentes.

O lixo é, hoje, um dos problemas mais sérios enfrentados por toda a humanidade. O crescimento da industrialização e, conseqüentemente, da produção, tem concorrido para aumentar significativamente o volume de resíduos sólidos, principalmente na zona urbana, com conseqüências desastrosas para o meio ambiente e a qualidade de vida das populações.

### **2.1.3 Tipos de resíduos sólidos**

Os tipos de resíduos sólidos podem ser classificados da seguinte forma:

- Por sua composição física: seco e molhado;

- pelos riscos potenciais ao meio ambiente: perigosos, não-inertes e inertes;
- por sua composição química: matéria orgânica e matéria inorgânica.

Outra forma importante de classificação do lixo é quanto à origem, a qual vai demonstrado através do Quadro 1, indicativo da origem e da responsabilidade pelo gerenciamento dos rejeitos sólidos urbanos.

**Quadro 1 – Origem e Responsabilidade pelo gerenciamento do lixo**

<i>Origem do lixo</i>	<i>Responsável</i>
Domiciliar	Prefeitura
Comercial	Prefeitura
Público	Prefeitura
Serviço de Saúde	Gerador (hospitais, etc)
Industrial	Gerador (indústrias, etc)
Portos, aeroportos, e Terminais Ferroviários e rodoviários	Gerador (portos, etc)
Agrícola	Gerador (agricultor)
Entulho	Gerador

Fonte: USEPA, 1995 In: D'ALMEIDA, Maria Luzia Otero; VILHENA, André. *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2. Ed. São Paulo, IPT/CEMPRE, 2000, p. 30.

Na forma elencada no quadro supramencionado, define-se o lixo quanto a sua origem, em:

- **Lixo Domiciliar**

Aquele originado na vida diária das residências por restos de alimentos (casca de frutas, verduras, sobras, etc), produtos deteriorados, jornais e revistas,

garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma diversidade de outros itens.

- **Lixo Comercial**

Aquele originado nos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como supermercados, estabelecimentos bancários, lojas, bares, restaurantes, etc. O lixo desses locais tem grande quantidade de papel, plástico, embalagens diversas e resíduos de asseio dos funcionários (papel, toalhas, papel higiênico, etc.)

- **Lixo de Serviços Públicos**

Aquele originado dos serviços de:

- Limpeza de áreas de feiras livres, constituído por restos vegetais diversos, embalagens, etc.;
- limpeza pública urbana, incluindo-se todos os resíduos de varrição das vias públicas, limpeza de praias, limpeza de galerias, córregos e terrenos, restos de podas de árvore, corpos de animais, etc.

- **Lixo de Serviços de Saúde e Hospitalar**

São aqueles que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos, oriundos de locais como: hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias, postos de saúde, etc. São os chamados resíduos sépticos, ou seja, agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas e animais usados em testes, sangue coagulado, luvas descartáveis, remédios com prazos de validade vencido, instrumentos de resina sintética, filmes fotográficos de raios x, etc.

Os resíduos assépticos desses locais, constituídos por papéis, restos da preparação de alimentos, resíduos de limpezas gerais (pós, cinzas, etc) e outros materiais, desde que coletados segregadamente e não entrem em contato direto com pacientes ou com resíduos sépticos, são semelhantes aos resíduos domiciliares.<sup>63</sup>

- **Lixos de Portos, Aeroportos, Terminais Ferroviários e Rodoviários**

Constituem os resíduos sépticos, ou seja, aqueles que contém ou potencialmente podem conter germes patogênicos, produzidos nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Basicamente constituem-se de materiais de higiene, asseio pessoal e restos de alimentos, os quais podem veicular doenças provenientes de outras cidades, estados e países.

Os resíduos assépticos desses locais, desde que coletados segregadamente e não entrem em contato direto com os resíduos sólidos sépticos, são semelhantes aos resíduos domiciliares.

- **Lixo Industrial**

Aquele originado nas atividades dos diversos ramos da indústria, tais como metalúrgica, química, petroquímica, papelaria, alimentícia, etc. Por ser muito variado, podendo-se-o representar por cinzas, lodos, óleos, resíduos alcalinos ou ácidos, plásticos, papéis, madeiras, fibras, borrachas, metais, escórias, vidros e cerâmicas, etc., nesta categoria inclui-se a grande maioria do lixo considerado tóxico.

- **Lixo Agrícola**

São resíduos sólidos das atividades agrícolas e da pecuária. Incluem embalagens, fertilizantes e defensivos agrícolas, rações, restos de colheita, etc.

---

<sup>63</sup> D'ALMEIDA; VILHENA, op. cit., p.29-30.



Em várias regiões do mundo, esses resíduos já constituem uma preocupação crescente, destacando-se as enormes quantidades de esterco animal geradas nas fazendas de pecuária intensiva.

As embalagens de agroquímicas, geralmente altamente tóxicas, têm sido alvo de legislação específica quanto aos cuidados na sua destinação final. A tendência mundial, neste particular, é para co-responsabilização da indústria fabricante nesta tarefa.

- **Entulho**

É o resíduo da construção civil, composto por materiais de demolições, restos de obras, solos de escavações diversos, etc. O entulho é geralmente um material inerte, passível de reaproveitamento, porém, de modo geral contém uma vasta gama de materiais que podem lhe conferir toxicidade, com destaque para os restos de tintas e de solventes, peças de amianto e metais diversos.

#### **2.1.4 Impactos ocasionados pelo Lixo**

De modo geral não nos apercebemos de quanto lixo é gerado, nem tampouco pensamos no seu destino final.

Os padrões atuais de consumo têm sido responsáveis por excessiva geração de lixo. De ordem doméstica e industrial, o lixo coletado, de modo geral, é depositado inadequadamente em aterros, a céu aberto, e em áreas alagadas, dando origem a problemas sanitários e à contaminação hídrica.

Sendo o lixo composto por muita matéria orgânica e água, transforma-se em *habitat* para os macro e microvetores quando disposto no solo, sem o tratamento adequado.

Contendo substâncias de alto teor energético e com disponibilidade de água, alimento e abrigo, nele desenvolve-se grande quantidade de organismos vivos, transformando-se em nicho ecológico para tais vetores.

Os macrovetores (moscas, baratas, ratos, urubus, cachorros e outros), não chegam a produzir, de certa forma, poluição do solo.

Os microvetores (bactérias, fungos, vírus, e outros), devido à sua importância epidemiológica, por serem patogênicos, contaminam o solo, sendo altamente nocivos para o ser humano, transmitindo doenças graves e letais, como o tifo, a cólera, a leptospirose, a poliomielite, entre outros.

Sendo lançado inadequadamente, em coleções hídricas, o lixo provoca poluição física, química, biológica e bioquímica.

X A poluição física se apresenta na forma de aumento de temperatura da água, aumento da turbidez, formação de lodo e alteração na cor.

X A poluição química tem como maiores responsáveis os resíduos industriais e os tóxicos (detergentes não degradáveis, fungicidas e substâncias tóxicas, entre outras).

X A poluição biológica geralmente é provocada por resíduos líquidos, como esgotos lançados sem tratamento, tendo como principal agente o nitrato de fósforo.

X A poluição bioquímica tem origem numa série de fenômenos naturais que acontecem com o lixo, tais como a percolação, a lixiviação, o arrastamento, a dissolução, etc., que podem provocar a poluição bioquímica tanto das águas de superfície, quanto das águas subterrâneas.

A disposição final do lixo fora dos padrões de normalidade provoca, ainda, impacto de ordem visual. Além de ser ação perigosa sanitariamente, afeta os olhos, além de causar impactos de ordem estética para a paisagem urbana.

O lixo é um sério complicador da vida humana, pela proliferação de vetores transmissores de doença, pelo mau cheiro que exala, pelo mal-estar que causa.

Segundo estatísticas apresentadas pela Agenda 21, em 2025 o planeta estará habitado por cerca de 8 bilhões de pessoas e, desse total, 5 bilhões deverão estar em áreas urbanas. Hoje, há 6 bilhões de habitantes no planeta, produzindo aproximadamente 30 bilhões de toneladas de lixo por ano.

## 2.2. Gerenciamento Integrado

A gestão integrada dos resíduos sólidos consiste na articulação de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento, desenvolvidas por uma administração municipal, para varrer, segregar, tratar o lixo de sua cidade, e dele dispor de forma definitiva.

O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos domiciliares urbanos deve ser feito com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos e deve ter, como base, a concepção de um modelo de gerenciamento apropriado para o município, considerando-se que a quantidade e qualidade do lixo urbano geradas decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, dos hábitos de consumo vigentes e do grau de urbanização, pressupõe:

- A conscientização de que todas as ações e operações envolvidas devem estar integradas, influenciando umas às outras;
- A limpeza do município por meio de um sistema de coleta de transporte adequado e o tratamento do lixo, utilizando-se as possíveis tecnologias compatíveis com a realidade local;
- A garantia de uma destinação ambiental correta e segura para o lixo.

O conjunto de ações para o gerenciamento do lixo deve estar em consonância com as metas estabelecidas pelo município, através dos órgãos de interface com o ambiente.

A *evolução* e a *revolução* são os caminhos apontados na prática para mudanças nos sistemas gerenciados de lixo municipal. No entanto, a *evolução*, que produz melhoras pequenas, porém constantes, mantidas por longo tempo, tem mais probabilidade de conduzir ao sucesso do que tentativas de obtê-las pela *revolução*, ou seja, em grande salto tecnológico.

Quando estabelece os parâmetros para o desenvolvimento de ações de articulação e implementação em relação ao lixo, o município, através das autoridades que o representam, assume enorme grau de responsabilidade, sendo peça fundamental para o gerenciamento integrado do lixo. Não há que se esquecer que o desafio maior é a

conscientização de planejadores, técnicos e, principalmente, das comunidades, para o sucesso da empreitada.

### 2.3 Relação homem/natureza

A relação homem/natureza foi estabelecida, na história da humanidade, através da exploração e transformação dos recursos naturais. A pequena faixa demográfica num meio natural tão vasto contribuiu, durante longo tempo, para uma convivência pacífica entre o homem e o meio ambiente, pela pequena agressão, que era respondida pelo meio ambiente a essas ações através dos ciclos naturais características do equilíbrio ecológico. A partir do crescimento populacional do planeta de forma acelerada, tal relação se viu ameaçada.

A exploração intensiva dos recursos naturais era o modelo adotado com vistas à alimentação das linhas de produção de uma sociedade que, a partir do século XVIII, se industrializou. A industrialização passa a significar para a sociedade o progresso significativo de mais produção, induzindo um consumo cada vez maior. O aumento da produção a qualquer custo acabou por tornar o homem vítima do próprio modelo que criara.

A partir da segunda metade do século XX, o modelo de desenvolvimento em vigor começou a ser questionado, quando se passou a afirmar que alguns bens da natureza são finitos. Por outro lado, surgiram debates sobre as diferenças, cada vez maiores, impostas por tal modelo, ao se dividir o mundo em duas partes: a desenvolvida e a sub-desenvolvida, que não usufruiria da maioria dos progressos do sistema.

Com o aumento da produção industrial, dos hábitos de consumo e geração de resíduos, o lixo traz à baila questionamentos importantes:

O que fazer? Como fazer? Quem irá fazer?

As respostas dependem de um complexo de variáveis relativas às características de cada situação. Aparece, então, neste contexto o papel importante a ser desempenhado pelo município, na busca de soluções integradas, para adaptá-las às condições de cada local.

Os serviços de limpeza pública, na sua execução e na fiscalização, são da alçada das administrações locais, e compreendem a coleta domiciliar do lixo, seu transporte, o destino e a disposição final de tais resíduos sólidos urbanos.

#### **2.4 A participação comunitária e a conscientização ambiental ao problema do lixo**

Ao explorar os recursos da terra, não os reutilizando ou reciclando, o ser humano polui o meio ambiente com o refugo originário desses produtos, impedindo, com tal poluição, a realização dos ciclos naturais, de forma apropriada, colocando o ambiente em perigo.

Perigosa para a saúde, a poluição é constante ameaça ao bem estar de nossas vidas e do planeta.

Vários segmentos da população vêm questionando os problemas relacionados com os resíduos sólidos, demonstrando interesse pelo meio ambiente, preocupando-se com a situação dos municípios e as metas de seus governantes, criando, desta forma, um cenário favorável à base de soluções não usuais.

O quadro deficitário nacional de recursos financeiros prejudica o planejamento, e os problemas se avolumam, sobretudo no campo da saúde pública e no campo do saneamento, ficando em um plano de importância secundária os resíduos sólidos.

A participação da comunidade é um dado positivo na busca de soluções para problemas como esse, configurando-se a *coleta seletiva* como alternativa que merece um estudo mais apurado.

Atualmente, desenvolve-se uma maior consciência ambientalista, por parte de determinados segmentos comunitários, que passam a exigir e cobrar posturas e procedimentos mais adequados dos órgãos competentes, assumindo participação ativa no processo de recuperação e preservação do meio ambiente, forçando a adoção de medidas nem sempre econômicas, porém adequadas, sob a perspectiva ambientalista, às administrações correlatas.

## 2.5 O Lixo no Mundo e no Brasil

Estima-se que a população mundial, hoje de mais de 6 bilhões de habitantes, esteja gerando 30 milhões de toneladas de lixo por ano, segundo dados de 1998.<sup>64</sup>

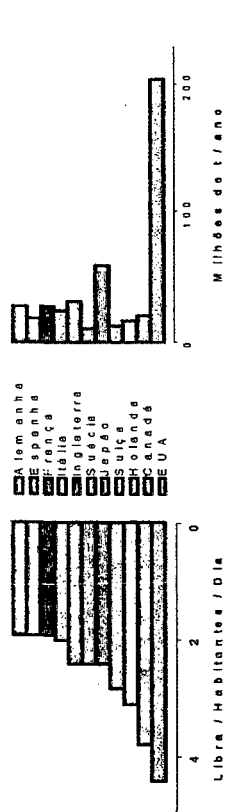
Como é este lixo e o que acontece com ele?

Os Figuras 1 a 6, do Gráfico 1<sup>65</sup> mostram como é a situação em alguns países considerados desenvolvidos, tais como a Alemanha, Espanha, França, Itália, Inglaterra, Suécia, Japão, Holanda, Canadá e EUA, onde se deduz: a) a Figura 1 que trata da geração de lixo municipal, indica como maior gerador de lixo em milhões de t/ano, os EUA, e como menor gerador de lixo municipal a Suécia. Com relação à quantidade libra/habitantes/dia, aparece os EUA com maior percentual, e a Alemanha com a menor geração por habitante; b) a Figura 2 indica que a composição do lixo municipal, apresenta a Suécia com o maior volume de papel; a Suíça com o maior volume de plásticos; a Inglaterra com maior de vidro; os EUA com maior volume de metal e a Espanha com o maior volume de outros tipos de lixo; c) a Figura 3 que indica a disposição do lixo municipal em aterros, em relação as milhões de t/ano produzidas e que devem ser aterradas, aponta que a Inglaterra possui o maior percentual de lixo aterrado, enquanto a Suíça possui o menor índice de lixo aterrado; d) a Figura 4 que se refere à incineração do lixo municipal, indica que em relação as milhões de t/ano geradas, o Japão tem o maior índice percentual de lixo incinerado, enquanto a Espanha aparece com o menor índice de lixo incinerado; e) a Figura 5 que representa a reciclagem do lixo municipal apresenta os EUA como o maior país reciclador, em relação à geração de lixos recicláveis, e a Inglaterra aparece como país que menos recicla o lixo; e) a Figura 6 que indica a compostagem do lixo municipal, aponta a Espanha com o maior percentual de lixo compostado por milhões de t/ano, e a Alemanha com o menor índice de lixo compostado.

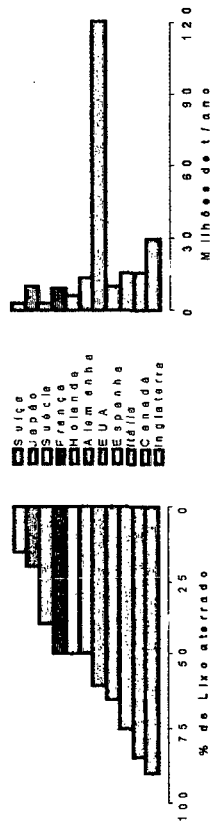
<sup>64</sup> SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. 1988. *A cidade e o lixo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/CETURB, p.100.

<sup>65</sup> D'ALMEIDA, Maria Luzia Otero; VILHENA, André, op. cit., p. 30.

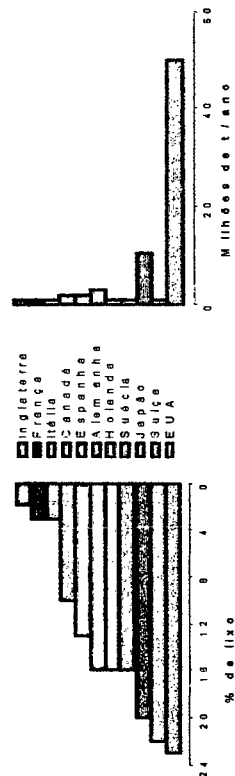
## Gráfico 1-Situação do Lixo no Mundo



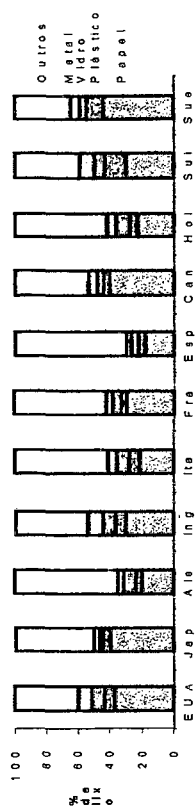
Fonte: USEPA (1995)  
Figura 1 - Geração do lixo municipal



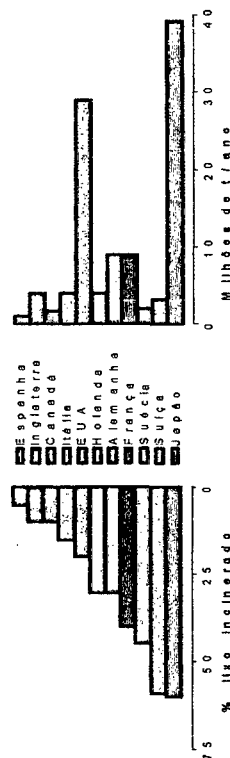
Fonte: USEPA (1995)  
Figura 3 - Disposição do lixo municipal em aterros



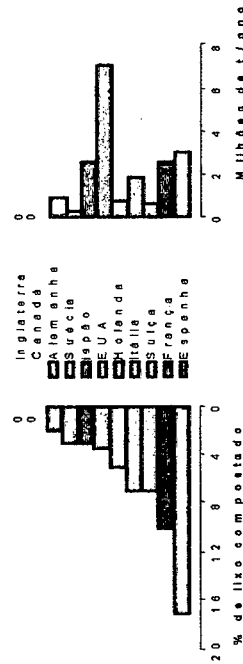
Fonte: USEPA (1995)  
Figura 5 - Reciclagem do lixo municipal



Fonte: USEPA (1995)  
Figura 2 - Composição do lixo municipal



Fonte: USEPA (1995)  
Figura 4 - Incineração do lixo municipal



Fonte: USEPA (1995)  
Figura 6 - Composição do lixo municipal

Para os países da América Latina e do Caribe, não se dispõe de dados consolidados. Existem dados esparsos. No entanto, uma pesquisa (CEPAL 1995) afirma que do lixo coletado na América Latina e Caribe, 35% são depositados em lixões, 35% são depositados em aterros de baixa qualidade e 30% em aterros sanitários. Nos dados oficiais, o percentual do que é composto, incinerado, ou triado para reciclagem é tão pequeno que não foi considerado no trabalho utilizado como referência. Cabe salientar, ainda, que não foi computada a coleta/triagem para reciclagem, efetuada normalmente por catadores em praticamente todos esses países.

O Brasil, pela grande diversidade dos ecossistemas que possui e em função da sua vasta extensão territorial, e também pela importante presença da Amazônia, é com certeza um dos mais relevantes países no que diz respeito ao meio ambiente.

O Brasil, em função das suas disparidades regionais, tem um pouco de cada uma das situações ilustradas nos quadros 2 e 3:

#### Quadro 2 – Situação do Lixo

<p><b>Densidade demográfica: Alta</b>  <b>Nível de renda: Alto</b>  <b>Exemplos: Japão, Alemanha, Bélgica, costa leste dos EUA</b></p> <p><i>Características do Lixo:</i> Alta geração per capita. Alto teor de embalagens.  <i>Gestão do Lixo:</i> Coleta total do lixo, com foco em programas de coleta seletiva. Incineração usada para gerar energia. Aterro sanitário, com controles ambientais, como forma de destinação final.</p>
<p><b>Densidade demográfica: Alta</b>  <b>Nível de renda: Baixo</b>  <b>Exemplos: Cidades na Índia, China, Egito</b></p> <p><i>Características do lixo:</i> Média geração per capita, teor médio de embalagens e alto de restos de alimentos.  <i>Gestão do lixo:</i> Coleta inadequada do lixo. Crescente preocupação em fechar lixões e criar aterros sanitários com controles ambientais. Indústrias de reciclagem abastecidas por catadores trabalhando nas ruas e nos lixões.</p>

Fonte: D'ALMEIDA, Maria Luzia Otero; VILHENA, André. **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado**. 2. Ed. São Paulo, IPT/CEMPRE, 2000, p.03-04.



### Quadro 3-Situação do lixo

<p><b>Densidade demográfica: Baixa</b>  <b>Nível de renda: Alto</b>  <b>Exemplos: Canadá, países nórdicos, interior dos EUA</b></p> <p><i>Característica do Lixo:</i> Alta geração per capita. Alto teor de embalagens e com grande parcela de resíduos de jardinagem.  <i>Gestão do Lixo:</i> Coleta total do lixo. Aterro sanitário como principal forma de destinação. Algumas iniciativas de reciclagem, dependendo da região. Compostagem de resíduos orgânicos.</p>
<p><b>Densidade demográfica: Baixa</b>  <b>Nível de renda: Baixo</b></p> <p><b>Exemplos: Áreas rurais da África e de algumas regiões da América Latina.</b>  <i>Característica do lixo:</i> Baixa geração <i>per capita</i>. Alto teor de restos de alimentos.  <i>Gestão do lixo:</i> Coleta inadequada do lixo. Lixão como principal forma de destinação.</p>

**Fonte:** D'ALMEIDA, Maria Luzia Otero; VILHENA, André. *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2. Ed. São Paulo, IPT/CEMPRE, 2000, p.03-04.

A coleta de lixo no Brasil, em 1997, considerando-se apenas os domicílios urbanos era de, aproximadamente, 70%. Este percentual, embora longe de ser o mais adequado, representa um avanço em relação aos valores de 1990 (64%) e de 1981 (49%). Estes dados globais, todavia, escondem grandes diferenças regionais, conforme dados da tabela 1.

Tabela 1 – Dados sobre coleta de lixo no Brasil

ESTADOS DO BRASIL	DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO (%)	ESTADOS DO BRASIL	DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO (%)	ESTADOS DO BRASIL	DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO (%)
Maranhão	67,5	Amazonas	30,7	Santa Catarina	10,6
Piauí	63,1	Amapá	28,2	Rio de Janeiro	10,0
Bahia	51,2	Rio Grande do Norte	27,1	Rio Grande do Sul	9,2
Alagoas	50,5	Rondônia	26,1	Mato Grosso do Sul	5,4
Ceará	47,8	Espírito Santo	24,4	São Paulo	3,2
Acre	47,6	Roraima	24,3	Distrito Federal	1,4
Tocantis	46,1	Minas Gerais	24,0		
Pernambuco	44,5	Góias	23,1		
Pará	38,4	Mato Grosso	9,1		
Sergipe	38,2	Paraná	11,2		

Fonte: Senac (1996) in D'ALMEIDA, Maria Luzia Otero; VILHENA, André. *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2. Ed. São Paulo, IPT/CEMPRE, 2000, p.03-04.

## 2.6 Desafios do Gerenciamento Integrado do Lixo Municipal

O Brasil chega ao início do século XXI com população estimada em 170 milhões de habitantes a taxa de crescimento demográfico em torno de 1,4% ao ano. Apesar de a taxa de crescimento estar caindo sistematicamente, estima-se que a população brasileira deverá atingir 211 milhões em 2020.<sup>66</sup>

Desde a década de 50, essa população vem se concentrando nas áreas urbanas pelos mais variados fatores, tais como migração interna, mecanização da

<sup>66</sup> IBGE. 1998b. *Síntese de indicadores sociais*. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/estatistica/população/contagem/brcont96.shtm>>. Acesso em 20 março de 2001.

agricultura, processo de industrialização, busca de melhores oportunidade de empregos e qualidade de vida, etc.. Em 1996, conforme dados do IBGE, a população urbana do país ultrapassou 67% da população total. O número de regiões metropolitanas aumentou de 9, em 1955, para 17 em 2000, conforme mostra a tabela 2. Este acréscimo ocorreu principalmente na Região Sul.

**Tabela 2 – Regiões metropolitanas e respectivos números de municípios**

<b>Região Metropolitana</b>	<b>Municípios</b>	<b>Região Metropolitana</b>	<b>Municípios</b>
Vitória (ES)	5	Recife (PE)	14
Belém (PA)	5	Vale do Itajaí (SC)	16
Natal (RN)	6	Rio de Janeiro (RJ)	19
Londrina (PR)	6	Florianópolis (SC)	22
Maringá (PR)	8	Porto Alegre (RS)	23
Fortaleza (CE)	9	Curitiba (PR)	24
Baixada Santista (SP)	9	Belo Horizonte (MG)	26
Salvador (BA)	10	São Paulo (SP)	39
N/NE Catarinense (SC)	11		

Fonte: IBGE (2000.) in D' ALMEIDA, Maria Luzia Otero; VILHENA, André. *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2. Ed. São Paulo, IPT/CEMPRE, 2000, p.03-04

O acelerado processo de urbanização, aliado ao consumo crescente de produtos menos duráveis, e/ou descartáveis, provocou sensível aumento do volume e diversificação do lixo gerado e sua concentração espacial. Desse modo, o encargo de gerenciar o lixo tornou-se uma tarefa que demanda ações diferenciadas e articuladas, as quais devem ser incluídas entre prioridades de todas as municipalidades.

Em relação ao lixo, as comunidades enfrentam atualmente grandes desafios, dentre os quais destacam-se:

- **Encontrar soluções ambientalmente seguras para os problemas decorrentes da geração do lixo em grandes cidades.**

As grandes cidades, densamente ocupadas e conurbadas, que no Brasil hoje já compõem 17 regiões metropolitanas, apresentam problemas semelhantes que desconhecem os limites municipais, tais como:

- Escassez ou inexistência de áreas para a disposição final do lixo;
- Conflitos de usos do solo, com a população estabelecida no entorno das instalações de tratamento, aterros e lixões;
- Exportação de lixo a municípios vizinhos, gerando resistências;
- Lixões e aterros operados de forma inadequada, poluindo recursos hídricos.<sup>67</sup>

- **Encontrar soluções para o lixo gerado em pequenas e médias comunidades com poucos recursos.**

As informações disponíveis indicam que, dos 4,8 bilhões de pessoas que vivem em países em desenvolvimento, 60% ainda não contam com saneamento básico 50% não têm acesso à água limpa, 25% não têm habitação adequada e 20% não têm acesso a serviços de saúde.

No Brasil, para os 5.507 municípios existentes, têm-se a seguinte distribuição:

- 4.089 municípios têm menos de 20.000 habitantes;
- 1.207 municípios têm de 20.000 a 100.000 habitantes;
- 182 municípios têm de 100.000 a 500.000 habitantes;
- 24 municípios têm mais de 500.000 habitantes;

---

<sup>67</sup> D'ALMEIDA; VILHENA, op. cit., p. 8.

Os dois desafios mencionados impõem-se principalmente para os municípios com mais de 20.000 habitantes e para os com mais de 500.000 habitantes.<sup>68</sup>



- **Encontrar soluções para a relação água/lixo**

O consumo de água no Brasil dobrou nos últimos 20 anos e, num futuro próximo, poderemos nos defrontar com sérios problemas de disponibilidade de água potável e de elevação dos custos para sua adução e tratamento, sendo plausível estimar que, se nada for feito, em 10 anos o desabastecimento poderá atingir grandes centros urbanos como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e a maioria das áreas metropolitanas do país, em função da poluição e da queda de produção de mananciais e dos conflitos do uso múltiplo não planejado (irrigação, lazer, navegação, esgoto, etc).

A urgência da adoção de ações para o lixo vem somar-se aos esforços atualmente desenvolvidos em muitas localidades brasileiras, no sentido de preservar a qualidade de seus resíduos hídricos. Esses esforços têm conseguido suporte na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433, de 8/1/97), que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, definindo que todas as iniciativas deverão ser tomadas a partir das bacias hidrográficas, que serão as unidades físico-territoriais de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos; um dos pontos mais importantes desta lei é a previsão para o pagamento pela captação (ou uso) da água, uma vez que, até agora, só pagamos pelo seu tratamento e distribuição. Portanto, a água pode, no futuro, se tornar um produto de venda.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> D'ALMEIDA; VILHENA, op. cit., p. 8.

<sup>69</sup> BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Recursos Hídricos no Brasil. Brasília, Abr.1998.

## 2.7 Concepção de um Modelo de Gerenciamento de Lixo Municipal

A produção de lixo nas cidades brasileiras é um fenômeno que ocorre diariamente em quantidades e composições que variam com seu nível de desenvolvimento econômico, com a sua população e seus diferentes estratos sociais.

Os sistemas de limpeza urbana são de competência municipal. Devem promover a coleta, o tratamento e a destinação final e sanitária de forma correta e segura. No entanto, esta tarefa não é fácil, por fatores tais como:

- Inexistência de uma política brasileira adequada de limpeza pública;
- Limitações de ordem financeira, como orçamentos inadequados, fluxos de caixa desequilibrados, tarifas desatualizadas, arrecadação insuficiente e inexistência de linhas de crédito específicas;
- Deficiência na capacitação técnica e profissional do gari ou engenheiro-chefe;
- Descontinuidade política e administrativa;
- Ausência de controle ambiental.

Os fatores acima constituem-se em problemas que, se aceitos passivamente, têm como consequência o imobilismo quanto à questão do lixo urbano, resultando em problemas sanitários e ambientais.

O administrador deve utilizar toda sua habilidade e contar com a cooperação da população para superá-los gradativamente e conceber soluções na medida das possibilidades, mas continuamente.

Existem inúmeros modelos para o gerenciamento integrado do lixo. Nesta infinidade de opções, nenhuma sugestão ou consultoria substitui o conhecimento que está nos cidadãos e em sua administração municipal.

## 2.8 Diagnóstico da Situação

O diagnóstico da situação é essencial para a definição de um modelo de gerenciamento. O diagnóstico de qualquer situação só pode ocorrer após o levantamento de vários dados, de modo a se conhecer:

- a dimensão atual do problema;
- os prognósticos para o futuro;
- os recursos humanos, materiais e financeiros de que se dispõe ou que poderão ser obtidos.

São prioritárias para o gerenciamento do lixo as seguintes ações:

1. Coletar todo o lixo gerado de responsabilidade da prefeitura;
2. Dar destino final adequado para todo o lixo coletado;
3. Buscar formas de segregação e tratamento para o lixo do seu município.  
Considerar que essas formas só darão resultados positivos e duradouros se responderem a claros requisitos ambientais e econômicos;
4. Fazer campanhas e implantar programas voltados à sensibilização e conscientização da população no sentido de manter a limpeza da cidade;
5. Incentivar medidas que visem a diminuir a geração de lixo.

Tais ações não acontecem rigorosamente nesta ordem, mas se combinam com as circunstâncias, como, por exemplo, para garantir a coleta de todo o lixo deve haver colaboração, conscientização da comunidade.

## 2.9 Conhecimento do Lixo do Município

O gerenciamento integrado do lixo municipal deve começar pelo conhecimento de todas as características deste, pois, vários fatores influenciam neste aspecto, tais como:

- número de habitantes do município;
- poder aquisitivo da população;
- condições climáticas;
- hábitos e costumes da população;
- nível educacional.

A influência dos fatores citados é melhor expressa pela quantidade de lixo gerada pela sua composição física e parâmetros físico-químicos, todos indispensáveis ao correto prognóstico de cenários futuros, sendo necessárias ao planejamento do gerenciamento do lixo municipal as seguintes informações:

- taxa de geração por habitante (Kg habitante/dia);
- composição física;
- densidade aparente;
- umidade;
- teor de materiais combustíveis e incombustíveis;
- poder calorífico;
- composição química;
- teor de matéria orgânica.

## 2.10 Caracterização do lixo

As características variam ao longo de seu percurso pelas unidades de gerenciamento do lixo, desde a geração até o destino final, bem como ao longo do tempo.



Inicialmente, deve-se estudar as condições da zona urbana, visando identificar a metodologia adequada a ser aplicada. O objetivo da caracterização deve ser muito bem definido, pois, para cada necessidade, variam as análises a realizar e a metodologia de amostragem.

### **2.10.1 Levantamento preliminar de dados**

Fase importante do trabalho para a definição do número total de amostras, onde e como coletá-las.

Inicialmente, deve-se pesquisar dados referentes ao sistema de limpeza pública, tais como número de setores de coleta, frequência de coleta, características dos veículos coletores, distância dos locais de tratamento e disposição final e quantidade de resíduos gerada.

Devem ser considerados, também, os aspectos de sazonalidade e climáticos, influências regionais e temporais, já que interferem na composição física dos resíduos, e na representatividade da amostra. É aconselhável que as análises sejam executadas sistematicamente.

Por fim, o objetivo da análise é fator que determina o ponto do processo em que a amostra deverá ser tomada.

### **2.10.2 Amostragem e preparação da amostra**

Definidos o número de amostras e os pontos de amostragem, passa-se à fase de amostragem propriamente dita.

Os materiais utilizados para a coleta e preparação das amostras são:

- materiais de segurança (capacetes, óculos, luvas, botas, máscaras), para proteção dos trabalhadores;

- lonas para confinamento (superior e inferior) dos resíduos, impedindo perdas de material e contaminação das amostras;
- enxadas, garfos, gadanhos e facões, empregados para rompimento dos receptáculos, para separar e revolver os materiais, e formar montes;
- mesas de madeira, servindo de base para o retalhamento e picagem fina dos resíduos;
- facões, machadinhas, tesouras e espátulas, para retalhar e picar finamente os resíduos;
- sacos plásticos, para acondicionar e transportar as amostras;
- balanças, com capacidades de 20 a 200 kg;
- tambores e pás, para coleta de amostras<sup>70</sup>.

O objetivo da amostragem é a obtenção de uma amostra representativa, ou seja, a coleta de uma parcela do resíduo a ser estudado que, quando analisada, apresente as mesmas características e propriedades de sua massa total.

### **2.10.3 Limpeza pública**

Como já foi dito, o art. 30, inciso V da Constituição Federal Brasileira de 1988, estabelece a competência do Município na organização e prestação direta ou sob regime de concessão, dos serviços de interesse local.

Desta forma fica estabelecido que a limpeza pública é uma obrigação de responsabilidade do município e, para cumpri-la, deve estruturar-se adequadamente, considerando, logicamente, a sua potencialidade, para dar resposta à altura pela prestação desse serviço essencial, preocupando-se em buscar soluções de baixo custo, sem prejuízo dos requisitos mínimos da técnica e da salubridade exigidos.

---

<sup>70</sup> D'ALMEIDA; VILHENA, op. cit., p. 33.

#### 2.10.4 Definição de limpeza pública

Consoante FONSECA

*É todo um serviço que tem sob sua responsabilidade a execução das seguintes tarefas: coleta, remoção e destino adequado de resíduos em geral, remoção de podas, animais mortos e/ou feridos, veículos abandonados, varrição e lavagem de vias públicas; ajardinamento de praças e jardins, conservação de monumentos, cemitérios e matadouros, pinturas de meios fios, arborização, podagem e capinação, limpeza, desobstrução de galeria pluvial e drenagem urbana.<sup>71</sup>*

#### 2.10.5 Acondicionamento

Para o acondicionamento adequado do lixo, deve-se ter embalagens que apresentem bom desempenho para que atendam a requisitos de acondicionamento local e estático do lixo. Os coletores estacionários e de varrição de rua devem ter seu desempenho mecânico verificado conforme a vida útil desejada ou com base em normas internacionais que levem em consideração a reutilização.

O acondicionamento começa dentro de casa e, se não merecer a atenção devida, certamente irá desorganizar o sistema, começando pela coleta.

A limpeza urbana tem como tarefa tentar educar a população no sentido da conscientização do acondicionamento do lixo e da sua padronização. Deve-se procurar adequar o acondicionador ou recipiente à coleta, objetivando satisfazer os seguintes requisitos:

- garantir uma manipulação segura por parte da guarnição;
- ter condições sanitárias preconizadas;
- ser estético, não provocar repulsão ou rejeição;
- ter capacidade de atendimento, em termos de volume, entre duas coletas;
- permitir uma coleta rápida, contribuindo para o aumento da produtividade do trabalho.<sup>72</sup>

<sup>71</sup> FONSECA, op. cit., p.36.

<sup>72</sup> Idem, Ibidem, p. 40.

## 2.11 Coleta Seletiva

A coleta seletiva de lixo é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como papéis, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradora. Estes materiais são vendidos às indústrias recicladoras ou aos sucateiros.<sup>73</sup>

A operacionalidade de um sistema de coleta seletiva de lixo domiciliar urbano pode ser feita de diversas formas. Cada município deve avaliar e adotar aquela que melhor lhe convier. A combinação de diferentes metodologias poderá gerar melhores resultados.

Qualquer projeto que envolva a coleta e reciclagem de lixo necessita de uma avaliação prévia qualitativa e quantitativa do perfil dos resíduos sólidos gerados em diferentes pontos do município.

Quatro são as principais modalidades da coleta seletiva: porta-a-porta (ou domiciliar), em postos de entrega voluntária, em postos de troca e por catadores.

*Porta-a-porta* – os veículos coletores percorrem as residências em dias e horários específicos que não coincidam com a coleta normal. Os moradores colocam os recicláveis nas calçadas, acondicionados em containeres distintos, que variam em tipo e número com o sistema implantado.

*Postos de entrega voluntária (PEV) ou locais de entrega voluntária (LEV)* – utiliza containeres ou pequenos depósitos, colocados em pontos fixos no município, onde os cidadãos, espontaneamente, depositam os recicláveis.

Nos postos de entrega voluntária (PEV) ou locais de entrega voluntária, cada material deve ser colocado num recipiente específico, onde deve constar o nome do reciclável, recipientes esses que obedecem a uma padronização de cores já preestabelecida:

- amarelo para metal;
- verde para vidro;
- azul para papel;

---

<sup>73</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria de Serviços. Lixo reciclado em Vitória. Disponível em <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/serviços/usina>> Acesso em 02/02/2001.

- vermelho para plástico.

A coleta seletiva normalmente exige a construção de galpões de triagem, onde os materiais recicláveis são recebidos, separados, misturados, prensados ou picados e enfardados ou embalados. Em alguns casos, pode ser feito um pré-beneficiamento, que irá agregar valor à sucata a ser comercializada (por exemplo retirada de rótulos, lavagem, separação por cor, tipo, etc.).

A coleta seletiva deve estar baseada no tripé:

- tecnologia para efetuar a coleta, separação e reciclagem;
- mercado - para absorção do material reciclado;
- conscientização - para motivar o público alvo.

#### **2.11.1 Aspectos positivos e aspectos negativos da coleta seletiva**

O sucesso da coleta seletiva está diretamente associado aos investimentos feitos para sensibilização e conscientização da população. Normalmente, quanto maior a participação voluntária em programas de coleta seletiva, menor será seu custo de administração.

Os principais aspectos da coleta seletiva são:

- proporciona boa qualidade dos materiais recuperados, uma vez que estes estão menos contaminados pelos outros materiais presentes no lixo;
- estimula a cidadania, pois a participação popular reforça o espírito comunitário;
- permite articulações com catadores, empresas, associações ecológicas, escolas e sucateiros, etc.
- reduz o volume do lixo que deve ser disposto;
- criação de trabalho e renda (Centros de Triagem).

Os principais aspectos negativos da coleta seletiva são:

- necessita de esquemas especiais, levando a um aumento nos gastos com coleta.
- necessita, mesmo com a segregação na fonte, de um centro de triagem, onde os recicláveis são separados por tipo.

### **2.11.2 Redução dos custos da coleta seletiva**

Diversas ações são necessárias para a redução dos custos da coleta seletiva, entre elas:

- aprimorar sua divulgação incentivando a comunidade;
- organizar catadores que podem fazer uma triagem a um custo mais baixo do que a prefeitura. Cooperativas são uma forma de gerar mais renda para esta faixa da população;
- promover iniciativas espontâneas do tipo associações de bairros, grupos ecológicos, entidades religiosas, que podem organizar iniciativas de coleta e educação ambiental.
- fazer, se possível, estoques para épocas de altas de preços;
- usar melhor tecnologia e a mais apropriada ao tamanho da cidade e ao volume de lixo a ser separado e coletado.

### **2.11.3 Monitoração da coleta seletiva**

Certos controles são necessários para a monitoração da coleta de recicláveis:

- da tonelage total coletada diariamente;
- da tonelage de material estocado;
- da tonelage de material vendido;
- da tonelage de rejeito;

- do total de horas de trabalho dos caminhões;
- do total de quilômetros rodados;
- do consumo de combustível;
- da mão-de-obra envolvida.

#### **2.11.4 Comercialização dos recicláveis**

Várias ações facilitam a comercialização bem sucedida dos recicláveis, dentre elas:

- planejar todo o sistema;
- conhecer o perfil qualitativo e quantitativo do lixo;
- estimar custos;
- pesquisar mercado;
- auxiliar na gestão técnica e administrativa;
- acompanhar receita/despesa obtida.

Aspectos de natureza técnica, econômica ambiental devem ser consideradas na análise dos fatores intervenientes na coleta seletiva. De modo geral, as prefeituras com orçamentos apertados são induzidas a avaliar apenas as implicações econômicas do novo sistema. O objetivo, contudo, não é o da geração de uma receita suplementar, mas, principalmente da preservação ambiental.

A coleta seletiva tem tido mais possibilidade de erro quando os resíduos gerados pela comunidade apresentam, em sua composição, materiais considerados recicláveis e em quantidades que justifiquem sua separação.

Há necessidade de verificar a existência de mercado comprador para os materiais recicláveis.

Considerações econômicas são indispensáveis, tendo em vista que um sistema de coleta duplo, isto é, coleta regular mais coleta seletiva, possui inevitavelmente um custo mais elevado. A implantação da nova coleta implicará, na maioria dos municípios, uma sobrecarga da estrutura existente, ou uma estrutura

auxiliar que a administre e opere, além de equipamentos, instalações de apoio de veículos, resultando em investimentos nem sempre ao alcance dos recursos disponíveis.

Avaliadas as possibilidades de suporte das novas despesas, deve-se estudar os benefícios ambientais a serem obtidos que estejam diretamente relacionados com os aspectos de natureza técnica.

Sendo maior a quantidade de materiais passíveis de serem recicláveis, maiores serão os recursos naturais preservados. A não disposição de resíduos recicláveis no solo resulta de economia de espaço nos aterros sanitários, podendo até justificar as eventuais despesas resultantes da implantação da coleta seletiva.

Sendo realizada não apenas como tarefa, mas como parte de um conjunto de atuações preservacionistas, constitui-se a coleta seletiva um instrumento altamente eficaz que não pode ser desprezado por segmentos da administração ou do meio ambiente.

## **2.12 Disposição final do lixo**

A disposição final de resíduos vem preocupando todo o mundo, não só em vista do escasso espaço físico para a implantação de novos aterros sanitários, mas também devido à preocupação constante quanto à preservação do meio ambiente.

Ao se falar em meio ambiente, deve-se pensar não somente na preservação da flora e fauna, mas nas inter-relações humanas envolvidas, já que o ser humano tem que interagir com o meio de maneira harmônica, para que haja um equilíbrio do meio em que vivemos, com melhoria da qualidade de vida.

Tal equilíbrio faz-se necessário para que todos os seres vivos garantam uma existência harmônica e equilibrada.

A disposição final adequada do lixo tem papel preponderante nessa tentativa da manutenção de um meio ambiente garantidor de vida saudável.

A resolução nº 005, de 05.08.93, do CONAMA, dispõe: “*a disposição final significa o conjunto de unidades, processos e procedimentos que visam o lançamento de*



*resíduos no solo, garantindo-se a proteção da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.*”<sup>74</sup>

Universalmente, as formas de disposição final adotadas são:

- Vazadouro a céu aberto (lixão);
- Aterro controlado;
- Aterro sanitário.

### **2.12.1 Vazadouro a céu aberto (lixão)**

Caracteriza-se pela simples descarga sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública, de resíduos sólidos municipais. É uma forma inadequada de disposição final. Lançados dessa forma, os resíduos acarretam problemas à saúde, como proliferação de vetores de doenças, geração de maus odores e, principalmente, poluição do solo e das águas subterrâneas e superficiais, pela infiltração do “chorume”.<sup>75</sup>

### **2.12.2 Aterro Controlado**

É um método que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com camada de material inerte no final da jornada de trabalho. É uma técnica de disposição de resíduos sólidos municipais no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e a sua segurança.

Produz poluição localizada, similar ao aterro sanitário, já que a área de disposição é minimizada. De modo geral, não dispõe de impermeabilização de base,

---

<sup>74</sup> Livro de Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA, Brasília, 1999.

<sup>75</sup> **Chorume** – Líquido de cor preta, malcheiroso e de elevado potencial poluidor, produzido pela decomposição da matéria orgânica contida no lixo (ABNT, 1984).

comprometendo a qualidade das águas subterrâneas, nem de sistema de tratamento percolado<sup>76</sup> ou do biogás gerado.

### 2.12.3 Aterro Sanitário

É um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, particularmente o lixo domiciliar. Fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite confinamento seguro em termos de controle de poluição ambiental e proteção à saúde.

A existência do aterro sanitário é primordial, exista ou não tratamento de resíduos sólidos urbanos.

### 2.13 Considerações Finais

Teve o presente capítulo a finalidade de abordar etapas essenciais do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, com ênfase na concepção de um modelo apropriado para o município, levando-se em conta que a quantidade e qualidade do lixo urbano gerado decorrem de um contexto demográfico e de suas características socioeconômicas, culturais e do seu grau de urbanização.

*A evolução e revolução* são os caminhos apontados na prática para grandes mudanças nos sistemas gerenciados de lixo municipal.

A participação comunitária e a conscientização ambiental do problema lixo, vêm tomando fôlego à medida que a comunidade demonstra interesse e participa das questões relativas ao meio ambiente, obrigando as autoridades administrativas competentes a que assumam o seu papel e dever de procurar criar condições de qualidade de vida superior.

O Brasil não possui uma política nacional de resíduos sólidos adequada, no entanto, preceitos legais federais, estaduais e municipais, resoluções de órgãos ligados

---

<sup>76</sup> **Percolado** – termo empregado para caracterizar a mistura entre o chorume, produzido pela decomposição do lixo, e a água de chuva que percola o aterro.

ao meio ambiente e normas de órgãos diversos, criam direcionamentos para a gestão adequada da limpeza pública aos órgãos competentes para tal função.

As comunidades e os órgãos públicos enfrentam grandes desafios, tais como: encontrar soluções seguras para os problemas do lixo, encontrar soluções para a relação água/lixo no sentido de preservar a qualidade de seus recursos hídricos, e a busca da criação de um modelo de gerenciamento moderno e adequado.

A responsabilidade do gerenciamento do lixo urbano é do município, sendo que a modernidade tem na coleta seletiva o seu principal eixo.

Os vazadouros a céu aberto (lixões) são a grande praga da questão lixo, acarretando sérios problemas à saúde pública.

Não custa lembrar que, ao se discutirem problemas relativos ao saneamento ambiental, lixo e limpeza pública, a tendência é dar ênfase aos aspectos técnicos destes problemas. A atenção maior é dada às dimensões físicas, químicas e biológicas do meio ambiente e da saúde. É necessário, no entanto, atentar para o ambiente social, isto é, para o contexto social destes problemas. O lixo é função de vários aspectos da rotina diária do ser humano e a limpeza pública está diretamente relacionada com o fenômeno da urbanização e sofisticação da cidade. A solução destes problemas exige mudanças, não só do aspecto técnico, como também no âmbito do ambiente social.

Para o enfrentamento da problemática lixo e limpeza urbana de uma cidade, são necessários conhecimentos técnicos, científicos, recursos humanos e administrativos eficientes, e financiamentos compatíveis. No entanto, há necessidade de que a comunidade esteja presente, esteja conscientizada a respeito do problema e esteja disposta a participar efetivamente da solução. É de fundamental importância tal participação, tendo em vista que, além de influenciar no comportamento, contribui para melhorar o nível de compreensão da comunidade, com conseqüentes mudanças de atitude e aceitação de responsabilidade de participar efetivamente.

É altamente desejável que o conhecimento do assunto lixo e limpeza pública seja amplamente divulgado e que costumes, práticas e responsabilidades sejam adotados pela população. Também é de suma importância que tais conhecimentos sejam absorvidos pelas pessoas que lidam com a limpeza pública e o lixo.

As questões sociais do problema lixo e limpeza urbana envolvem a população, no que diz respeito às suas necessidades, seus desejos, suas atitudes e

conhecimentos, e seus relacionamentos com a proposta de serviços que lhe são oferecidos.

O apoio ativo às medidas ambientais e de saúde, que conduzam a um ambiente sadio, seguro e agradável, somente será possível com a ação decisiva da educação em saúde ambiental que, aliada ao saneamento ambiental, talvez possa ganhar a compreensão e colaboração da comunidade, facilitando o planejamento de programas de interface com o meio ambiente.

### CAPÍTULO III

#### O ESTUDO DE CASO

Neste capítulo encontram-se os aspectos metodológicos que foram utilizados na pesquisa, realizada na Prefeitura Municipal de Vitória – ES, bem como as técnicas empregadas na condução da pesquisa de campo, com as devidas adaptações necessárias às suas características, o processo de coleta de dados e os instrumentos empregados na investigação empírica.

Consoante GALIANO, método:

*é um conjunto de etapas ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”, e técnica “é o modo de fazer de forma mais hábil, mais segura, mais perfeita algum tipo de atividade, arte ou ofício.”<sup>77</sup>*

A pesquisa empírica, segundo OLIVEIRA,

*tem como objeto: a norma de Direito e as demais realidades sociais (comportamento individual e coletivo); fins: diagnóstico da harmonia ou dicotomia entre a ordem jurídica abstrata e a ordem social concreta; fontes: a ordem normativa em seu conteúdo dispositivo e as demais realidades sociais; e métodos: determinados pela natureza e conteúdo das fontes de informação.”<sup>78</sup>*

O presente estudo de caso foi realizado no município de Vitória-ES, tendo como alvo a Prefeitura Municipal de Vitória. O tipo de pesquisa foi analítico/descritivo. Segundo MARCONI & LAKATOS, a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever, analisar e interpretar um fenômeno (ou fenômenos) e o seu funcionamento no presente. O método de abordagem utilizado foi o indutivo, que na lição de GIL, “parte do

---

<sup>77</sup>GALIANO, A. Guilherme. *Método Científico/Teoria e Prática*. 2. ed. São Paulo: Hardra, 1986, p.6.

<sup>78</sup>OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Monografia Jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso*. Porto Alegre: Síntese, 1999, p. 33.

particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”.<sup>79</sup> O método de procedimento foi monográfico, que, no entendimento de MARCONI & LAKATOS, “(...) *consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com fim de obter generalizações*”.<sup>80</sup> As técnicas de pesquisa foram bibliográficas/documentais, feitas através de documentação direta e indireta.

### 3.1 A Organização

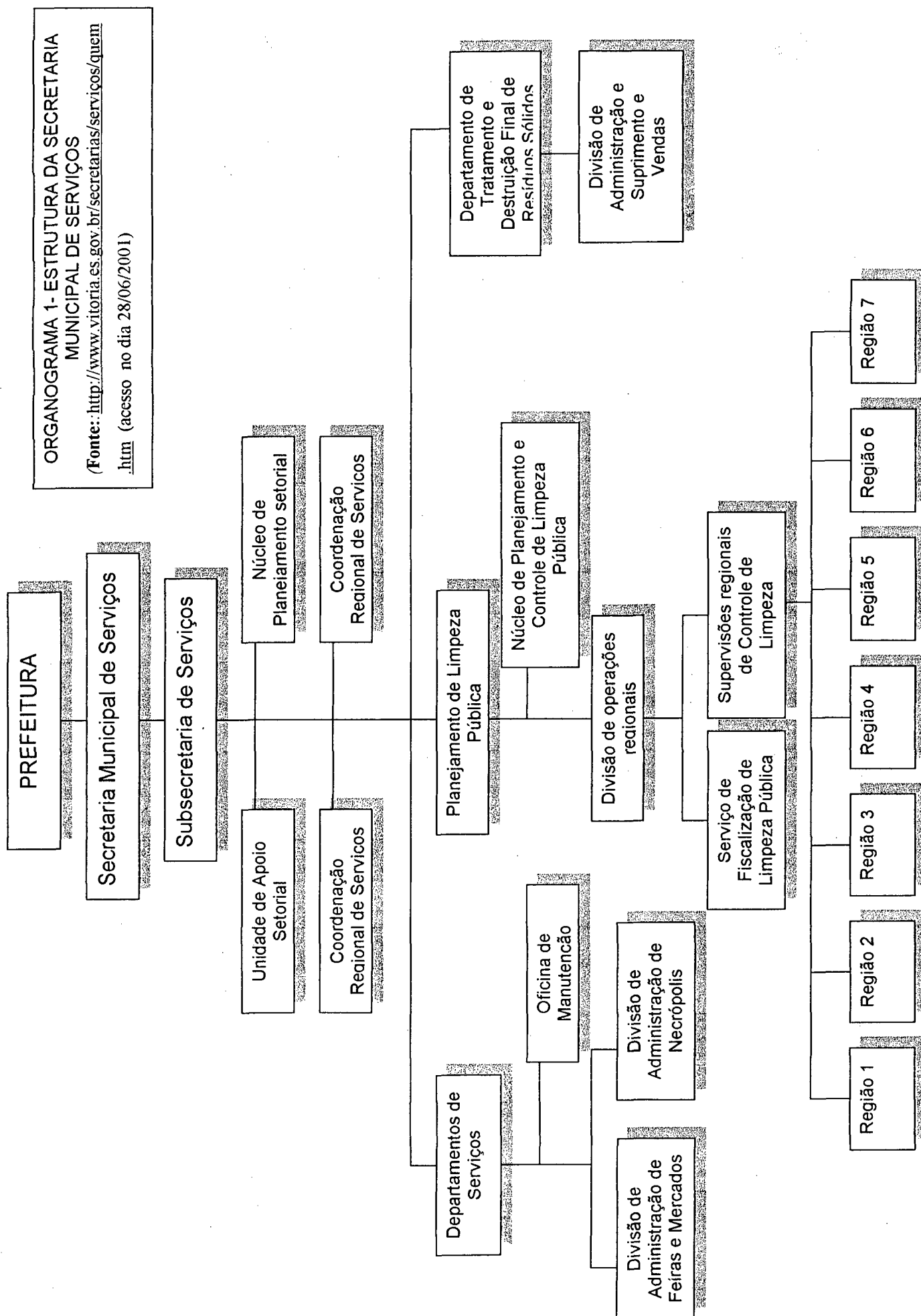
O estudo foi realizado na Prefeitura Municipal de Vitória-ES, através da Secretaria Municipal de Serviços (SEMURB), que trata da política de limpeza pública e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), responsável pelo sistema municipal de meio ambiente.

A Secretaria Municipal de Serviços foi criada a partir da reforma administrativa no início de 1987, com vistas a planejar, implementar e administrar a política municipal de limpeza pública, feiras e mercados, cemitérios e manutenção de praças e canteiros centrais. Também administra a Usina de Triagem e Compostagem de Lixo. É formada por quatro departamentos:

- Núcleo de Planejamento Setorial – *Responsável pelo projetos prioritários da Secretaria como o Projeto Vitória Cidade Limpa, criação e execução das campanhas educativas de limpeza.*
- Departamento de Serviços – *Manutenção e conservação de praças e canteiros centrais da Cidade, administração de necrópoles, feiras e mercados e o serviço de fiscalização da limpeza pública*
- Departamento de Limpeza Pública – *operacional da limpeza da Cidade, como varrição e coleta, manual e mecanizada. O Departamento é formado por 07 (sete) Regionais de Controle de Limpeza para cada região da Cidade, e, conta com sistema de radiocomunicação interligado ao Ligue-Lixo 1531.*
- Departamento de Tratamento e Destinação Final – *administra a Usina de Triagem e Compostagem de Lixo, para onde são enviados todos os resíduos coletados em Vitória-ES, onde é feita a separação e destino final.*

<sup>79</sup>GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 29.

<sup>80</sup>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, 1992, p. 37.



A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) é parte integrante do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) e atua em conformidade com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA), que é um órgão colegiado autônomo de caráter deliberativo, consultivo e normativo do sistema.

Criada em 1986, a SEMMAM atua na coordenação, controle e execução de política de meio ambiente, com uma estrutura técnica operacional eficiente, considerada como referência nacional de gestão ambiental de cidades.

A ação da SEMMAM está respalda em legislação moderna e adequada às características da Cidade e às necessidades de seus cidadãos. Dentre essas, destaca-se o Código Municipal de Meio Ambiente (Lei 4.438/97), seus regulamentos e normas decorrentes.

Segundo dados da SEMMAM, a política de meio ambiente de Vitória-ES, é pautada pelos seguintes princípios:

- *promoção do desenvolvimento integral do ser humano;*
- *direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;*
- *racionalização do uso dos recursos ambientais;*
- *preservação e conservação dos ecossistemas naturais.*<sup>81</sup>

Vale aqui registrar que o Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, acumula também o cargo de Secretário de Serviços – em exercício.

---

81 PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES. Secretaria Municipal de Serviços. Disponível em <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/servicos/quem.htm>>. Acesso em 2 fev. 2001.



PREFEITURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
MEIO AMBIENTE

OFICIAL DE GABINETE

CHEFIA DE GABINETE

SUBSECRETARIA

Secretaria Executiva

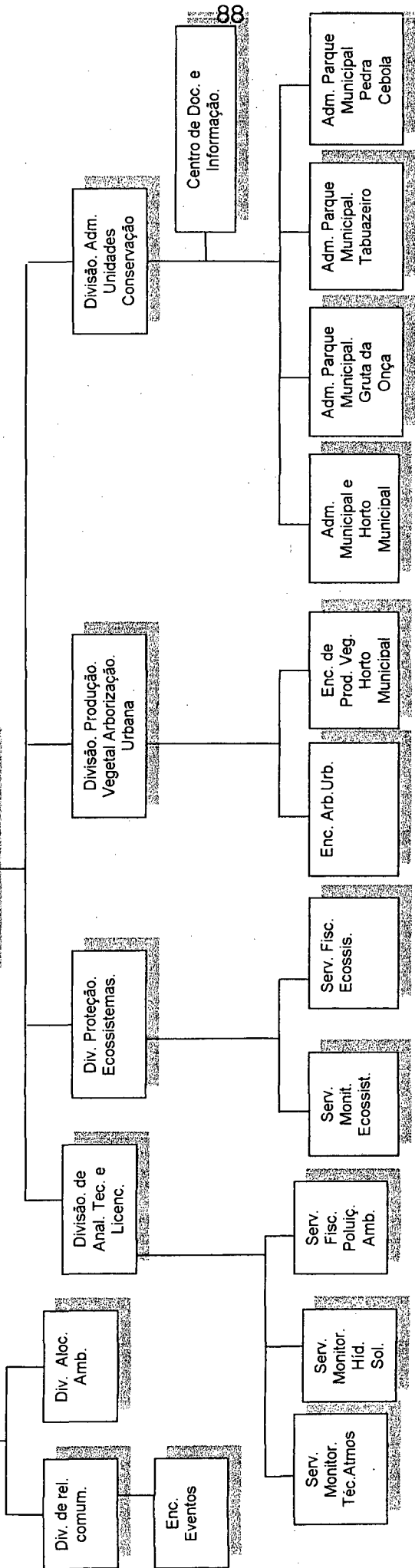
Núcleo de Processamento de  
Dados

Assessoria Técnica

Unidade de Apoio  
Setorial

Diretoria do Departamento de  
Educação Ambiental

Diretoria de Qualidade  
Ambiental



ORGANOGRAMA 2-ESTRUTURA DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Fonte : <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/servicos/quem.htm>  
(pesquisa realizada no dia 28/06/2001)

### 3.2 Os resíduos sólidos domiciliares urbanos no contexto de Vitória-ES

Nos últimos anos, o lixo vem se tornando um problema seriíssimo do ponto de vista sanitário, ambiental, econômico e social.

A geração do lixo urbano é inesgotável, acarretando problemas graves para os órgãos responsáveis pela limpeza pública dos municípios, tendo em vista que são produzidos grandes volumes de lixo dos mais variados tipos e que necessitam ser acondicionados, coletados, transportados, tratados e/ou dispostos de forma adequada sem causar danos ao ser humano e ao ambiente.

Segundo dados da SEMURB<sup>82</sup>, a quantidade de todo o lixo domiciliar coletado em Vitória-ES, no ano de 1999, e que passou pela usina foi de 97.008 toneladas, assim representados: Vidro 2,7%; papel/papelão 19,1%; metal 3,3%; plástico 11,8%; outros 63,1%.

A tabela 3 relativa à *Quantidade Total de Resíduos Sólidos, coletada no ano de 1999, demonstra que o total recebido pela Usina de Compostagem de Vitória(ES) foi de 97.008,00 (ton.) com média de 8.084,16 (ton.); que o total coletado pela empresa contratada pela PMV foi de 88.860,60 (ton.), com média de 7.405,05 (ton.), e que o total transbordado ao Aterro Sanitário foi de 88.903,28 (ton.) com média de 7.408,60 (ton.)*

<b>TABELA 3 - Quantidade Total de Resíduos Sólidos</b>			
<b>ANO - 1999</b>			
<b>MÊS</b>	<b>TOTAL RECEBIDO PELA USINA (TON.)</b>	<b>TOTAL COLETADO PELA EMPRESA CONTRATADA PELA PMV (TON.)</b>	<b>TOTAL TRANSBORDADO AO ATERRO SANITÁRIO (TON.)</b>
Janeiro	8.109,69	7.489,57	6.934,30
Fevereiro	6.966,35	6.423,66	7.232,60
Março	8.587,31	7.830,41	7.920,00
Abril	7.764,14	7.099,58	7.032,35
Maior	7.928,79	7.146,33	7.019,06
Junho	7.909,61	7.116,43	7.382,73
Julho	8.216,18	7.398,75	7.803,25
Agosto	7.736,71	7.066,94	7.207,12
Setembro	7.574,16	6.976,69	6.879,20
Outubro	7.949,46	7.386,31	7.182,39
Novembro	8.857,30	7.961,40	8.154,95
Dezembro	9.678,29	8.964,53	8.695,33
<b>TOTAL:</b>	<b>97.008,00</b>	<b>88.860,60</b>	<b>88.903,28</b>
<b>MÉDIA:</b>	<b>8.084,16</b>	<b>7.405,05</b>	<b>7.408,60</b>

Fonte: Dados extraídos de documentos fornecidos pela CPI do lixo da Câmara Municipal de Vitória.

<sup>82</sup> Dados da Secretaria Municipal de Serviços - SEMURB, Prefeitura Municipal de Vitória-ES - 1999.

**OBS:** Lixo recebido = coletor compactados + policaixa + poliguincho + lixo particular + podas/madeiras. Lixo transbordado = lixo triado + lixo bruto descartado + podas/madeiras

Depreende-se da tabela 4, relativa ao *Controle de Recebimento de Lixo Domiciliar Urbano*, que das 97.007,98 (ton.) de lixo coletadas na cidade de Vitória, no ano de 1999, o lixo domiciliar teve *Participação Relativa* de 83,98% (oitenta e três vírgula noventa e oito por cento).

<b>TABELA 4 - Controle de Recebimento de Lixo Domiciliar Urbano</b>						
<b>( EM TONELADAS ) ANO - 1999</b>						
<b>MÊS</b>	<b>DOMICILIAR</b>	<b>POLY</b>	<b>CAIXA</b>	<b>PARTICULAR</b>	<b>MADEIRAS</b>	<b>TOTAL</b>
		<b>CAIXAS</b>	<b>ESTACION.</b>		<b>PODAS</b>	
Janeiro	6.870,55	619,02	255,06	147,87	217,19	8.109,69
Fevereiro	5.864,57	529,08	211,88	123,36	207,46	6.966,35
Março	7.174,98	655,43	264,60	150,64	341,66	8.587,31
Abril	6.553,95	545,63	241,97	156,06	266,53	7.764,14
Maio	6.583,66	562,67	257,66	157,75	367,05	7.928,79
Junho	6.540,80	575,63	244,58	194,57	354,03	7.909,61
Julho	6.741,20	657,55	209,65	205,40	402,38	8.216,18
Agosto	6.517,51	549,43	185,06	156,84	327,87	7.736,71
Setembro	6.401,43	575,26	163,87	153,74	279,86	7.574,16
Outubro	6.759,71	626,60	165,54	177,47	220,14	7.949,46
Novembro	7.257,20	714,19	186,14	194,39	235,37	8.587,29
Dezembro	8.171,60	792,93	209,59	218,88	285,29	9.678,29
<b>TOTAL:</b>	<b>81.467,16</b>	<b>7.403,42</b>	<b>2.595,60</b>	<b>2.036,97</b>	<b>3.504,83</b>	<b>97.007,98</b>
<b>PART. REL.</b>	<b>83,98%</b>	<b>7,63%</b>	<b>2,68%</b>	<b>2,10%</b>	<b>3,61%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados extraídos de documentos fornecidos pela CPI do lixo da Câmara Municipal de Vitória.

Na tabela 5 relativa ao *Controle de Saída de Rejeitos e Descarte*, verifica-se que foram triadas 66.790,96 (ton.) de lixo domiciliar, representando um percentual de 75,13% (setenta e cinco vírgula treze por cento).

<b>TABELA 5 - Controle de Saída de Rejeitos e Descarte</b>				
<b>ANO- 1999</b>				
<b>MÊS</b>	<b>4300</b>	<b>4400</b>	<b>4500</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	6.007,3	210,4	176,7	6.394,3
Fevereiro	6.366,0	547,7	318,9	7.232,6
Março	7.421,1	171,9	327,0	7.920,0
Abril	4.540,0	2.236,2	256,1	7.032,3
Maiο	5.436,3	1.234,2	348,4	7.019,0
Junho	6.465,2	480,05	437,0	7.382,7
Julho	7.008,5	320,2	474,5	7.803,2
Agosto	5.601,4	1.156,7	449,0	7.207,1
Setembro	4.215,8	2.456,2	207,2	6.879,2
Outubro	4.258,3	2.791,3	132,7	7.182,3
Novembro	4.794,9	3.120,4	239,6	8.154,9
Dezembro	4.676,2	3.805,3	213,8	8.695,3
<b>TOTAL</b>	<b>66.790,96</b>	<b>18.531,07</b>	<b>3.580,95</b>	<b>88.902,98</b>
<b>PART. REL.</b>	<b>75,13%</b>	<b>20,84%</b>	<b>4,03%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados extraídos de documentos fornecidos pela CPI do lixo da Câmara Municipal de Vitória.

**OBS:** 4300 – Lixo triado; 4400 – Lixo Bruto descartado; 4500 Composto Bruto descartado, madeiras e podas.

Consigna-se, na tabela 6, que diz respeito à *Quantidade de Resíduos de Serviço de Saúde Destinado ao Aterro Sanitário*, que o total no ano de 1999 foi de 852,99 (ton.), com média de 71,08 (ton.).

<b>TABELA 6 - Quantidade Total de Resíduos de Serviço de Saúde Destinado ao Aterro Sanitário</b>	
<b>ANO- 1999</b>	
<b>MÊS</b>	<b>QUANTIDADE (TON)</b>
Janeiro	55,95
Fevereiro	56,61
Março	66,80
Abril	55,40
Maiο	63,46
Junho	71,65
Julho	68,06
Agosto	77,60
Setembro	75,36
Outubro	92,73
Novembro	84,02
Dezembro	85,35
<b>TOTAL:</b>	<b>852,99</b>
<b>MÉDIA:</b>	<b>71,08</b>

Fonte: Dados extraídos de documentos fornecidos pela CPI do lixo da Câmara Municipal de Vitória.

A tabela 7 define a *Média Mensal de Resíduos Sólidos Residenciais e Comerciais Coletados por Região Administrativa* no ano de 1999, em 7 regiões estratégicas num total de 7.402,80 (ton.).

<b>TABELA 7 - Média Mensal de Resíduos Sólidos Residenciais e Comerciais Coletados por Região Administrativa</b>	
<b>ANO- 1999</b>	
<b>REGIÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>MÉDIA MENSAL (TON)</b>
1	1.195,29
2	401,39
3	687,99
4	1.036,07
5	1.082,72
6	2.726,07
7	273,27
<b>TOTAL</b>	<b>7.402,80</b>

**Fonte:** Dados extraídos de documentos fornecidos pela CPI do lixo da Câmara Municipal de Vitória

A Usina de Triagem e Compostagem de Lixo de Vitória foi inaugurada em 08 de setembro de 1990, possui capacidade de 320 ton./dia. Atualmente beneficia 300 ton./dia, de segunda a sábado, em dois turnos – de 06h. às 12h. e 12h. às 18h.

Os caminhões coletores do lixo são pesados na balança rodoviária e têm os resíduos descarregados em dois fossos de recepção, cada um com capacidade para 250 m³. Em seguida os resíduos são levados ao processamento através de um sistema de abastecimento, composto por ponte rolante e pólo articulado. Os resíduos passam por tambores revolvedores e seguem por duas esteiras transportadoras, que têm 30 m. de comprimento cada. Nessas esteiras, 60 operários por turno fazem a catação (triagem).

Os materiais separados (papéis, plásticos, metais e vidros) são levados às mesas de classificação e, posteriormente, enviados à prensagem, que também é chamada de enfardamento ou armazenamento. Esses serviços são realizados por 50 operários a cada turno.

Depois de armazenados, os materiais recicláveis estão prontos para ser vendidos às indústrias reprocessadoras que darão continuidade ao processo de reciclagem.

A implantação da Usina de Triagem e Compostagem proporcionou a realização de vários projetos de interesse da comunidade, possibilitando melhorias nas áreas ambiental, sanitária e social.

Na área ambiental, aconteceu a retirada dos resíduos que poluíam o manguezal, acabando com o chamado “lixão” de São Pedro, hoje um bairro com boa qualidade de vida. Na área sanitária, eliminou o risco de transmissão de doenças no bairro São Pedro. Na área social, gerou emprego na Usina de Triagem e Compostagem para mais de 300 pessoas que sobreviviam da catação de lixo em condições subumanas e cerca de 500 empregos indiretos pela movimentação e reprocessamento dos materiais recicláveis nas indústrias processadoras.<sup>83</sup>

### **3.3 A Fiscalização da Disposição Final do Lixo Municipal de Vitória (ES): Uma Análise de Dados**

Esta parte do trabalho tem o intuito de analisar os resultados e concluir o objetivo principal do trabalho, que é responder à questão condutora da dissertação, ou seja, se a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) tem fiscalizado de forma adequada a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

O Contrato nº 16/2000 (anexo A), firmado entre o Município de Vitória (ES), como Contratante, e a empresa Queiroz Galvão S/A. como Contratada, evidencia a responsabilidade da Contratada pela execução de todos os serviços.

O Contrato Administrativo é admitido na forma do que dispõe o artigo 54, da lei 8.666/93 – Lei de Licitações, alterada pelas leis 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos administrativos públicos e dá outras providências, senão vejamos:.

*Art 54 - Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhes*

---

<sup>83</sup>PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria de Serviços (SEMURB). Lixo reciclado em Vitória, Disponível em <[http:// www.vitoria.es.gov.br/secretarias/servicos/usina.htm](http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/servicos/usina.htm)>. Acesso em 02/02/2001.

*supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.*<sup>84</sup>

CRETELLA JR<sup>85</sup> conceitua o contrato administrativo como: “*Um acordo de vontades, de que participa a administração e que, tendo por objetivo direto a satisfação de interesses públicos, está, submetido a regime jurídico de direito público, exorbitante e derogativo do direito comum.*”

Segundo GOMES<sup>86</sup>:

*Encontramos, no instrumento contratual, o contexto que constitui uma série ordenada de proposições que se chamam cláusulas, e que podem ser essenciais, sem as quais o contrato não pode subsistir, naturais que são as condições subentendidas e acidentais, que só figuram no contrato em razão de preposição essencial.*

Não resta dúvidas, portanto, da admissibilidade de o município firmar contratos com terceiros. Ocorrendo, daí, o que podemos chamar de terceirização.

Na lição de DIAS:

*Terceirização é uma filosofia de gestão em que se procura direcionar toda a atenção e o conhecimento da empresa para o produto (ou negócio) que se constitui na mesma atividade principal, tornando-a cada vez mais consolidada no seu ramo específico e terceirizando tudo que não contribui diretamente com a razão de ser da organização.*<sup>87</sup>

Ocorre no presente caso, que a empresa terceirizada para diversos serviços, subcontratou os serviços relativos à *disposição final do lixo* com a empresa Marca Construtora e Serviços Ltda. que possui as áreas de aterro sanitário, por Contrato de Arrendamento feito com o Sr. Manoel Correia da Silva, legítimo proprietário das referidas áreas e peça fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho, o que se confirmará no deslinde do caso. A subcontratação é admitida no próprio texto do

<sup>84</sup> Lei de Licitações n 8.666/93, art.54.

<sup>85</sup> CRETILLA JR, op. cit., p. 391.

<sup>86</sup> GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro. Forense, 1959, p. 18-19.

<sup>87</sup> DIAS, Reinaldo. *Tópicos atuais em Administração: Quarteirização*. Campinas: Alínea, 1998, p. 14.

Contrato 16/2000 (anexo A) pela *Cláusula Quinta - Regime de Execução e Prazos*, que dispõe:

*5.5 – Será admitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do Contratado com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que com expressa anuência do Contratante, obedecido os aspectos legais.<sup>88</sup>*

Após essas primeiras considerações, há que se recorrer ao Processo de Licitação para a contratação dos serviços, dentre eles *a disposição final do lixo municipal*, para que se tenha uma ampla visão da questão em curso.

Em 11 de fevereiro de 2000, a Prefeitura Municipal de Vitória (ES), através da Secretaria Municipal de Serviços, publicou Edital de Concorrência Pública nº 02/2000 com o seguinte objeto: *prestação de serviços de coleta manual e semi-automática de resíduos sólidos domiciliares, residenciais e comerciais, coleta de resíduos especiais, coleta de resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, operação de sistema de transbordo, coleta manual em áreas não trafegáveis por veículos coletores, destinação e disposição final dos resíduos em aterro sanitário, sendo sob regime de empreitada por preço unitário* (anexo B).

A Concorrência Pública foi tempestivamente *Impugnada* no dia 10 de março de 2000 pela empresa SANPLEX – Saneamento e Projetos Executivos apontando o cometimento de várias irregularidades no Edital supramencionado, fundamentando-as em 8 (oito) laudas, em requerimento protocolado na Prefeitura Municipal de Vitória (ES) no dia 10 de março de 2000 (anexo C).

Em 04 de abril de 2000, a Comissão Permanente de Licitação de Serviços da Secretaria Municipal de Serviços julgou pelo não conhecimento do recurso (anexo D) mantendo a decisão contida na ata de abertura dos envelopes da Concorrência Pública nº 02/2000, na qual a impugnante foi desqualificada (anexo E).

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, pelo seu Vice-Presidente no exercício da Presidência, no dia 14 de março de 2000, encaminhou à Prefeitura Municipal de Vitória (ES) o Ofício OF. GTPC. Nº 096/2000 (anexo F), com o seguinte teor:

---

<sup>88</sup> Prefeitura Municipal de Vitória. Contrato 16/2000 (anexo A) pela *Cláusula Quinta - Regime de Execução e Prazos*.



*Encaminho a V.Exa. a título de orientação e para as providências que se fizerem necessárias a Análise Crítica do Edital de Concorrência Pública nº 02/2000 dessa Prefeitura, considerando ser imperativo adequá-la ao Edital, vez que não atendem a dispositivos preconizados na Lei 8.666/93. Em anexo a documentação mencionada.<sup>89</sup>*

Preliminarmente a Análise Crítica diz que o Edital “*salvo melhor juízo, fere princípios basilares da licitação pública e disposições da Lei 8.666/93, que a rege*”, e prossegue, de forma fundamentada, com a apreciação de cada inadequação contida no Edital.

Não foi possível acesso a documentos que dessem condições de afirmar se a Prefeitura manteve o Edital através de Recurso Judicial, ou se o adequou na forma orientada pelo Tribunal de Contas. O certo é que, em tempo recorde, o município firmou com a própria empresa ganhadora da licitação impugnada, o Contrato nº 16/2000, já antes citado, no dia 28/04/2000, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. Deduz-se, pela rapidez com que o Contrato foi firmado, que o Edital foi mantido via judicial, senão vejamos: a impugnação foi feita em 10 de março de 2000; o ofício do Tribunal de Contas recebido em 14 de março de 2000 e o Contrato de Prestação de Serviços firmado em 28 de abril de 2000, denotando que o ofício do Tribunal de Contas, para a correção do Edital de concorrência, fora ultrapassado.

O assunto foi bastante polemizado e, no dia 7 de fevereiro de 2001, o Vereador Dermival Galvão, através do Requerimento nº 126/2001 (anexo G), solicitou ao Presidente da Câmara Municipal de Vitória (ES) aprovação de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito, “*destinada a apurar possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Pública nº 02/2000 (Coleta de Lixo)*”, e afirmando que tal procedimento torna-se necessário em face ao Ofício GPTC Nº 096/2000 do Tribunal de Contas, o qual orienta que o edital nº 02/2000 da Prefeitura Municipal de Vitória não atendeu aos dispositivos preconizados na Lei 8.666/93.

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída pela Resolução nº 1758 da Câmara Municipal de Vitória (anexo H), tendo sido o Vereador Demirval Galvão designado Relator do Processo.

---

<sup>89</sup> Prefeitura Municipal de Vitória (ES), Ofício OF. GTPC. Nº 096/2000 dia 14 de março de 2000.

### 3.3.1 A Representação

No dia 20 de abril de 2001, o Sr. Manoel Correia da Silva Filho, proprietário das áreas onde estão constituídos os aterros sanitários, apresentou *Representação* ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Vitória (anexo I), em face de *Marca Construtora e Serviços Ltda, Construtora Queiroz Galvão S/A., o Município de Vitória e Outros, “como solidariamente responsáveis por danos causados ao meio ambiente”*.<sup>90</sup> Dela extraíram-se os seguintes fatos:

1. Que o representante e seus familiares são possuidores de uma área na zona rural do Município de Cariacica (ES);
2. Da referida propriedade, foi desmembrada uma área de 150.000 m<sup>2</sup> (cento e cinquenta mil metros quadrados), denominada “área 4”, utilizada pela empresa Marca Construtora e Serviços Ltda., para depósito de lixo (Aterro Sanitário) durante 08 (oito) anos;
3. Que, quando a “área 4” alcançou o limite de disposição do lixo, foi pactuado um novo contrato de arrendamento, de outra área, com o seguinte objeto:

*Cláusula Quarta – A área arrendada destina-se a manutenções provenientes de depósitos de lixo anteriormente realizados – Aterro Sanitário – devendo ser a mesma entregue em condições estabelecidas pela política ambiental e totalmente gramada.(grifamos);*<sup>91</sup>

4. Que a empresa Marca

*não está realizando a manutenção da área, conforme estipulado, posto que continua depositando lixo no local, inclusive lixo hospitalar (...). A má-fé da empresa fica bem evidenciada pelas fotos anexas, que mostram claramente a*

<sup>90</sup> *Representação* do dia 20 de abril de 2001, do Sr. Manoel Correia da Silva Filho, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Vitória.

<sup>91</sup> *Idem, Ibidem, fl.02.*

*tentativa da Marca de enterrar o lixo hospitalar, mas que, devido à erosão do terreno, vêm à superfície, comprovando a irregularidade e o dano ao meio ambiente.<sup>92</sup>*



**Foto 1-Lixo Hospitalar depositado a céu aberto.**

**Fonte:** Manoel Correia da Silva Filho (proprietário da área arrendada para a instalação do Aterro), março, 2001.

---

<sup>92</sup> Representação do dia 20 de abril de 2001, do Sr. Manoel Correia da Silva Filho, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara de Vitória





**Foto 2-Lixo Hospitalar entre outros, depositado a céu aberto**

**Fonte:** Manoel Correia da Silva Filho (proprietário da área arrendada para a instalação do Aterro), março, 2001



**Foto3 – Visão da Disposição do Lixo a Céu Aberto**

**Fonte:** Manoel Correia da Silva Filho (proprietário da área arrendada para a instalação do Aterro), março, 2001



5. Que um outro dano que a empresa Marca está causando “é referente ao chorume, que está sendo drenado de forma irregular, com canos velhos, alguns arrebitados, o que ocasiona o vazamento de líquido para fora do aterro, como evidencia-se pelas fotos”.



**Fotos 4** – Despejo através de um duto plástico do chorume em córrego  
**Fonte:** Manoel Correia da Silva Filho (proprietário da área arrendada para a instalação do Aterro), março, 2001



**Foto 5** – Infiltração de chorume em córrego por escoamento  
**Fonte:** Manoel Correia da Silva Filho (proprietário da área arrendada para a instalação do Aterro), março, 2001



6. Que a empresa Marca adquiriu uma área vizinha ao aterro sanitário, que faz divisa com as suas terras, passando a depositar no local, além de lixo domiciliar, também lixo hospitalar, sendo notificada pela SEAMA que determinou a interdição. Ainda que as fotos juntadas à presente denúncia demonstram claramente o crime ambiental praticado pela empresa Marca nessa segunda área, tendo em vista que, estando as caçambas cheias, o lixo hospitalar é depositado diretamente no solo, para posteriormente ser enterrado.

7. Que a empresa Marca está efetuando obras de expansão de seu Aterro Sanitário derrubando diversas árvores, além de drenagem de uma lagoa existente no local e desvio de nascentes que alimentam córregos que passam pela área da Representante.



**Foto 6-**Lagoa Nova Rosa da Penha sendo ameaçada por expansão do Aterro Sanitário

**Fonte:** Manoel Correia da Silva Filho (proprietário da área arrendada para a instalação do Aterro), março, 2001

8. Que, além da Marca, que é diretamente responsável pelos danos causados ao meio ambiente, o município tem responsabilidade subsidiária, posto que contrata empresa sem diligenciar se a mesma tem autorização ou se dispõe de local adequado para a disposição dos diversos lixos.

### 3.3.2 O Parecer Técnico

Os fatos apresentados pela reclamante foram amplamente confirmados e ratificados em *Parecer Técnico*, no Processo nº 1598/98 – *Marca Construtora e Serviços Ltda*, emitido pela SEAMA (anexo J), pelo qual:

*A referida empresa foi notificada pela SEAMA para apresentar soluções quanto aos resíduos líquidos gerados (chorume), cujo potencial poluidor pode comprometer a qualidade das águas.*

*Inclusive, em relação ao chorume, foram recebidas várias denúncias de ocorrência de vazamento, bem como da utilização de uma lagoa para disposição do mesmo. A SEAMA multou a empresa na data de 02/03/2001, por causar degradação ambiental, atingindo corpo hídrico e vegetação ribeirinha, provocando derramamento de chorume, proveniente da célula de disposição de resíduos sólidos (Auto de Multa nº 0078);*

*Outra situação encontrada em vistoria técnica realizada pela SEAMA foi a disposição de resíduos de saúde a céu aberto, sem obedecer aos critérios técnicos relativos a esses resíduos (...) cujas consequências são imprevisíveis para a saúde da população. Nessa data, 1º de março de 2001, a SEAMA embargou a célula de resíduos de saúde do aterro (Auto de Embargo nº 0352).*

*Em seguida, a empresa iniciou, por conta própria, a disposição dos serviços de saúde em contêiner. Esta disposição, realizada de forma inadequada, ficou constatada em vistoria à área. A SEAMA exigiu que a empresa paralisasse a disposição dos resíduos, fizesse a retirada dos mesmos e os destinasse a aterros sanitários licenciados para tal atividade (...). Por este motivo, a SEAMA multou a empresa (Auto de Multa nº 0062).*

*A empresa, nesta data, já havia requerido e obtido Licença Prévia para a Instalação da nova célula de resíduos a ser construída no aterro. Porém, antes de obter a Licença de Operação para a célula, iniciou a disposição dos resíduos de saúde na mesma; o que ficou verificado pela SEAMA, em vistoria ao terreno na data de 26/04/00. Por este motivo foi efetuado o Auto de Multa nº 0157 à empresa, pelo fato de a mesma ter iniciado uma atividade sem o devido licenciamento ambiental e Auto de Interdição nº 0169 da célula de resíduos de serviços de saúde.*

*Na data de 03/05/2001, foi realizada uma nova vistoria ao aterro sanitário da empresa para verificação do cumprimento do Auto de Interdição emitido, constatou-se que a atividade estava sendo realizada. Por esse motivo foi emitido Auto de Intimação nº 0681, para que a empresa paralisasse de maneira imediata a disposição de resíduos de saúde nesta célula, conforme exigido no auto de Interdição supra.*

*Em 04/05/2001, a empresa foi multada (Auto de Multa nº 0160), por prosseguir atividade de disposição final de resíduos de saúde sem o devido Licenciamento Ambiental (Licença de Operação).*

*Finalmente, em 07/05/2001, foi realizada vistoria e novamente constatado que a empresa, descumprindo os autos de interdição da SEAMA, continuava com a disposição dos resíduos na célula interditada. Dessa forma e após vários descumprimentos realizados pela empresa, a SEAMA interditou o Aterro Sanitário". (Auto de Interdição nº 0177).<sup>93</sup>*

### 3.3.3 O Vídeo

Uma terceira via indicativa da promiscuidade de disposição cometida no Aterro Sanitário, que mostra visualmente a inadequação da disposição do lixo domiciliar e do lixo de serviço de saúde, confirmando os fatos narrados na *Reclamação* (anexo I) e no *Parecer Técnico* (anexo J), é uma fita de vídeo (VHS), gravada no final de abril de 2001 pelo fotógrafo da Câmara Municipal de Vitória, com aproximadamente 50 minutos de gravação, fornecida pela CPI do Lixo, confeccionada por ocasião da visita da Comissão Especial da CPI, para averiguação, em face da *Reclamação*. A referida fita de vídeo mostra lixo disposto a céu aberto, chorume escorrendo para os córregos, lixo de saúde misturado ao lixo domiciliar e aflorando em função do aterro inadequado, ficando disposto a céu aberto. Dela extraíram-se os seguintes textos:

Na fita de vídeo supra mencionada foram encontradas as seguintes declarações:

Presidente da Comissão pergunta – “O lixo industrial é disposto no aterro?”  
Administrador responde - “Só é feita a disposição de lixo domiciliar e do lixo de saúde.”

Presidente da Comissão pergunta - “Se o lixo domiciliar e de saúde são depositados juntos?”

Administrador responde - “Agora não. Antes eram depositados no mesmo aterro.”

Presidente da Comissão pergunta - “Antes quanto tempo?”

Administrador responde - “Até uns 30 dias antes, quando então foi embargado pela SEAMA.”

Presidente da Comissão pergunta - “Qual o tipo de tratamento dado ao lixo de saúde?”

Administrador responde - “Joga cal e enterra. Agora a SEAMA exigiu manta e que estão dispondo, agora, sobre a manta.”

<sup>93</sup> *Parecer Técnico, no Processo nº 1598/98 – Marca Construtora e Serviços Ltda, emitido pela SEAMA.*



Diante das informações o Presidente da Comissão decidiu visitar a área.

Durante a visita extraiu-se os textos que se seguem:

Presidente da Comissão exclama - *"Olha aqui material hospitalar a céu aberto!"*

Membro da Comissão exclama - *"Isto é lixo hospitalar a céu aberto!"*

Presidente da Comissão exclama - *"Olha aquele material. Deve ter restos humanos naqueles lençóis, devido ao mau cheiro!"*

Membro da Comissão exclama - *"Isso aqui é osso humano!"*

Membro da Comissão exclama - *"Aquilo é lixo domiciliar a céu aberto!"*

Membro da Comissão exclama - *"Olha o chorume exposto!"*

Membro da Comissão exclama - *"Olha o chorume infiltrando no córrego!"*<sup>94</sup>

A fita mostra caminhões com o logotipo da PMV – Prefeitura Municipal de Vitória, descarregando lixo.

No entanto, em face do que foi disposto acima, verifica-se uma ligação muito forte entre as três fontes de provas apresentadas: A *Reclamação*, o *Parecer Técnico* e a *fita de video*, comprovando que o aterro sanitário não dispõe adequadamente o lixo que recebe, denotando falta de fiscalização da Prefeitura Municipal de Vitória, pelos órgãos competentes.

Dados fornecidos pelo Departamento de Limpeza Pública afirmam

*que a coleta de resíduos domiciliares é feita em todos os bairros, realizada de segunda a sábado, em rotas e horários específicos e pontuais, destinados para esse serviço; que a coleta de resíduos especiais é feita de forma adequada, e que depende de manuseio e técnicas especiais para a sua destinação e que não pode estar junto aos resíduos da coleta tradicional.*<sup>95</sup>

O Departamento de Limpeza Pública informou que:

*a destinação final dos resíduos sólidos é feita dentro das normas e técnicas sanitárias em aterros sanitários e que a PMV, por intermédio da SEMURB, recolhe mensalmente 110 toneladas de resíduos sólidos de serviços de saúde*

<sup>94</sup> Diálogos transcritos da fita de video gravada quando da visita da Comissão Especial da CPI do Lixo da Câmara Municipal de Vitória ao Aterro Sanitário, para averiguações. Dermival Galvão Presidente da Comissão da CPI.

<sup>95</sup> Prefeitura Municipal de Vitória-ES. Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de Vitória. Ações Permanentes. Disponíveis <http://www.vitoria.es.gov.br/secretaria/servicos/perm.htm> <http://www.vitoria.es.gov.br/secretaria/servicos/rss.htm>. Acessos em: 27 ago. 2001.

*(RSS) e que todo o material recolhido na capital é depositado em vala séptica, construída em aterro sanitário<sup>96</sup>, licenciado para tal finalidade, deixando claro que demais informações poderiam ser colhidas nos endereços eletrônicos<sup>97</sup> da PMV.*

#### Segundo informações informais colhidas na SEMURB:

*a PMV fiscaliza a disposição final do lixo, e até o presente momento não houve aplicação de notificações e/ou multas à contratada e/ou a terceiros, por atos omissivos/comissivos, ou outros, não havendo até o presente momento registros a respeito.<sup>98</sup>*

É necessário que se mostre a gravidade das denúncias, em vista do violento ataque ao meio ambiente.

O lixo quando em lixões, ao receber águas de chuvas, percola um líquido escuro, chamado de chorume. Este é originário de três diferentes pontos: 1) de unidade natural do lixo, aumentando quando no período chuvoso; 2) da água de constituição da matéria orgânica que escorre durante o processo de decomposição; 3) das bactérias existentes no lixo, que expelem enzimas, que dissolvem a matéria orgânica com formação de líquido. Parte desse líquido é absorvido pelos microorganismos presentes no lixo e partes se transforma em chorume.

#### Segundo FONSECA<sup>99</sup>:

*A descarga de chorume em curso d'água consome o oxigênio da água e eleva a Demanda Bioquímica (DBO). Quando o oxigênio é reduzido a níveis muito baixos ou mesmo desaparece, as bactérias aeróbicas morrem dando lugar ao aparecimento das bactérias anaeróbicas que são responsáveis pelo CH<sub>4</sub> (metano) e NH<sub>3</sub> (amônia) sendo o NH<sub>3</sub> de alta toxicidade para quase todos os animais superiores.*

<sup>96</sup> O Aterro Sanitário está localizado no Município de Cariacica (ES), tendo como empresa destinatária a Marca Construtora e Serviços Ltda., subempreitada pela empresa Queiroz Galvão S/A., que por sua vez mantém o contrato de serviços com a Prefeitura Municipal de Vitória.

<sup>97</sup> Prefeitura Municipal De Vitória-ES. Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de Vitória. Ações Permanentes. Disponíveis <http://www.vitoria.es.gov.br/secrretaria/servicos/perm.htm> e <http://www.vitoria.es.gov.br/secrretaria/servicos/rss.htm>. Acessos em: 27 ago. 2001.

<sup>98</sup> Idem, Ibidem.

<sup>99</sup> FONSECA, op. cit., p. 23.

O Manual de Gerenciamento Integrado (IPT) - item 1, falando de efluentes líquidos de aterros sanitários, assim se expressa: *“A geração de chorume e seu escoamento, sem que recebam o tratamento e disposição adequados, são, sem dúvida nenhuma, um dos problemas ambientais e de saúde pública mais relevantes associados ao lixo”*.<sup>100</sup>

Da mesma forma,

*O chorume originado em aterros contém altas concentrações de substâncias orgânicas e inorgânicas e possui um grande potencial de poluição de águas subterrâneas e superficiais, razão pela qual deve ser corretamente submetido a tratamento antes de ser lançado em corpos d'água, infiltrando no solo ou, eventualmente, encaminhado para redes coletoras de esgoto.*<sup>101</sup>

Segundo CAVINATTO<sup>102</sup>:

*Quando chove o chorume é arrastado juntamente com outros materiais pelas enxurradas atingindo os rios e lagos.*

*Os lençóis subterrâneos podem ser alcançados pelo chorume, que se infiltra no subsolo misturado com as águas das chuvas. Se houver algum poço perfurado nas imediações haverá grande possibilidade de suas águas se tornarem contaminadas por micróbios patogênicos e produtos químicos.*

Segundo a Fundação Estadual do Meio Ambiente/FEAM<sup>103</sup>:

*O Lixo disposto 'a céu aberto' polui a água, o solo e o ar. A decomposição da matéria orgânica presente no lixo produz o chorume(...). Este líquido pode contaminar as águas subterrâneas e superficiais, afetando a vida dos seres que delas se utilizam.*

<sup>100</sup> D'ALMEIDA; VILHENA, op. cit., p. 295.

<sup>101</sup> Idem, Ibidem, p. 302, Item 6.

<sup>102</sup> CAVINATTO, Vilma Maria. *Saneamento Básico*. 15ª ed. Moderna, São Paulo: 1992, p. 39.

<sup>103</sup> Fundação Estadual do Meio Ambiente/FEMA. *Como destinar os Resíduos Sólidos Urbanos*. Belo Horizonte: serie Manual n. 01/95; R&M. 2. Ed, 1996, p.13.

Segundo matéria extraída da Internet<sup>104</sup> intitulada Educação Ambiental, no subtítulo “Lixo e Reciclagem”, falando dos decompositores:

*No processo anaeróbico são gerados gases (Metano e Sulfídrico) que causam um odor desagradável; a decomposição anaeróbia produz um líquido escuro denominado chorume, encontrado normalmente no fundo das latas de lixo. Este Chorume é o principal causador da contaminação dos rios e lençol freático.*

Hospitais e clínicas produzem lixo que pode estar infectado ou contaminado. Podem também se desfazer de drogas e remédios que costumam ser danosos se tomados por pessoas erradas. Além disso, os hospitais produzem uma enorme quantidade de lixo comum, que é descartado da mesma maneira que o doméstico. A disposição deste tipo de lixo de forma inadequada, coloca em risco a saúde da população.

Para SANCHEZ<sup>105</sup>:

*O principal problema sanitário relacionado aos resíduos sólidos de serviços de saúde (R.S.S.S.) é o conteúdo de microrganismos potencialmente patogênicos que poderão conter vírus, bactérias, fungos ou protozoários, uma vez que os hospitais, laboratórios e as instituições de saúde concentram indivíduos e animais portadores de doenças infecciosas provocados por bactérias extremamente resistentes e virulentas que podem sobreviver ao meio ambiente.*

A respeito do lixo de serviço de saúde, assim se expressa FONSECA<sup>106</sup>:  
*“(...) são também denominados de lixos sépticos, e cuidados especiais devem ser adotados quando do seu acondicionamento, coleta, transporte final, por oferecerem riscos à saúde do homem.”*

A Resolução nº 005, de 05.08.93, do CONAMA, dispõe em seu art. 10 que:

<sup>104</sup> Educação Ambiental. Lixo e Reciclagem. Disponível em: <[://www.verdegata.com.br/educacao/ambiental/educacaoambiental.html](http://www.verdegata.com.br/educacao/ambiental/educacaoambiental.html)>. Acesso em 17/07/2000.

<sup>105</sup> SANCHEZ, P.S. *Caracterização dos riscos de resíduos nos serviços de saúde e na comunidade* (Encontro Regional sobre Resíduos Urbanos, Industriais e Hospitalares. Marília, p. 24, 1988.

<sup>106</sup> FONSECA, op. cit., p.12-13.

*b a preservação dos recursos naturais; e  
c) o atendimento dos padrões de qualidade ambiental e de saúde pública.*

Diz ainda o art. 15 da Resolução CONAMA nº 005, de 1993, que:

*Quando não assegurada a devida segregação dos resíduos sólidos, estes serão considerados, na sua totalidade, como pertencentes ao Grupo 'A', salvo os resíduos sólidos pertencentes aos Grupos 'B' (rejeitos tóxicos, inflamáveis, corrosivos) e 'C' (rejeitos radioativos) que, por suas peculiaridades, deverão ser sempre separados dos resíduos com outras qualificações.*

Os resíduos sólidos de serviços de saúde são motivo de preocupação para as autoridades responsáveis pela proteção ambiental em virtude dos sérios problemas ambientais que poderão causar ao meio ambiente e à saúde da comunidade, em geral, caso o seu manuseio, acondicionamento, tratamento, transporte, coleta e disposição final não sejam efetuados de modo adequado, tendo em vista seus constituintes.

*A Resolução CONAMA n. 005, de 1993, estabelece regras sobre o acondicionamento dos resíduos sólidos, prescrevendo a necessidade de serem observadas as normas da ABNT. Todavia, os resíduos hospitalares guardam algumas particulares. Por exigência do princípio da informação ambiental, devem ser colocados numa embalagem devidamente identificada como substância infectante. Existindo objetos perfurocortantes, é necessário, além da identificação, que sejam antes embalados em sacos plásticos e insertos em recipiente rígido.*

Sobre Resíduos Hospitalares diz FIORILLO<sup>107</sup> que “provenientes dos estabelecimentos de saúde, constituem os grandes geradores de problemas à população”.

Para JAMES<sup>108</sup>:

*Hospitais e clínicas produzem lixo que pode estar infectado ou contaminado. Podem também se desfazer de drogas e remédios que costumam ser danosos se tomados por pessoas erradas. Além disso, os hospitais produzem uma enorme quantidade de lixo comum que é descartado da mesma maneira que o doméstico.*

<sup>107</sup> FIORILLO, op. cit., p.140-141.

<sup>108</sup> JAMES, Barbara. *Lixo e Reciclagem*. São Paulo: Scipione. 1997, p. 47.

Segundo matéria extraída da Internet<sup>109</sup> sobre o título “RESÍDUOS SÓLIDOS – Definições e Características”:

*Observa-se que os resíduos infectantes compreendem um pequeno percentual dos resíduos de saúde. Por apresentarem periculosidade real ou potencial à saúde humana, é recomendável a sua esterilização (autoclavagem ou incineração) antes da disposição final. Trazem em sua composição elementos perfurantes ou cortante, tais como agulhas, ampolas, pipetas e lâminas de bisturi.*

Os fatos relatados, que demonstram a agressão ao meio ambiente e, conseqüentemente a sua degradação, mereceram tais citações teóricas que demonstram os males que podem ser causados ao ser humano, em face da negligência e das omissões daqueles que estão lidando com a destinação e a disposição final do lixo municipal, merecendo, agora, os seguintes enfoques jurídicos.

Dispõe o art. 23, inciso VI da Constituição Federal Brasileira de 1988:

*Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*(...)*

*VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas.*

*(...).*

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, dispõe em seu art. 2º que :

*art. 2º- Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta lei, incide nas penas a estas cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro do conselho e do órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.*

<sup>109</sup> EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Lixo e Reciclagem. Disponível em: <http://www.verdegata.com.br/educacao%20ambiental/educacaoambiental.html> Acesso em: 19 jul. 2000.

No caso a conduta ilícita praticada pela empresa *Marca Construtora e Serviços Ltda.* se enquadra no que dispõe o art. 54, § 2º, inciso V e § 3º da lei 9.605/98, senão vejamos:

*art. 54 – Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:*

*(...)*

*§ 2º. Se o crime:*

*(...)*

*V – ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em lei ou regulamentos:*

*Pena – reclusão, de 1 a 5 anos.*

*§ 3º. Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.*

Prevê, ainda, a Lei 9.605/98, no art. 70, §3º :

*art. 70 – (...)*

*§ 3º. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.*

O art. 72, da referida lei, está assim disposto:

*art. 72 – As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:*

*(...)*

*VII – embargo de obra ou atividade;*

*(...)*

*IX – suspensão parcial ou total de atividades.*

*§ 7º. As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentos.*

As questões de fato e de direito apresentadas, consubstanciadas pelas citações teóricas, são evidências de que o município não vem cumprindo com seu dever de fiscalizar a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

Já foi dito anteriormente, que o Departamento de Limpeza Pública da Prefeitura Municipal de Vitória (ES) informou:

*que a destinação e disposição final dos resíduos sólidos eram feitas de forma adequada, assim como, que todo o material de serviço de saúde recolhido na Capital é depositado em vala séptica, construída em aterro sanitário, licenciado para tal finalidade. Informou, ainda, que o Município de Vitória (ES) fiscaliza a disposição final do lixo e que até o presente momento não houve aplicação de notificações, autos de infração e multas à contratada e/ou terceiros, não havendo registros a respeito.*<sup>110</sup>

As denúncias contidas na *Representação*, as *Fotos* consignadas no presente trabalho, o *Parecer Técnico* da SEAMA e a *Fita de Vídeo* realizada pela Comissão da CPI, no aterro sanitário, comprovam ser a subcontratada omissa e relapsa, com o cometimento de várias faltas graves constatadas pela SEAMA, em vista de denúncias, sendo-lhe aplicadas as seguintes sanções: *Notificações, Autos de Multa, Embargos e Interdição*, por disposição inadequada do lixo domiciliar e os de serviços de saúde e pelo derrame de *chorume* que infiltrou-se no solo, lagoa, córregos, e da disposição promíscua do lixo domiciliar com o de serviços de saúde, inclusive enterrados no mesmo aterro, e, em face de erosão, dispostos a céu aberto. São provas concretas de que o Município de Vitória não exerce nenhuma fiscalização sobre as agressões ambientais cometidas pela empresa Subcontratada, com aval da empresa Contratada, e nem sobre a Contratada.

A competência da fiscalização é do Município e ela não exclui e nem diminui a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros por qualquer irregularidade, como se vê na Cláusula Sexta - Fiscalização dos Serviços, do Contrato nº 16/2000 entre o Município de Vitória e a empresa Queiroz Galvão S/A., que assim dispõe:

*6. 1 - A fiscalização dos serviços a serem executados será de competência e responsabilidade exclusiva do Município ou de quem este indicar, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, o projeto, suas especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.*

*6. 2 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.*

<sup>110</sup> Prefeitura Municipal de Vitória-ES. Secretaria Municipal de Serviços. Departamento de Limpeza Pública.



6.3 - *A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada, ou de seus contratados, no interesse dos serviços, assim como aceitar a substituição dos integrantes de equipe da Contratada, através de solicitação oficializada.*

Desta forma, o item 6.1 define a competência e a responsabilidade exclusiva do município ou de quem este indicar para a fiscalização dos serviços; o item 6.2 evidencia a responsabilidade da contratada e de terceiros, por qualquer irregularidade cometida, e o item 6.3, admite a substituição por parte da fiscalização, no interesse dos serviços, da subcontratada, que no caso, não presta serviços adequadamente.

Consoante MUKAI<sup>111</sup>:

*Não se pode tolerar o contratado omissos ou relapso, e a atitude do contratante que, por tolerância ou negligência, deixe de aplicar sanções devidas.*

*O § 2º do art. 67 prevê as atribuições do representante da administração, sendo que as providências e decisões que ultrapassem aquelas deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.*

*Nada mais é o referido parágrafo do que controle e fiscalização da execução do contrato, nele se compreendendo a faculdade de supervisionar, acompanhar, fiscalizar e intervir na execução do contrato, para assegurar a fiel observância de suas cláusulas e a perfeita realização do seu objeto.*

*O art. 67 inova, facultando a contratação de terceiro para gerir a execução. A recorrência à terceirização é alternativa para desobstruir a organização pública, tendo em vista melhores resultados.*

*As funções de acompanhamento e fiscalização são exercidas por representantes da Administração e por preposto contratado.*

*A Administração contratante não poderá renunciar aos deveres-poderes que a lei impõe.*

O art. 67 da lei 8.666/93 dispõe que:

*A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e fornecer informações pertinentes a essa atribuição.*

É o que chamam de contrato de gerenciamento.

<sup>111</sup> MUKAI, Toshio. *Licitações e Contratos Públicos*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 1999. p. 117.

MEIRELLES<sup>112</sup> denomina contrato de gerenciamento:

*aquele em que o contratante, no caso o governo, comete ao gerenciador a condição de um empreendimento, reservando para si a competência decisória final e responsabilizando-se pelos encargos financeiros da execução das obras e serviços projetados, com os respectivos equipamentos para sua implementação e operação.*

Dispõe o art. 29 de Lei 8.987/95: “art. 29 – A fiscalização do serviço concedido cabe ao Poder Público concedente que é o fiador de sua regularidade e boa execução perante os usuários”.

As penalidades relativas ao descumprimento de obrigações estão previstas na Cláusula Sétima - *Penalidades*, a seguir transcritas:

7.1 À CONTRATADA poderão ser aplicadas, a critério da Administração, sem prejuízo do direito à rescisão do contrato e às perdas e danos, as seguintes penalidades:

a) Multas moratórias de 0,1% (um décimo por cento) do valor corrigido do contrato, por dia até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem iniciados na data prevista ou concluídos nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo CONTRATANTE; após o prazo de 30 (trinta) dias, será declarada a inexecução do contrato, com as consequências previstas no art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão do direito de licitar e contratar com o Município por prazo a ser fixado em até 2 (dois) anos;

c) Declaração de idoneidade para licitar e contratar com o município, em função da natureza e gravidade da falta cometida ou de faltas e penalidades anteriores, em caso de reincidência, a ser publicada no jornal Imprensa Oficial desta Municipalidade conforme art. 52 da Lei Orgânica do Município.

7.2 As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias contados da data da notificação para esse fim.

7.3 A aplicação das multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas da caução prestada, de créditos relativos ao presente contrato, ou cobradas judicialmente.

7.4 Das decisões que aplicaram as penalidades neste instrumento, serão cabíveis recursos, com efeito suspensivo, na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

<sup>112</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Licitação e Contrato Administrativo*. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 244.

As penalidades supramencionadas, segundo dados fornecidos pelo município de Vitória (ES), nunca foram aplicadas.

Mesmo a disposição final do lixo sendo feita em outro Município, e por empresa subcontratada, o Município de Vitória (ES) não poderia ficar alheio a toda a gama de agressões ambientais públicas e notórias que vêm sendo feitas pela Subcontratada, preposta da sua Contratada. Não poderá simplesmente dizer que não tem competência para fiscalizar em outro Município, já que a disposição final do lixo é feita em Cariacica (ES) Município limítrofe, sob pena de estar violando o parágrafo 3º, do artigo 70 da Lei 9.605/98 – Lei de Crimes contra o Meio Ambiente, já antes citado.

Se o Município de Vitória (ES), até o presente momento, não tomou as devidas providências para conter as agressões ao ambiente, violou tal dispositivo, concomitantemente demonstrando não estar fiscalizando adequadamente a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto fundamental que ordenou o desenrolar da pesquisa foi o de que a destinação e a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares do Município eram de responsabilidade de uma empresa terceirizada via Contrato Administrativo, *sob regime de empreitada por preço unitário*, a *Queiroz Galvão S/A.*, e que a referida empresa fazia a destinação, e, através de subcontratação, delegava a *disposição final* de tais resíduos à empresa *Marca Construtora e Serviços Ltda.*, que o fazia em aterro sanitário constituído em área arrendada de terceiros, no Município de Cariacica (ES).

A contratação e a subcontratação de terceiros para a prestação de serviços públicos têm suportes legais, que foram justificados na parte relativa à *análise dos dados*.

No decorrer da coleta de dados para pesquisa, foram encontradas barreiras expressivas e injustificadas, que obstaram o desenvolvimento do trabalho, já que o Município, através dos órgãos que possuem interface com o meio ambiente, não respondeu aos diversos pedidos de informações sobre o meio ambiente, protocolados sob os números 13198/2001, em 13/02/2001; 14020/2001, em 10/04/2001 e 15513/2001, em 24/07/2001 (anexos K, L, M), todos necessários para o desenvolvimento do presente trabalho, descumprindo, assim, a Administração Pública as determinações legais do § 2º, III da Lei 4.438/97 (Código Municipal do Meio Ambiente) e o Inciso XXXIII, do artigo 5º da Constituição Federal Brasileira.

O não atendimento aos reiterados pedidos de informações, que não são sigilosas, deixam claro que a questão lixo é um tabu no Município de Vitória (ES), fortalecendo a hipótese de que havia problemas com o lixo municipal.

Sendo infrutíferas as tentativas oficiais e oficiosas junto ao Município, para consecução de dados, e existindo constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Vitória, denominada CPI do Lixo, conseguiu-se, através dessa Comissão, documentos substanciais, dentre eles, cópia de uma *Representação* feita pelo proprietário dos terrenos do aterro sanitário arrendado, contendo denúncias gravíssimas

bem fundamentadas, inclusive com fotos, que demonstram de forma insofismável que a subcontratada para a disposição final do lixo, Marca Construtora e Serviços Ltda., não vinha dispondo adequadamente os resíduos sólidos domiciliares, ou seja, dispunha o lixo domiciliar conjuntamente com o lixo de serviços de saúde; o chorume sem as devidas cautelas técnicas, inclusive, mantinha a céu aberto grande parte desses resíduos, tudo consignado no Capítulo referente à análise de dados, configurando-se outra vez a existência de problemas com o lixo municipal.

A Comissão Especial formada pela CPI do Lixo, presidida pelo Vereador Dermival Galvão (Médico) visitou o aterro sanitário, visita essa que gerou uma fita de vídeo que foi anexada ao trabalho e transcrita em suas partes essenciais. Ela dá conta de que a disposição final do lixo domiciliar e do lixo hospitalar é inadequada, apresentando: aterro de *lixo domiciliar* conjunto com *lixo hospitalar*; inadequação na disposição do *chorume* e manutenção de lixo a céu aberto, consignando-se mais uma vez que há problemas com o lixo municipal.

Confirmando, ainda mais, as denúncias já feitas na *Representação* à CPI do Lixo, anexou-se ao trabalho uma cópia de *Parecer Técnico* emitido pela SEAMA e relativo ao Processo nº 1.598/98, cuja transcrição deixa evidente a grande quantidade de agressões ao meio ambiente, através de disposições finais inadequadas, praticadas pela Subcontratada Marca Construtora e Serviços Ltda., e medidas administrativas, de toda sorte: *notificações, autuações, embargos e interdições* do aterro sanitário, inclusive por reincidência, mais uma forte prova de que a disposição final estava sendo feita de forma inadequada e de que há problemas com o lixo municipal.

O próprio Contrato nº 16/2000 (anexo A) dispõe que a competência para a fiscalização a ser executada pela Contratada e/ou terceiros é do Município, conforme item 6.1, da Cláusula Sexta. Também, o item 6.2, da mesma Cláusula, dispõe: "*a fiscalização será exercida no interesse exclusivo do município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.*"

A fiscalização é um dos papéis preponderantes a ser desempenhado pela administração, principalmente no caso de contrato com terceiros, e o Município de Vitória (ES) demonstra não a vir desempenhando.

Fiscalizar é obrigação do Município, não podendo renunciar aos poderes-deveres que a lei lhe impõe. Instrumentos jurídicos adequados para a fiscalização não

faltam ao Município de Vitória (ES), visto que o Código Municipal do Meio Ambiente (Lei nº 4.438/97), consagra a competência para tal fiscalização e elenca as penalidades a serem impostas a quem descumprir a lei.

O Município de Vitória (ES), pelos dados apurados, mesmo tendo notícias pelos diversos meios de comunicação, das agressões reiteiramente praticadas, até o presente momento não aplicou à Contratada e/ou Subcontratada, qualquer das penalidades elencadas no artigo 131 da Lei 4.438/97 (Código Municipal do Meio Ambiente).

Diante de tantas evidências, e em face de tudo o que foi denunciado e apurado, confirmou-se que, de fato, há problemas com o lixo municipal, assim como, que o Município de Vitória (ES) não vem fiscalizando adequadamente a disposição final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos.

O Direito, enquanto ordenador da vida em sociedade, principalmente, o Direito Ambiental, é um aliado de suma importância na busca de soluções para um ambiente saudável.

Não se pode admitir, hodiernamente, o administrador público atuando de forma omissa diante do seu dever de defender e preservar o meio ambiente, através de fiscalização inadequada.

A fiscalização inadequada faz com que os poluidores proliferem, efetuando violentas agressões ao meio ambiente e colocando em risco a vida de todos os seres vivos.

*Há necessidade de que, além de se colocar em campo a fiscalização para que assuma o seu papel de inibidora dos desmandos, que a Administração Municipal desenvolva um processo de formação e informação social que oriente para: a) o desenvolvimento de consciência crítica para a problemática social; b) o desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos necessários à solução dos problemas ambientais; e c) o desenvolvimento de atitudes que levem à participação das comunidades na participação do equilíbrio ambiental.*

A Constituição Federal garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por ser essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações: base para o desenvolvimento sustentável.

É o Poder Público Municipal que tem a competência para tratar dos assuntos relativos às questões do lixo urbano, não podendo se omitir, fechando os olhos.

O Município de Vitória (ES) deve intensificar o Poder de Polícia, fazendo-o através de uma fiscalização atuante, competente, agressiva e honesta, para que possa inibir as agressões constantes ao meio ambiente, em favor de uma melhor qualidade de vida para a população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. *Direito do Meio Ambiental e Participação popular*. Brasil, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, Brasília: IBAMA, 1994.

ALBUQUERQUE, Jorge Artur Cavalcanti. *O plástico na prática*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

ALVES, Alaôr Caffé. *Saneamento Básico – concessões, permissões e convênios públicos*. São Paulo: Edipro, 1998.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Lumem Júris, 2000.

ASSAN, Ozires Eliel. *Das Licitações e Concessões*. São Paulo: Julex, 1998.

BAPTISTA, F.R.M. *Estudo da composição física dos resíduos urbanos sólidos do município de Vitória e eficiência da separação e processo de triagem na usina de lixo de Vitória (ES)*. Limpeza Pública, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *Usina de triagem e comportagem de lixo. Histórico e avaliação*. Pesquisa interna da usina de lixo de Vitória. São Paulo, 1999.

BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle da constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1999.

BITTENCOURT, Sidney. *Licitações e contratos Administrativos. Temas e idéias*. Rio de Janeiro. 1999.



\_\_\_\_\_. *A Nova legislação Ambiental Brasileira atualizada*. Rio de Janeiro: Temas e idéias, 1999.

BLANCHET, Luiz Alberto. *Direito Administrativo*. Curitiba: Juruá, 2000.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1999.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *Função Ambiental da propriedade rural*. São Paulo: LTR, 1999.

BRANCO, Samuel Murgel. *O Meio Ambiente em Debate*. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL - Constituição Federal de 1988. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. (Coleção Saraiva de Legislação). São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

BRASIL – *Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artº 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 1995.vol. 1.

BRASIL – *Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981*, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 02 de setembro de 1981.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Recursos Hídricos no Brasil*. Abr.1998.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Ministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília: Cima, 1991.

CAETANO, Marcello. *Manual de direito administrativo*. 10. Ed., rev. e atual. Coimbra: Almedina, 1991.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CAUBET, Christian Guy; BEATE, Frank. *Manejo Ambiental em Bacia Hidrográfica: o caso do Rio Benedito (Projeto Itapajá)*. Das reflexões teóricas as necessidades concretas. Florianópolis: Fundação Água Viva, 1993.

\_\_\_\_\_. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

CAVINATTO, Vilma Maria. *Saneamento Básico*. 15ª ed. Moderna, São Paulo: 1992.

VITÓRIA. Código Municipal do Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de Vitória (ES), Lei 4.458/97. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1997

*Coleta Seletiva para Prefeituras*. CETESB. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo: 1998.

*Como destinar os resíduos sólidos urbanos?* Fundação Estadual do Meio Ambiente. 2ª ed. Belo Horizonte: 1996.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: a Agenda 21- Brasília; Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. Declaração do Rio. (Princípio 16). Rio de Janeiro, 1992.

CORDEIRO, Antônio José. *Guia prático de direito penal ambiental*. Rio de Janeiro:Forense, 1992.

D' ALMEIDA, Maria Otero; VILHENA, André. *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*. 2ª ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. Max Limonadi. São Paulo, 1997.

DIAS, Reinaldo. *Tópicos atuais em Administração: Quarteirização*. Campinas: Alínea, 1998.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 12. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FARIA, Edmar Ferreira de. *Curso de Direito Administrativo Positivo*. Horizonte: Del Rey, Belo Horizonte, 2000.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1998.

REBELLO FILHO, Wanderley; BERNARDO, Cristiane. *Guia Prático de Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 1999.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e legislação aplicável*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

FONSECA, Edmilson. *Iniciação ao estudo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana*. João Pessoa: A União, 1999.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Direito ambiental em evolução*. Curitiba: Juruá, 1998.

FUNDAÇÃO IBGE. *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GALIANO, A.Guilherme. *Método Científico/Teoria e Prática*. 2. Ed. São Paulo: Hardra, 1986.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Orlando. *Contratos*. Rio de Janeiro. Forense, 1959.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

HENRIQUES, Vicente Manzo – *Estudo da Composição Gravimétrica e Físico – Química dos Resíduos Sólidos Domiciliares do Município de Vitória-ES. Pesquisa Ecológica – Prêmio Tião Sá, Vitória-ES, 1999.*

IBGE. 1998b. Síntese de indicadores sociais. Disponível em:<[http://ibge.gov.br/estatistica/ população/ contagem/brcont96.shtm](http://ibge.gov.br/estatistica/populacao/contagem/brcont96.shtm). Acesso em 20 março de 2001.

JAMES, Barbara. *Lixo e reciclagem*. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

KUHNEN, Ariâne. *Reciclando o cotidiano: Representações sociais do lixo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, 1992.

LEITE, José Rubens Morato. *Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LIEBMANN, Hans. *Terra: um planeta inabitável? Da Antigüidade até os nossos dias, toda trajetória poluidora da humanidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. *Tratados internacionais no Brasil e Integração*. São Paulo: LTr, 1998.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 7ª ed., São Paulo: Malheiros, 1998.

\_\_\_\_\_. *Município e direito ambiental*. Estudos de Direito Ambiental. São Paulo: Malheiros, 1994.

MAGALHÃES, Juraci Perez. *Temas direito ecológico*. Brasília: Gráfica e Editora Completa Ltda., 1992.

MAGALHÃES, Roberto Barcelos de. *Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1995.

*Manual de Limpeza Pública*. Fundação do Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente. Florianópolis: 1985.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. Meio ambiente, consumidor e patrimônio cultural. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MEDANAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. Malheiros Editores, São Paulo, 2000.

MELLO, Celso Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

MINCK, Carlos. *Ecologia e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1997.

MUKAI, Toshio. *Licitações e Contratos Públicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999.

NOGUEIRA, Jozeni. *Viver sobre o lixo e sobreviver do lixo: um estudo com catadores de lixo em Vitória(ES)*. Dissertação de Mestrado - UFES 1996.

OLIVEIRA, Helli Alves de. *Da responsabilidade do Estado por danos ambientais*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar. *Monografia jurídica*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

PALAMANOS, Karla Guimarães. *Aspectos sócio-jurídico-ambientais da poluição por resíduos sólidos urbanos: um Estudo de caso*. Dissertação de Mestrado - UFSC. Florianópolis. 2000.

PETERS, Edson Luiz; PIRES Paulo de Tarso de Lara. *Manual de Direito Ambiental*. Juruá.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella de. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2000.

PINTO, Mario da Silva (coord.). *A Coleta e disposição do lixo no Brasil*. Vol XII. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

*Plano Diretor Urbano de Vitória*. Prefeitura Municipal de Vitória. Vitória: 1994.

Plano Estratégico da Cidade de Vitória 1996-2010 – Vitória do Futuro – Secretaria Municipal de Planejamento (PMV).

Prefeitura Municipal de Vitória -Lei 4.167/94. Plano Diretor Urbano de Vitória-ES-PDU. Coordenação: Maria de Lourdes da Silva Oliveira. SEMPLA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria de Serviços. Lixo reciclado em Vitória. Disponível em  
 <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/servicos/usina>> Acesso em 02/02/2001

*RESOLUÇÕES CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente 005, de 05 de agosto de 1993.* Define normas mínimas para o tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, bem como a necessidade de estender tais exigências aos terminais ferroviários e rodoviários.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO FILHO, Wanderley; BERNARDO, Christianne. *Guia Prático de Direito Ambiental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumes Junis, 1999.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *Estudo sobre concessão e permissão de serviço público no Direito Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1996.

ROCHA, Julio César de Sá da. *Função ambiental da cidade*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

SABATOVSKY, Emílio; FONTOURA, Iara P.; FOLMANN, Melissa. *Código Tributário Nacional*. Curitiba: Juruá, 2001.

SANCHEZ, P.S. *Caracterização dos Riscos de Resíduos Sólidos nos Serviços de Saúde e na Comunidade*. (Encontro Regional sobre Resíduos Urbanos, Industriais e Hospitalares. Marília, 1988.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. 1988. *A cidade e o lixo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/CETURB, p.100.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de Vitória. Ações Permanentes. Disponíveis

<<http://www.vitoria.es.gov.br/secretaria/serviços/perm.htm>, <http://www.vitoria.es.gov.r/secretaria/serviços/rss.htm>> Acessos em: 27 ago. 2001.

SEGUÍN, Èlida. *O direito ambiental: nossa casa planetária*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. *Direito ambiental internacional*. Rio de Janeiro: Thex, Biblioteca Estácio de Sá, 1995.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 1992.

\_\_\_\_\_. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1995.

SOUZA, Moutari Ciocchetti de. *Interesses difusos em espécie*. Saraiva. São Paulo: 2000.

VARELLA, Marcelo Dias; BORGES Roxana Cardoso B. *O novo em Direito Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

VENTURA, Vanderlei José; RAMBELI, Ana Maria. *Legislação Federal sobre o Meio Ambiente*. 7ª edição. Taubaté: Vana, 1996.

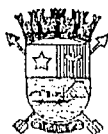
VIEIRA, Sonia. *Como escrever uma tese*. São Paulo: Pioneira, 1999.

WAINER, Ann Helen. *Legislação Ambiental Brasileira: Subsídio para a história do Direito Ambiental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.



## **ANEXOS**

## ANEXO A



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

FL	RUBRICA
419	163

## CONTRATO Nº 16/2000

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VITÓRIA E DE OUTRO LADO A EMPRESA CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO DOMICILIAR, COLETA DE LIXO HOSPITALAR, COLETA DE RESÍDUOS ESPECIAIS, OPERAÇÃO DE TRANSBORDO DE LIXO, OPERAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO E COLETA MANUAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

O Município de Vitória, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes nº 1927, em Bento Ferreira, nesta Capital, representado pelo Secretário Municipal de Serviços VALDIR KLUG, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, neste ato denominada simplesmente CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.412.792/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, nº 156 - Grupo 3.037 - Rio de Janeiro/RJ, representada por ANTÔNIO CARLOS FERRARI SALMERON, tendo em vista o julgamento da Comissão Permanente de Licitação de Serviços da Secretaria Municipal de Serviços, datado de 06/04/2000, objeto da Concorrência Pública nº 02/2000, devidamente homologado pelo Secretário Municipal de Serviços no processo nº 451.9008/99, resolvem assinar o presente Contrato de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e conforme as cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - É objeto deste contrato a execução de serviços de coleta de lixo domiciliar (residencial e comercial), coleta de lixo hospitalar, coleta de resíduos especiais, operação de transbordo de lixo, operação de aterro sanitário e coleta manual do Município de Vitória sob o regime de empreitada por preço unitário.

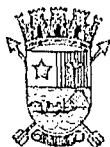
1.2 - O serviços a serem prestados são os descritos na metodologia de execução e planilha de preços unitários, propostos e aceitos pelo CONTRATANTE, partes integrantes do contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO

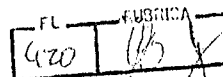
2.1 - O pagamento das importâncias relativas aos serviços a serem executados correrá por conta da verba constante do Orçamento Municipal para o exercício de 2000 e exercícios subsequentes. Elemento da despesa: 16.01.10.60.325.2.040 - SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA - 3.4.90.39.58 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS.

## CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

3.1 - O valor do presente contrato é de R\$ 53.897.404,14 (cinquenta e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e quatro reais e quatorze centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS**



3.2 - O pagamento dos serviços a serem executados serão efetuados em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do CONTRATANTE.

3.3 - As medições dos serviços serão efetuadas pela fiscalização, sempre no último dia útil do mês. Será observado o prazo de até 10 (dez) dias, contados da data do encerramento de cada etapa de execução do contrato (último dia útil do mês), para verificação, conferência e liberação da medição.

3.4 - O pagamento dos serviços realizados poderá, a critério do CONTRATANTE, ser efetuado até o último dia útil do mês posterior ao da execução dos serviços, sem acréscimos.

3.5 - Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos à SEMFA/FIN:

- a) nota fiscal dos serviços;
- b) nada consta (Tributos Imobiliários e Tributos Diversos) do Município de Vitória ou Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de Vitória.
- c) guia do mês anterior de recolhimento de FGTS, INSS, PIS e COFINS, de acordo com o art. 1º da Lei Municipal n.º 4.194/95.
- d) ISS no percentual de 5% (cinco por cento) será retido na fonte.

3.6 - É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação de serviços.

#### **CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

4.1 - Os preços serão reajustados, pela variação dos custos de produção, decorridos 12 (doze) meses, desde a data base do orçamento da P.M.V., datado de dezembro/1999, adotando-se as seguintes fórmulas:

4.2 - Para a Coleta de lixo Domiciliar, Hospitalar e Seletiva

$$R = P_o \left( \frac{SG}{SG_o} \times 0,57 + \frac{C}{C_o} \times 0,075 + \frac{MVE}{MVE_o} \times 0,355 \right) - P_o$$

Onde:

P<sub>o</sub> = preço inicial do contrato em real;

R = reajustamento;

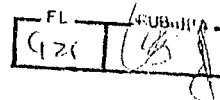
SG<sub>o</sub> = salário da guarnição de coleta compreendendo 1 motorista e 4 coletores, constantes da respectiva composição de preços unitários em Real;

SG = salário da guarnição reajustado de acordo com a lei em vigor, através de acordo intersindical expresso em real;

C<sub>o</sub> = preço do litro do óleo diesel considerado na composição de custos em real;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS



C = preço do litro do óleo diesel do mês do reajustamento em real;

MVEo = índice de máquinas, veículos e equipamentos – coluna 13 da Fundação Getúlio Vargas no mês do orçamento básico da PMV, (dezembro/1999), ou outro índice que venha a substituí-lo.

MVE = índice de máquinas, veículos e equipamentos – coluna 13 da Fundação Getúlio Vargas no mês da execução os serviços, ou outro índice que venha a substituí-lo.

**4.3 - Para o preço do Homem x Hora – coleta manual**

$$R = Po \times \left( \frac{SC}{SCo} \times 0,90 + \frac{INPC/IBGE}{INPCo/IBGE} \times 0,10 \right) - Po$$

SCo = salário do gari considerado na composição de preços unitários, em real;

SC- salário do gari reajustado de acordo com a lei em vigor, através do acordo intersindical, em real;

INPCo/IBGE = índice nacional de preços ao consumidor/IBGE no mês do orçamento básico da PMV, (dezembro/1999), ou outro índice que venha a substituí-lo.

INPC/IBGE= índice nacional de preços ao consumidor/IBGE no mês da execução os serviços, ou outro índice que venha a substituí-lo.

**4.4 – Aluguel de Máquinas, Veículos e Equipamentos, operação do sistema de transbordo domiciliar, especial e resíduos de saúde (caminhão basculante, poliguincho, pá carregadeira, trator D-6, veículo de fiscalização e operação geral de transbordo).**

$$R = Po \left( \frac{S}{So} \times 0,32 + \frac{C}{Co} \times 0,135 + \frac{MVE}{MVEo} \times 0,545 \right) - Po$$

onde:

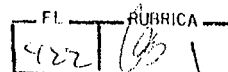
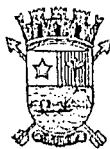
So - salário do motorista considerado na composição de preços unitários, em real;

S - salário do motorista reajustado de acordo com a lei ou através de acordo intersindical, em Real;

Co - preço do litro de óleo diesel considerado na composição de preços unitário, em real;

C - preço do litro de óleo diesel do mês do reajustamento em real;

MVEo = índice de máquinas, veículos e equipamentos – coluna 13 da Fundação Getúlio Vargas no mês do orçamento básico da PMV, (dezembro/1999), ou outro índice que venha a substituí-lo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

MVE = índice de máquinas, veículos e equipamentos – coluna 13 da Fundação Getúlio Vargas no mês da execução dos serviços, ou outro índice que venha a substituí-lo.

**4.5 - Destinação final – resíduos domiciliares e resíduos de serviços de saúde**

$$R = P_o \left( \frac{S}{S_o} \times 0,105 + \frac{C}{C_o} \times 0,12 + \frac{MVE}{MVE_o} \times 0,775 \right) - P_o$$

S<sub>o</sub> - salário do motorista considerado na composição de preços unitários, em real;

S - salário do motorista reajustado de acordo com a lei ou através de acordo intersindical, em Real;

C<sub>o</sub> - preço do litro de óleo diesel considerado na composição de preços unitário, em real;

C - preço do litro de óleo diesel do mês do reajustamento em real;

MVE<sub>o</sub> = índice de máquinas, veículos e equipamentos – coluna 13 da Fundação Getúlio Vargas no mês do orçamento básico da PMV, (dezembro/1999), ou outro índice que venha a substituí-lo.

MVE = índice de máquinas, veículos e equipamentos – coluna 13 da Fundação Getúlio Vargas no mês da execução dos serviços, ou outro índice que venha a substituí-lo.

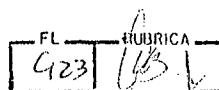
4.6 - Nos preços unitários os seus reajustamentos compreendem todos os serviços e fornecimentos necessários a execução do objeto do contrato, a saber: equipamentos e veículos, sua operação e manutenção, motoristas, ajudantes, operários e demais funcionários necessários ao desempenho dos serviços, encargos sociais, seguros e indenizações, inclusive contra terceiros, instalações fixas, equipamentos auxiliares, ferramentas, materiais, peças e combustíveis, financiamento, depreciações, taxas, água, energia elétrica, vinculados aos seus equipamentos e instalações.

**CLÁUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZOS**

5.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica). O prazo para o seu início é de 10 (dez) dias úteis, ambos a contar da data do recebimento da 1ª Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Limpeza Pública da Secretaria Municipal de Serviços.

5.2 - A execução dos serviços será rigorosamente de acordo com o projeto básico e suas respectivas especificações contidas neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de proposta apresentada, por escrito, e aprovada pelo CONTRATANTE.

5.3 - Caso venham a acontecer impedimentos de ordem operacional, financeira ou institucional com o convocado para assinar o termo de Contrato, a CONTRATANTE poderá



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS**

contratar os mesmos serviços com terceiros atendida a ordem de classificação na licitação, conforme § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/93.

5.4 - A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil do pessoal necessário, dos materiais e equipamentos para a execução dos serviços será da Contratada. Consequentemente, ela não poderá solicitar prorrogação de prazo, nem justificar retardamento na conclusão dos serviços em decorrência de qualquer tipo de lapso referente a estes itens.

5.5 - Será admitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que com a expressa anuência do Contratante, obedecido os aspectos legais.

**CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - A fiscalização dos serviços a serem executados será de competência e responsabilidade exclusiva do Município ou de quem este indicar, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, o projeto, suas especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

6.2 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município, e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

6.3 - A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada, ou de seus contratados, no interesse dos serviços, assim como aceitar a substituição dos integrantes de equipe da Contratada, através de solicitação oficializada.

**CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES**

7.1 - À CONTRATADA poderão ser aplicadas, a critério da Administração, sem prejuízo do direito à rescisão do contrato e às perdas e danos, as seguintes penalidades:

- a) multas moratórias de 0,1% (um décimo por cento) do valor corrigido do contrato, por dia, até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem iniciados na data prevista ou concluídos nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo CONTRATANTE; após o prazo de 30 (trinta) dias, será declarada a inexecução do contrato, com as consequências previstas no art. 77 da Lei nº 8.666/93;
- b) suspensão do direito de licitar e contratar com o Município, por prazo a ser fixado em até 2 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município, em função da natureza e gravidade da falta cometida ou de faltas e penalidades anteriores, em caso de reincidência, a ser publicada no jornal Imprensa Oficial desta Municipalidade, conforme art. 52 da Lei Orgânica do Município.

7.2 - As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da notificação para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS

FL	RUBRICA
424	X

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

7.3 - A aplicação das multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas da caução prestada, de créditos relativos ao presente contrato ou cobradas judicialmente.

7.4 - Das decisões que aplicarão as penalidades neste instrumento, serão cabíveis recursos, com efeito suspensivo, na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**8 - CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO**

8.1 - O contrato poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei, constituindo os motivos em:

- a) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) lentidão do cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- d) atraso injustificado no início dos serviços;
- e) paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, por prazo superior a 5 (cinco) dias;
- f) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assim como as de seus superiores;
- h) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas na forma do parágrafo 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- i) decretação de falência;
- j) dissolução da sociedade;
- l) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- m) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- n) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

8.2 - Declarada a rescisão do contrato, a empresa CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento dos serviços realizados, depois de medidos e aprovados pela fiscalização feito o pagamento, pelo preço de compra acrescido das despesas de transporte, dos materiais estocados no canteiro de serviços e a eles destinados.

8.3 - Declarada a rescisão do Contrato, vigorando a partir desta data, a CONTRATADA obrigará-se-à, expressamente, a entregar os serviços inteiramente desembaraçados e a não criar dificuldade de qualquer espécie.

8.4 - A rescisão do contrato será prevista nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS  
**CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**



9.1 - Os serviços objeto deste contrato são considerados essenciais. Caberá à CONTRATADA a administração do seu quadro de pessoal no tocante às questões relativas à política salarial, sendo-lhe expressamente vedado o repasse das mesmas ao Município em situação de conflito. Assim, a CONTRATADA, primeiramente, dissolverá qualquer impasse salarial com seu quadro de pessoal, assumindo integralmente por conta própria as consequências financeiras da negociação.

9.2 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao Município ou a terceiros.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, os seguros de responsabilidade civil, em garantia única, e de riscos diversos, não cabendo ao Município qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie.

9.4 - A CONTRATADA obrigará-se a cumprir as exigências das leis, normas de segurança e higiene do trabalho.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - Correrá à conta da CONTRATADA a confecção e colocação de placas de sinalização para proteção das equipes de trabalho no trânsito, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE, além das exigidas legalmente.

9.7 - A CONTRATADA fica obrigada a manter as frentes de serviços por sua conta e risco.

**CLÁUSULA DECIMA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

10.1 - O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

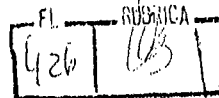
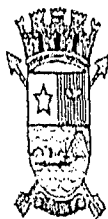
10.1.1 - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

10.1.2 - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Para dirimir questões oriundas deste Contrato, fica eleito o Foro de Vitória-ES. Comarca da Capital, Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal.

Vitória, 28 de abril de 2000

  
VALDIR KLUß

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS

  
ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON  
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A

**ANEXO B**

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Área
2384	145	12

12 02 2000  
C

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2000**

O Município de Vitória, torna público para conhecimento dos interessados, que através da Comissão Permanente de Licitação de Serviços da Secretaria Municipal de Serviços, realizará a abertura da Concorrência Pública nº 02/2000, na sala da Comissão, situada à Av. Vitória, 2.552, Telefax n.º 227-2724, Horto, nesta Capital.

Data de abertura: 14 (quatorze) de março de 2000, às 14:00h (quatorze horas).

Tipo: menor preço

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA MANUAL E SEMI-AUTOMATIZADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, RESIDENCIAIS E COMERCIAIS, COLETA DE RESÍDUOS ESPECIAIS, COLETA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COLETA SELETIVA, OPERAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSBORDO, COLETA MANUAL EM ÁREAS NÃO TRAFEGÁVEIS POR VEÍCULOS COLETORES, DESTINAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO, SENDO REGIME SOB DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, de acordo com a Lei nº 8.666/93, conforme processo nº 4519008/99 da Secretaria Municipal de Serviços. O Edital encontra-se à disposição na sala de reuniões da Comissão no endereço acima mencionado.

Vitória, 11 de fevereiro de 2000

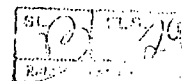
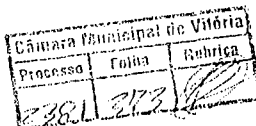
Eng.º Vicente de Paulo Castello Lopes Ribeiro  
Presidente de Comissão

VF

## ANEXO C

Vitória/ES, 10 de março de 2000.

A  
 Prefeitura Municipal de Vitória  
 Ilmo. Sr. Neivaldo Bragato  
 D.D. Secretário Municipal de Serviços



A/C  
 Ilmo. Sr. Engº Vicente de Paulo Castello Lopes Ribeiro  
 Presidente da Comissão Permanente de Licitações

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2000  
 PROCESSO Nº 451.9008/99

Excelentíssimo Senhor,

**SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA.**, com sede na Rua Dr. Antônio Ataíde, 427 – sala 204 – Centro – Vila Velha/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 01.656.808/0001-94, neste ato representada por seu sócio gerente, Sr. Pedro Scopel, representante legal da empresa, vem, tempestiva, interpor

**IMPUGNAÇÃO**

aos termos do edital da Concorrência Pública nº 02/2000, com data para a abertura dos envelopes de habilitação marcada para o dia 14 de março de 2000, objetivando a *"execução de serviços de coleta manual e semi-automatizada (coleta de contentores) de resíduos sólidos do tipo domiciliares (residenciais e comerciais) coleta de resíduos especiais, coleta de resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, operação de sistema de transbordo, coleta manual em áreas não trafegáveis por veículos coletores, e destinação e disposição final dos resíduos em aterro sanitário, para atender ao Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, pelo regime de empreitada por preço unitário"*, visto que esse instrumento convocatório apresenta flagrantes ilegalidades, o que compromete definitivamente sua validade, assim como, o contrato que viria a ser firmado.

Esta contestação encontra-se fundamentada no Art. 41, § 2º, da Lei 8.666/93, que rege essa Licitação, conforme destacamos :

- 1/9 -

CARTÃO SÁBIO  
 REGISTRO DE LICITAÇÃO  
 Nº 451.9008/99  
 Certifica a validade da licitação nos termos do  
 Art. 7.º da Lei nº 8.666/94.  
 22 MAR 2000  
 em Testemunho ( ) do Verdadeiro  
 TABELÃO DE NOTAS

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2281	204	

"§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciarem esse edital, hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso."

E é no sentido de garantir a melhor proposta possível à Prefeitura Municipal de Vitória, assim como, para colaborar com essa Administração, que decidimos apresentar esta impugnação, alertando-os, para as diversas irregularidades do edital, que impediriam a contratação do objeto pretendido, dentro da necessária condição de legalidade.

Assim, é imperativo que esta impugnação seja recebida, e que as providências para correção das irregularidades, a seguir apontadas, sejam tomadas, garantindo, dessa forma, o sucesso e a legitimidade do esperado certame.

#### DAS IRREGULARIDADES DO EDITAL :

1. Os vícios do edital em tela já começam pelo valor que foi definido para a sua venda aos interessados. O § 5º do Artigo 32 da lei de licitações, Lei 8.666/93, determina que o preço do edital seja limitado ao custo efetivo de sua reprodução. Este edital, de poucas folhas, de forma nenhuma pode custar os R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para ser reproduzido, valor que essa Prefeitura determinou para a sua aquisição, como consta no item 19.1 do próprio instrumento convocatório.

Notem a clareza da redação do citado dispositivo legal:

"§ 5º Não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida." (grifo nosso)

- 2/9 -

CARTÓRIO SARLO  
REGISTRO DE LICITAÇÃO  
FOLHA 204 DE 204 - ES  
Certifico a autenticidade da reprodução  
nos termos da Lei 8.666/93.

22 MAR 2000

em Testemunho

(Assinatura) de verdade  
TABELÃO DE NOTAS

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
281	325	

SL	FLS
31	

2. Ao detalhar o objeto no item 1.1.g está sendo especificado, como parte do objeto, o aluguel de veículos para fiscalização, o que, além de não estar previsto no objeto divulgado aos interessados, não é parte inerente ao serviço, devendo ser objeto de contratação específica, desvinculada dessa.

A locação de veículos é uma atividade que não guarda nenhuma relação como o objeto do certame, não justificando, agrupá-lo nesse contrato, impedindo que as empresas especializadas nesse tipo de serviço (locação de veículos) possam apresentar as suas ofertas.

Peca, também, essa forma de contratação pois a empresa a ser fiscalizada estaria disponibilizando as condições para que seja fiscalizada, o que, por óbvio, não é a melhor forma de controlar um contrato.

3. O item 3.14.a do edital impede a participação de empresas que "o objeto social da empresta não constar as modalidades previstas no edital". Falta uma melhor definição do que se pretende dizer com o termo modalidade, que no processo licitatório é empregado para definir os cinco processos de licitação (Art. 22, da Lei 8.666/93): concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, assim como para as formas de garantia (Art. 56 da Lei 8.666/93).
4. O item 4.2 determina que as páginas sejam numeradas. Em sendo a página, cada um dos lados da folha, mereceria maior clareza na redação desse item editalício, para evitar julgamentos subjetivos que tanto pode admitir como correto aquela documentação que só tenha rubricado um dos lados da folha, como também poderá inabilitá-la, visto não ter atendido o edital.
5. O serviço a ser contratado pode ser executado por uma empresa prestadora de serviço, portanto, a habilitação jurídica, definida no item 5.1.1 do edital deve prever essa possibilidade, trazendo para o corpo do edital o que está expresso no inciso IV do Artigo 28 da Lei 8.666/93, que se refere ao instrumento contratual próprio para as empresas constituídas sob essa forma.
6. A exigência do item 5.1.2.3 do edital, que se refere a certidão de regularidade fiscal expedida pela Prefeitura Municipal de Vitória ultrapassa o limite previsto na legislação em vigor, que só admite a comprovação de regularidade com a fazenda federal, estadual e municipal da sede da empresa, como aparece de forma expressa no inciso III do Artigo 29 da Lei 8.666/93, que tem a seguinte redação:

"III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do do-micílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;" (grifo nossos)

- 3/9 -

CARTÓRIO CARLO  
REGISTRO CIVIL - 1.º OFÍCIO  
EXCERTE - 1.º OFÍCIO - 1.º OFÍCIO - 1.º OFÍCIO  
Certifico e dou fé que o presente é o original do  
At. 1.º OFÍCIO - 1.º OFÍCIO - 1.º OFÍCIO - 1.º OFÍCIO  
22/10/2011  
em Testemunha ( ) da verdade  
TASOLIO DE NOIAS

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2281	326	

7. O item 5.1.2.4 do edital exige como um dos documentos de regularidade fiscal a certidão negativa de falência e concordata, que além de não ser um documento de regularidade fiscal e sim de qualificação econômica, já está sendo exigido pelo item 5.1.2.3 do edital.

A manutenção dessa duplicidade, além de conflitar com o que determina

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2281	322	

presa a ser contratada para cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação, tornando-se, portanto, uma ferramenta altamente restritivas à participação dos licitantes.

A título de comparação, o SICAF - Sistema de Cadastro da Administração Federal, cadastro que habilita as empresas para participarem de qualquer concorrência na Administração Federal, exige que o Índice de Liquidez Geral, LG, seja maior ou igual a 1,0 (um), conforme consta na IN nº 5 do MARE, de 21 de julho de 1995. Neste edital os índices contábeis exigidos são o dobro do que foi definido como aceitável, para todas as licitações normais do governo federal.

Ainda como exemplo, a Licitação para concessão da telefonia celular "Banda B", uma das maiores licitações já realizadas no Brasil, onde o licitante vencedor deveria arcar com o custo de montar uma operadora de telefonia celular e ainda pagar ao Governo Federal uma grande quantia em dinheiro (a vencedora da Região 1 - Área Metropolitana de São Paulo, pagou mais de dois bilhões de reais, para assumir o contrato), exigia Índice de Liquidez mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), muito menos do que essa Prefeitura está exigindo para a licitação em tela.

11. O item 5.1.3.5, com redação bastante confusa, admite, alternativamente à comprovação de capital igual ou superior a R\$ 4.600.000,00, a comprovação prevista no art. 31, § 3º da Lei 8.666/93, permitindo compreender que possa ser apresentado patrimônio líquido, ou um capital ainda não realizado.
12. O item 5.1.3.6 exige comprovação de garantia no valor de R\$ 539.732,00 o que corresponde a 1% DO MAIOR VALOR POSSÍVEL PARA ACEITAÇÃO DE UMA PROPOSTAS e não o valor estimado de contratação, que por óbvio, deverá ser inferior ao máximo admissível. O valor máximo admissível é o limite último antes de considerá-lo como abusivo.

Como referência o valor do capital social, que está limitado a 10% do valor estimado para contratação (10 vezes mais do que o de garantia) foi determinado no edital, item 5.1.3.5 como sendo R\$ 4.600.000,00, o que nos levaria a estimar a garantia, mantendo a lógica e coerência, como sendo R\$ 460.000,00.

O artigo 31, III, da lei 8.666/93 trata apropriadamente essa matéria.

13. Não bastasse o valor da garantia que está descompassado com a determinação legal vigente, exigir que essa garantia seja prestada até o dia 10/03/2000, sendo que a entrega das propostas ocorrerá no dia 14/03/2000, está sendo criada uma condição de habilitação anterior à fase de qualificação, definindo, previamente o universo dos licitantes, o que, além de ilegal, permite e favorece a formação de cartel, trazendo sérios prejuízos à essa Administração, sem acrescentar nenhuma vantagem ao processo.

RECEBIDO  
EXCERTE  
Câmara Municipal de Vitória  
10/03/2000  
eh

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2281	322	

SL 13	FL 324
Rubrica	

14. O objeto dessa licitação pode ser plenamente responsabilizado por profissional(is) qualificado(s) pelo CREA não havendo a necessidade de registro da empresa, nem de seus responsáveis técnicos no CRA como exige o item 5.1.4.2 do edital.
15. O item 5.1.4.4 considera como uma das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação a coleta com uso de contedores (semi-automatizada). Esse serviço é considerado como sendo de suposto desenvolvimento, que está sujeito a ser ampliado com o tempo, ou não, como se observa no projeto básico, pág 24 : *"Na medida que o uso dos contedores for crescendo, a empresa operadora da coleta de RSD e RSC irá utilizar caminhões compactadores dotados de elevadores (lifter) que atendam aos contedores ..."*.

O serviço é estimativo, não obrigatório, pelo menos inicialmente no que se refere a forma de coleta do contedores e está sendo considerado como de maior relevância e valor significativo, o que certamente não é, porém ao exigir uma comprovação tão específica, estaria limitando, desnecessariamente o universo dos candidatos, portanto, restringindo a caráter competitivo do certame licitatório.

16. Para funcionamento de um aterro é necessária a licença de funcionamento emitida pelo SEAMA e não apenas a sua licença de localização. Assim, o item 5.1.4.7 do edital não pode se limitar a exigir a licença de localização, uma vez que a responsabilidade pelo lixo produzido pelo Município de Vitória é dessa Prefeitura e não de seus contratados.

Se o lixo desse Município for despejado em local não legalmente autorizado para tal, a responsabilidade é da Prefeitura Municipal de Vitória, portanto, essa Administração não pode se omitir durante o processo de seleção da empresa que irá executar o serviço.

17. Segundo o critério de pontuação determinado no item 5.1.6.1 um licitante que tenha deixado de atender o projeto básico em vários pontos será considerado como qualificado. A grosso modo, podemos dizer que quem desatender até 30% do que está especificado no projeto básico será aceito como habilitado, o que faz com que o projeto básico deixe de ter a conotação que conceitualmente teria que ter.

Essa falha acontece uma vez que está sendo pontuado com nota sete, que é a mínima para ser considerado como qualificado, a metodologia que apenas 70% dos tópicos atendem ao projeto básico.

18. O item 6.3.1 mistura dois conceitos tecnicamente bastante diferentes que são preço e custo, o que necessita ser revisto para evitar problemas de interpretação pelos concorrentes até de julgamento pela própria Comissão.

- 6/9 -

PARTIDO SOCIAL  
RECEBEMOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA  
O valor de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais)  
em pagamento de  
22.200,00 da verba de  
13.130.000,00  
TÍTULO DE NOTAS

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2281	329	

SL	FLS
	36

19. Como critério de desclassificação o edital deve atender ao que está disposto no Artigo 48, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 atualizada pela Lei 9.648/98, que trata dos preços inexeqüíveis, condição não prevista no edital.
20. O critério de correção de divergências previsto nas observações do item 7.3 do edital, implica que um preço unitário expresso exclusivamente em algarismo, prevaleça sobre o preço global expresso em algarismos e por extenso.
21. No item 9.7, ao tratar da possibilidade de prorrogação do contrato, está sendo prevista a prorrogação da validade da garantia, mas não a sua ampliação para guardar a mesma relação de 5% que mantinha com o valor do contrato. Com a prorrogação do contrato, o seu valor cresce proporcionalmente o que implica a dilatação da garantia para preservar a sua relação com o valor contratual.
22. Não está definido qual valor do óleo diesel será utilizado na fórmula de reajuste prevista no item 12.1 do edital.
23. O item 13.5 admite a subcontratação, porém não define o limite para tal, como exige o Artigo 72 da Lei 8.666/93.
24. O item 15.1.b prevê a pena de suspensão como sendo de "até 2 (dois) anos". A legislação em vigor determina que a Administração indique quais são as penalidades cabíveis, e limite a suspensão em até dois anos. A prefeitura ao especificar a penalidade, deve definir qual é o prazo de suspensão, prazo esse que deve ser igual ou inferior a dois anos, e não apresentar qual é o limite legal que a Administração teria para definir a penalidade.
25. Devem ser detalhadas as condições do seguro exigido no item 17.3 do edital, como condição, inclusive, de uniformização de propostas. É necessário que sejam apresentados parâmetros de importância segura, franquias e demais informações, mesmo que em valores mínimo e máximos, para que os concorrentes possam preparar suas ofertas.
26. Falta incluir a alínea "d" ao item 18.1.2 do edital que corresponde à alínea "d" do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93, que é uma das condições prevista na legislação em vigor para a modificação contratual.
27. Está sendo determinada uma visita técnica ÚNICA, no dia 2 de março de 2000, pelo item 19.2 do edital, faltando apenas poucos dias para a data marcada para a apresentação da proposta, que consta, inclusive, com uma metodologia que faz inúmeras exigências de detalhamento do serviço. O prazo exíguo torna o processo extremamente restritivo aos licitantes interessados que não dispõe das informações referentes

CRISTINA SANTOS  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
 2000  
 2 de março de 2000  
 da unidade  
 01/03/2000



Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2281	380	

52	FLS
	36
Rubrica	

à execução com a necessária antecedência para que possam apresentar a sua melhor proposta.

28. Deve ser acrescido ao texto do item 19.8 do edital as demais leis que alteraram a Lei 8.666/93, além da citada Lei 9.648/93, a saber: Lei 8.883/94; Lei 9.032/95 e a Lei 9.854/99.
29. Ainda não foram contemplados pelo edital os itens que devem constar, obrigatoriamente, do instrumento convocatório, como determina o caput de Artigo 40 da Lei 8.666/93 que tem a seguinte redação:

"Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e do seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, OBRIGATORIAMENTE, o seguinte:" (destaque nosso)

Seguem ao caput vários incisos que não foram indicados nesse edital, desatendendo, portanto, à obrigatoriedade determinada pela Lei. Como exemplo destacamos:

Inciso XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização;

Inciso XVI,b - cronograma de desembolso máximo por período;

Inciso XV - instruções para interpor recursos;

Inciso XVI condições de recebimento.

30. O projeto básico carece de maiores detalhes quanto a forma e remuneração do serviço, além de mais precisão técnica quanto ao procedimento com o lixo depositado no aterro; principalmente o proveniente do sistema de saúde.

Como exemplo, no item 2.5.1 está expresso "*Estes rejeitos serão transportados diariamente, inclusive feriados e excepcionalmente aos domingos, neste caso atendendo ordem de serviço especial*". Se for realizado aos domingos, como será remunerado?

31. No Quadro de pessoal item V do Projeto Básico está sendo exigido uma equipe que não é competência da Prefeitura e sim critério administrativo de cada empresa em particular, como é o caso de quantos auxiliares administrativos serão necessários para executar o contrato, se o serviço de manutenção será realizado sempre em oficina própria ou de terceiros, se será, haverá o serviço de uma telefonista ou se será utilizado um PABX (automático).

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2381	381	

Sl.	2381
Folha	381

32. Ainda quanto à relação de mão de obra indireta, item V do Projeto Básico, o último item de funcionário relacionado é "05 veículos leves de apoio", que certamente não se trata de funcionários.
33. Na reserva técnica está sendo exigido reserva técnica também para mão-de-obra, o que faz com que todos os funcionários relacionados no item V tenham reserva técnica mínima de 10%. Assim, todos os casos de um único funcionário deverão haver mais um de reserva, o que corresponde a 100% de reserva técnica.
34. Quanto a minuta do contrato, além de outras falhas, falta indicar, as cláusulas obrigatórias determinadas pelo Artigo 55 da Lei 8.666/93, em especial aquelas à que se referem os incisos VI, VII, IX e XIII do citado artigo.

#### DOS PEDIDOS :

Dessa forma, requer a correção do Edital de Concorrência nº 02/2000, elaborado por essa prefeitura, no intuito de buscar a necessária legitimidade e legalidade para o certame que se pretende. Uma vez corrigido o edital, de acordo com os itens supra citados. Requer seja republicado o edital com as alterações supra citadas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93.

Na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, e, principalmente do Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal, que impetramos esta impugnação, com a finalidade de que seja garantida a legalidade do processo e o interesse público, o que certamente ocorrerá, ainda na esfera administrativa, evitando assim, que este pleito tenha que desaguar no Poder Judiciário e demais instâncias político-administrativas, onde certamente encontrará acolhida, dada a clareza do direito líquido e certo da reclamante.

Requeremos, portanto, que esta impugnação seja recebida, e julgada procedente a fim de que seja alterado o instrumento convocatório, e posteriormente seja o mesmo republicado, para que o certame licitatório prossiga dentro dos parâmetros legais, corretos e convenientes aos interesses da Prefeitura Municipal de Vitória.

Nestes Termos,  
Pedimos Deferimento.

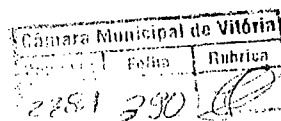
Vitória/ES, 10 de março de 2000.

*[Assinatura]*  
SANPLEX - SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA  
Pedro Seipel  
Sócio Gerente

- 9/9 -

PROCESSO Nº 02/2000  
RECEBUEMOS  
Em 10 de março de 2000  
Pelo Secretário Municipal  
da Prefeitura Municipal de Vitória  
22  
da verdade  
TARDE DE NOTAS

## ANEXO D



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

### Ata de reunião para julgamento do recurso da desqualificação na Concorrência nº 02/2000, formulado pela empresa SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA.

Aos 4 (quatro) dias do mês de abril de 2000, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Serviços da Secretaria Municipal de Serviços, composta pelos servidores Vicente de Paulo Castello Lopes Ribeiro, Mara Christina Pinto Carvalho e Reinaldo Pires, sob a presidência do primeiro, para proceder ao julgamento do recurso formulado pela empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA** pela inabilitação na Concorrência nº 02/2000, conforme Processo nº 1153858/2000. Analisados os autos, a Comissão proferiu o julgamento, nos termos abaixo:

#### RELATÓRIO

**SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA**, apresenta recurso relativo a inabilitação na Concorrência nº 02/2000, cujo objeto é a **execução de serviços de coleta manual e semi-automatizada (coleta de contentores) de resíduos sólidos do tipo domiciliares (residenciais e comerciais) coleta de resíduos especiais, coleta de resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, operação de sistema de transbordo, coleta manual em áreas não trafegáveis por veículos coletores, e destinação e disposição final dos resíduos em aterro sanitário, para atender ao Município de Vitória, de acordo com o processo nº 451.9008/99.**

A recorrente questiona a inabilitação, baseando seu recurso em previsão da norma estabelecida pelo art. 109, I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Em síntese pede a revisão da decisão alicerçando seu arrazoado no seu pedido de impugnação do edital de concorrência nº 02/2000.

Este é o relatório.

#### JULGAMENTO

O recurso previsto no art. 109, I, letra "a", da Lei nº 8.666/93 tem como escopo a correção do ato de habilitação ou inabilitação de licitante. Vale dizer, o licitante pode buscar, de acordo com o citado dispositivo legal, a reforma da decisão que o considerar inabilitado (e vice versa). No caso em exame, o recurso não tem essa feição. O que pretende a empresa **SANPLEX** é transmutar o recurso hierárquico em nova impugnação do edital.

Ora, isso não é possível no recurso hierárquico em questão, que não tem a feição de impugnação ao edital. Demais isso, a empresa **SANPLEX** já questionou o edital judicialmente, razão pela qual a questão será decidida nos autos da ação respectiva.

BR  
mf  
B

## ANEXO E



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

**ATA DE REUNIÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
Nº 02/00**

Aos 15 (quinze) dias do mês de março de 2000 às 09:00h (novo horas), reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Serviços da Secretaria Municipal de Serviços, composta pelos servidores Luiz Vaccari, Mara Christina Pinto Carvalho e Reinaldo Pires, sob a presidência do primeiro para proceder a abertura dos envelopes nº 01 – documentação, da Concorrência nº 02/00, cujo objeto é a execução de serviços de coleta manual e semi-automatizada (coleta de contentores) de resíduos sólidos do tipo domiciliares (residenciais e comerciais) coleta de resíduos especiais, coleta de resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, operação de sistema de transbordo, coleta manual em áreas não trafegáveis por veículos coletores, e destinação e disposição final dos resíduos em aterro sanitário, para atender ao Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, conforme processo nº 451.9008/99 da Secretaria Municipal de Serviços.

Iniciados os trabalhos foram apresentados aos representantes das empresas, os envelopes recebidos no dia 14 (quatorze) de março do corrente ano, contendo as propostas das empresas: CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA, CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A, SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA e CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A constatando-se a inviolabilidade.

Ato contínuo, foi entregue aos representantes das empresas, uma cópia do ofício nº 096/00 de 14/03/2000 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, encaminhando, "a título de orientação e para as providências que se fizerem necessárias a Análise Crítica do Edital de Concorrência Pública nº 02/2000". De igual modo foi entregue cópia do ofício nº 166 de 14/03/2000 do Prefeito Municipal de Vitória, prestando esclarecimentos referente a Análise Crítica do Edital de Concorrência Pública nº 02/2000.

Abertos os envelopes nº 1 – DOCUMENTAÇÃO e METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, os conteúdos foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão e empresas participantes.

Indagando aos representantes das empresas sobre a documentação apresentada, manifestou-se a empresa CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA, alegando que a empresa SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA, apresentou somente o comprovante do CNPJ. Que deixou de apresentar todos os demais documentos exigidos no Edital de Concorrência, não participou da visita técnica, apresentou capital social incompatível com o Edital, não apresentou prova de depósito de caução. Pede finalmente que a empresa supra citada não seja considerada licitante.



Câmara Municipal de Vitória  
Data Rubrica

2281 387

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

O representante da empresa **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A**, em suas alegações disse que a empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA** não cumpriu com a maioria das exigências do Edital, dentre as quais: deixou de participar da visita técnica. Não efetuou o depósito da caução de proposta (item 5.1.3.6), não apresentou os documentos exigidos no Edital como: itens 5.1.2.1, 5.1.2.3, 5.1.2.4, 5.1.2.5, 5.1.3.1, 5.1.3.2, 5.1.3.3, 5.1.3.4, 5.1.3.5. Que a empresa não apresenta capital social conforme exigência do Edital, sendo o mesmo no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), diferente do exigido no Edital que é de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais). Que a mesma não atende a capacitação técnica exigida no Edital, conforme os itens: 5.1.4.1, 5.1.4.2, 5.1.4.3, 5.1.4.5, 5.1.4.6, 5.1.4.7, 5.1.4.8. Que a mesma não apresentou a "METODOLOGIA DE EXECUÇÃO" conforme item 5.1.5 do Edital de Concorrência nº 02/00, solicitando desta forma, que a empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA** seja desqualificada e inabilitada no certame. Alega ainda a **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A** em suas alegações que a empresa **CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A**, não atendeu ao item a.3 do item 5.1.5 (METODOLOGIA DE EXECUÇÃO).

O representante da empresa **CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A** ratifica as afirmações das empresas **CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA** e **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A**, contra a empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA** - quanto ao descumprimento da apresentação dos documentos exigidos no Edital.

Indagando ao representante da empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA**, sobre a documentação das empresas participantes do certame, do conteúdo de seus documentos e das afirmativas dos demais licitantes sobre o seu não cumprimento das exigências do edital, o mesmo não se manifestou, não tendo nada a declarar.

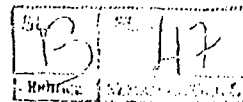
A Comissão examinando os questionamentos e afirmativas das empresas **CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA**, **CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A** e **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A** e considerando serem verdadeiras e flagrantes as afirmativas ao não cumprimento das exigências do edital, decide por **desqualificar e inabilitar** a empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA**, por não cumprimento dos seguinte itens: 5.1.2, 5.1.2.3, 5.1.2.4, 5.1.2.5, 5.1.3.1, 5.1.3.2, 5.1.3.3, 5.1.3.4, 5.1.3.5, 5.1.4.1, 5.1.4.2, 5.1.4.3, 5.1.4.5, 5.1.4.6, 5.1.4.7, 5.1.4.8, 5.1.5, tudo conforme o Edital de Concorrência nº 02/00.

A empresa inabilitada (**SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA**) é assegurado o direito de recurso, com fulcro no inciso I, letra "e" do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

42

88

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2581	388	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS**

O representante da empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA** diz não concordar com a sua inabilitação.

Conforme item 4.7 do Edital de Concorrência nº 02/00, a Metodologia de Execução será analisada pela Comissão Técnica Especial, que fará o julgamento e fornecerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os resultados das médias alcançadas na metodologia. De igual modo será o procedimento da decisão da habilitação das demais empresas participantes. O resultado será fornecido pela Comissão Permanente de Licitação de Serviços, em nova reunião marcada para o dia 22 (vinte e dois) de março do corrente ano, às 14:00 (quatorze horas), dando prosseguimento aos trabalhos.

Os envelopes nº 2 contendo as propostas de preços, ficarão sob a guarda da Comissão de Licitação, após devidamente lacrados e rubricados pelos membros e empresas participantes.

E por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião, cuja ata vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e empresas participantes.

Vitória, 15 de março de 2000

**Luiz Vaccari**  
 Presidente da Comissão

**Mara Christina Pinto Carvalho**  
 Membro

**Reinaldo Pires**  
 Membro

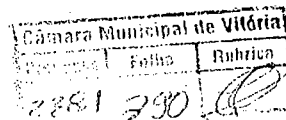
**Representantes:**

**CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA**

**CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A**

**CMC BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A**

**SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

**Ata de reunião para julgamento do recurso da desqualificação na Concorrência nº 02/2000, formulado pela empresa SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA.**

Aos 4 (quatro) dias do mês de abril de 2000, às 10:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Serviços da Secretaria Municipal de Serviços, composta pelos servidores Vicente de Paulo Castello Lopes Ribeiro, Mara Christina Pinto Carvalho e Reinaldo Pires, sob a presidência do primeiro, para proceder ao julgamento do recurso formulado pela empresa **SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA** pela inabilitação na Concorrência nº 02/2000, conforme Processo nº 1153858/2000. Analisados os autos, a Comissão proferiu o julgamento, nos termos abaixo:

**RELATÓRIO**

**SANPLEX – SANEAMENTO E PROJETOS EXECUTIVOS LTDA**, apresenta recurso relativo a inabilitação na Concorrência nº 02/2000, cujo objeto é a execução de serviços de coleta manual e semi-automatizada (coleta de contentores) de resíduos sólidos do tipo domiciliares (residenciais e comerciais) coleta de resíduos especiais, coleta de resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, operação de sistema de transbordo, coleta manual em áreas não trafegáveis por veículos coletores, e destinação e disposição final dos resíduos em aterro sanitário, para atender ao Município de Vitória, de acordo com o processo nº 451.9008/99.

A recorrente questiona a inabilitação, baseando seu recurso em previsão da norma estabelecida pelo art. 109, I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Em síntese pede a revisão da decisão alicerçando seu arrazoado no seu pedido de impugnação do edital de concorrência nº 02/2000.

Este é o relatório.

**JULGAMENTO**

O recurso previsto no art. 109, I, letra "a", da Lei nº 8.666/93 tem como escopo a correção do ato de habilitação ou inabilitação de licitante. Vale dizer, o licitante pode buscar, de acordo com o citado dispositivo legal, a reforma da decisão que o considerar inabilitado (e vice versa). No caso em exame, o recurso não tem essa feição. O que pretende a empresa SANPLEX é transmutar o recurso hierárquico em nova impugnação do edital.

Ora, isso não é possível no recurso hierárquico em questão, que não tem a feição de impugnação ao edital. Demais isso, a empresa SANPLEX já questionou o edital judicialmente, razão pela qual a questão será decidida nos autos da ação respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

Finalmente, o recurso não ataca sequer a falta de apresentação de documentos relativos a itens do edital não impugnados. Isso demonstra que a recorrente, que não se reveste da condição de licitante, jamais pretendeu participar do certame e que suas impugnações e recursos têm nítido objetivo de tumultuar o certame. A recorrente, quando da abertura dos trabalhos dirigiu-se à Comissão com dois envelopes que denotavam pouca ou ausência de documentação séria, já que o edital exigia vários documentos e uma extensa metodologia de execução dos serviços.

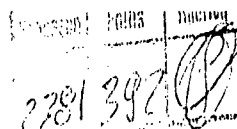
A Comissão, após receber os envelopes de todas as empresas que pretendiam participar da licitação, além dos envelopes da impetrante, que sequer era licitante, adiou a sua abertura para o dia seguinte, em razão de questionamentos que deveria responder ao Tribunal de Contas.

Respondidos tais questionamentos, no dia seguinte, foram abertos os envelopes. E, embora a recorrente não pudesse, como não pode, ser considerada licitante, teve seus envelopes abertos, o que foi feito tão-somente para não se criar, na mente da recorrente, mais falsos pretextos para ajuizar medidas descabidas, que buscassem induzir a autoridade em erro. Nesta ocasião, restou evidente o que os indícios demonstravam. A impetrante não apresentou verdadeiramente uma proposta. Não continha seu envelope nenhum documento de habilitação, nenhuma certidão, nenhuma modalidade de garantia de proposta, exceto seu contrato social e seu cartão de inscrição no CNPJ. Mais nada. Nenhum documento de regularidade fiscal, nenhuma demonstração de capacidade econômica, nenhuma metodologia de execução. Nem mesmo seu contrato social demonstrava capacidade de prestar os serviços objetivados com a licitação, já que possuía capital diminuto, de apenas R\$ 120.000,00, que nem de longe permite a participação num certame dessa magnitude. Pelo fato de não apresentar nenhuma modalidade de garantia de proposta, nenhum documento, metodologia de execução, ou seja, não apresentar nada, de antemão considerava-se a recorrente como alheia ao certame.

Em suma, o recurso previsto no art. 109, I, "a", da Lei nº 8.666/93 que é o questionado, não se presta para impugnar o edital, razão pela qual foi incorretamente interposto. E a anterior impugnação ao edital já foi rejeitada.

E, como conclusão, citamos o exame elaborado pelo Núcleo de Engenharia do Tribunal de Contas, "sobre assuntos questionados em relação ao Edital de Concorrência Pública nº 02/2000, contida no OF.GPTC Nº 110/00 de 29 de março de 2000, encaminhado pelo ilustríssimo Sr. Conselheiro Valci José Ferreira de Souza, Vice- Presidente do TCES, constando *in fine* do referido documento o entendimento de técnicos do Egrégio Tribunal de que o edital está, de modo geral, bem elaborado, não havendo, portanto, nenhum óbice ao prosseguimento dos trabalhos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelas razões expostas, opinamos pelo não conhecimento do recurso, mantida a decisão datada de 15 de março de 2000, remetendo o recurso para a superior apreciação.

Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião, cuja ata vai assinada pelo presidente e membros da Comissão.

Vitória-ES, 4 de abril de 2000

Vicente de Paulo Castello Lopes Ribeiro  
Presidente da Comissão

Mara Christina Pinto Carvalho  
Membro

Reinaldo Pires  
Membro

## ANEXO F

Tribunal de Contas  
do Estado do Espírito Santo

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Região
138	03	2

OF.GPTC. Nº 096/2000

Vitória, 14 de março de 2000.

*Senhor Prefeito*

*Encaminho a V.Exa. a título de orientação e para as providências que se fizerem necessárias a Análise Crítica do Edital de Concorrência Pública Nº 02/2000 dessa Prefeitura, considerando ser imperativo adequá-la ao Edital, vez que não atendem a dispositivos preconizados na Lei 8666/93.*

*Em anexo a documentação mencionada.*

*Atenciosamente,*

CONSELHEIRO VALCI JOSÉ FERREIRA DE SOUZA  
Vice Presidente no Exercício da Presidência

Excelentíssimo Senhor  
LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS  
Prefeito Municipal de Vitória

RECEBI

Em 14/03/2000

Mônica Raymundo

Mônica Raymundo  
PMV

**P M VITÓRIA - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2000**  
**ANÁLISE CRÍTICA DO EDITAL**

1. Item 5.1.4.4 - Exigência de atestado referente a "operação de sistema de transbordo"
  - O serviço é sem qualquer complexidade operacional e de pequena monta, o que não justifica a exigência, que é muito seletiva, já que poucas cidades fazem o transbordo do material recolhido (em geral as usinas de triagem de lixo ficam dentro dos aterros sanitários).
  - Observe-se que, na planilha, foram incorporados ao item "Operação de sistemas de transbordo" os itens 6 - Coleta manual e 7 - Caixa estacionária de 5m3. Sem estes valores o item atinge apenas 11.5 % do total do contrato.
  
2. Item 5.1.4.7 - Exigência de Licença de Localização emitida pela SEAMA
  - A exigência em si é absolutamente necessária, já que espera-se do licitante, que vai operar no seu terreno, a disponibilidade imediata para esta utilização. Entretanto, parece-nos que a PMV deveria ter realizado uma Audiência Pública para manifestar este interesse de utilizar áreas particulares para dispor do lixo municipal, de forma a mobilizar todos os setores da sociedade na solução deste problema. Com isto, maior número de candidatos teria se preparado para disputar esta licitação.
  
3. Item 5.1.5.1 - Metodologia de Execução
  - De posse apenas dos dados disponíveis no projeto básico é na prática impossível atender às exigências da proposta técnica sem incorrer em omissões e erros que venham a desclassificá-la. De fato, seria imprescindível o levantamento detalhado da operação deste serviço em Vitória, mas não no prazo de apenas 30 dias disponibilizado pelo Edital.
  
4. Item 5.1.6.1 - PONTUAÇÃO
  - As notas serão atribuídas de 0 a 10, sendo considerada desqualificada a empresa que obtiver a nota 0 (zero) em qualquer de seus tópicos ou em um de seus sub-itens.
  - A nota 0 (zero) será imposta quando houver, na avaliação, da comissão julgadora, "omissão, erro e não atendimento ao projeto básico e à legislação vigente". Ora, existem diversos subitens que têm pequena expressão dentro do escopo que se pretende definir para a operação do lixo de Vitória, e qualquer falha, por inexpressiva que seja, pode ensejar a desqualificação de qualquer proponente.
  
5. OUTROS ITENS
  - O Edital não estabelece a prevalência dos documentos que são complementares entre si.
  - Exigência de registro no CRA.
  - Depósito prévio de caução

Município de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
838	26	P

Considerações sobre o Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA no. 02/2000, da Prefeitura Municipal de Vitória:

- Objeto: Contratação da Prestação de Serviços de Coleta Manual e Semi-automatizada de resíduos sólidos domiciliares, residenciais e comerciais, coleta de resíduos especiais, coleta dos resíduos de serviços de saúde, coleta seletiva, operação de sistema de transbordo, coleta manual de áreas não trafegáveis por veículos coletores, destinação e disposição final dos resíduos em aterro sanitário, sendo regime de empreitada por preço unitário, da cidade de Vitória.

- Tipo: Menor preço c/ Metodologia Execução.
- Veda: Consórcio / Subcontratação total ou parcial x item 13.5, exceção com anuência da PM Vitória.
- Atestado: de responsável técnico empregado/estatutário
- Prazo: 60 meses - início em 10 d.u. após 1ª ordem.

Datas:

- Visita: 02/03/2000 - 9:00 horas - não é exigido o atestado (?)
- Entrega propostas: 14/03/2000 - 14:00 horas - Vitória
- Esclarecimentos/Impugnação/Caução: até 10/03/2000.

#### 1. Preliminarmente:

O referido Edital, salvo melhor juízo, fere princípios basilares da licitação pública e disposições da Lei 8666/93, que a rege, senão vejamos:

Assevera o art. 3º da referida Lei o seguinte:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impressoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da proibição administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

11:15

Cópia autenticada		
Processo	Folha	Relatório
838	00	82

*Parágrafo 1º. É vedado aos agentes públicos:*

*1 – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.*

Grifou-se.

*2 – Pontos que poderão ser questionados via impugnação e/ou esclarecimentos:*

*2.1. Item 3.1.4 do edital: estabeleça que os documentos da licitação são complementares entre si, contudo sem estabelecer a ordem de prevalência em caso de conflito em pontos divergentes porventura existentes nos documentos.*

*2.2. Item 3.1.4-a – fl. 3 – É preciso esclarecer se no objeto social da licitante tem que constar todas as modalidades existentes no edital ou se basta, como é comum: serviços de coleta e transporte de lixo, etc... (E se no estatuto não constar detalhes do tipo: operação de transbordo, que é pedido no edital?)*

*2.3. Metodologia de execução:*

*2.3.1. A exigência de metodologia de execução, item 4.7 do edital, está em consonância com o disposto no parágrafo 8º do art. 30 da Lei 8666/93, tendo em vista que se trata de licitação cujo objeto é a prestação de serviços públicos essenciais – coleta de lixo.*

*Exige a lei, na parte final do referido dispositivo, que: "...cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critério objetivos".*

220 PDS MHP 09 100 11:15

Gabinete de Julgamento do Vitoria		
Processo	Folha	Rubrica
838	07	82

Temerário, a nosso ver, questionar além de mera impugnação, possibilidade de subjetividade nos critérios de julgamento, em razão da adoção pelo edital de um sistema de pesos e final equação matemática, onde os licitantes reúnem grandes possibilidades de atingimento da média exigida, desde que realmente reünam condições mínimas para a execução dos serviços.

O contraditório e a ampla defesa estariam resguardados na possibilidade de interposição de recursos da decisão, sempre fundamentada, como já previsto na Lei 8666/93, art. 109.

MARÇAL JUSTEN, entende possível proposta de metodologia em licitação de menor preço, como in casu, aconselha o critério da pontuação, inclusive como forma de tornar o julgamento objetivo.

#### 2.4. Exigência de Depósito Prévio de Caução:


Não obstante no Inciso III do art. 31 estar prevista a possibilidade de garantia da proposta, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação, a exigência afigura-se ilegal porque se trata de garantia da proposta, com esta deve ser entregue. A previsão de depósito antecipado não está autorizada por lei e quebra o sigilo da licitação, no tocante aos licitantes potencialmente participantes, o que fere a competitividade do certame, além de não raramente dar azo a fraudes.

#### 2.5. Registro entidade profissional:

A lei exige prova de registro na entidade profissional competente.

A exigência de registro no CRA é impertinente, irrelevante e ilegal porque extrapola os limites do inciso I do art. 30, eis que para o objeto da licitação, a entidade profissional competente é somente o CREA.

O CRA não é detentor do delegado poder de fiscalização das empresas que têm como objeto social a coleta de lixo. Tal mister é exercido única e tão-somente pelos CREA's.

Câmara Municipal de Várzea		
Processo	Folha	Assinatura
838	58	

## 2.6. Parcelas de Maior Relevância:

O Edital fixa como parcelas de maior relevância, dentre outras, na alínea "c" – operação de sistema de transbordo de lixo.

Tal serviço não é de grande relevância ou de alta complexidade técnica. Como item de planilha, está recheado de subitens cujos serviços não se relacionam com o título. Vale dizer, serviços que não se referem a operação de sistema de transbordo.

Assim, a exigência deste serviço, totalmente insignificante, por si só, está a restringir a competitividade do certame, ferindo o disposto no art. 3º, retro e no parágrafo 1º do art. 30.

Deve prevalecer sempre o disposto no parágrafo 3º do mesmo art. 30:

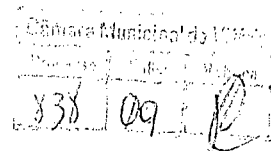
*"Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."*

## 2.7. Comprovação de Atendimento às Normas Ambientais:

O item 5.1.4.7 do edital é limitador da participação de licitantes e estabelece distinção e preferência em razão da sede ou instalação dos mesmos, isto porque somente aqueles que estiverem instalados na região das obras, certamente, possuirão de imediato a comprovação exigida de atendimento às normas ambientais.

Já no item 9.8 do edital, há exigência de apresentação da documentação referente à disponibilidade de área, devidamente legalizada, somente para a assinatura do contrato, o que nos parece mais correto e razoável.

Contudo, não há a efetiva exigência e responsabilização por parte da Prefeitura com relação a planos e projetos de impactos ambientais, motivo da suspensão da licitação de Goiânia, em liminar concedida em Ação Popular.



### 3. Considerações Técnicas sobre a metodologia de execução:

#### 3.1. Os elementos fornecidos são suficientes?





## ANEXO G

**CÂMARA MUI**  
ESTADO I

Processo: 838/2001 Requerimento de Plenário : 126/200

Data e Hora: 08/02/01 17:00:56

Procedência: Dermalval Galvão

Solicitando a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades no edital de concorrência pública nº 02/2000 (coleta de lixo).

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

REQUERIMENTO Nº 126 /2001

O Vereador Signatário no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Art. 55 da resolução n.º 1722/98 (regimento interno), requer a V. Ex.ª após ouvido o plenário, seja aprovado a presente solicitação de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades no edital de concorrência pública n.º 02/2000 (coleta de lixo). Tal procedimento torna-se necessário face ao ofício GPTC n.º 096/2000 do Tribunal de Contas o qual orienta que o edital n.º 02/2000 da Prefeitura Municipal de Vitória não atendeu os dispositivos preconizados na lei 8666/93 .

Solicito ainda que a Comissão seja formada por 07 membros, com duração de 90 dias.

Palácio Atilio Vivacqua, 07 Fevereiro de 2001.

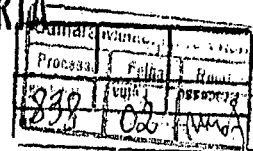


DERMIVAL GALVÃO

Vereador

## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ADEMAR ROCHA

Vereador

ANTONIO SMITH

Vereador

ALOÍSIO VAREJÃO

Vereador

ALEXANDRE PASSOS

Vereador

ANTONIO JOSÉ DENADAI

Vereador

CARLOS CÔCO

Vereador

ELIEZER TAVARES

Vereador

JOSÉ CARLOS LYRIO

Vereador

JOSÉ COIMBRA

Vereador

JURANDY LOUREIRO

Vereador

LUIZ PAULO AMORIM

Vereador

MAURÍCIO LEITE

Vereador

NEUZA DE OLIVEIRA

Vereador

OSVALDO MELLO

Vereador

PEDRO CHRIST

Vereador

RAFAEL MUSSIELO

Vereador

SEBASTIÃO PELAES

Vereador

TARCÍLIO DEORCE

Vereador

TOSINHO LOUREIRO

Vereador

ZEZITO MAIO

Vereador



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo	Colha	Outra

Incluindo no Expediente

Dia 16/02/2001

Pedro Luiz Corred  
DIRETOR DO LEGISLATIVO  
C.M.V.

DEFIRO

A SECRETARIA PARA NO PRAZO REGIMENTAL INCLUIR NO EXPEDIENTE  
PARA Apreciação e VOTAÇÃO

VITÓRIA, 20/20/2001

Aprovado em discussão única com 16 (Dezesseis) votos sim e (quatro)  
04 votos NAC

Vitória, 21/02/2001

PRÉSIDENTE DA CÂMARA DE VITÓRIA

Determino ao Departamento de Atividade Legislativa, de conformidade  
com o artigo 55 § 6º da Resolução 1.722/98, a elaboração do ato  
através de Resolução, formalizando a constituição da comissão par-  
lamentar de inquerito de que trata o presente processo.

Vitória, 21/02/2001

PRÉSIDENTE DA CÂMARA

Sr. Ednea,

Para providenciar o ato da Resolução de que trata o despa-  
che supra do Sr. Presidente.

Vitória, 22/02/2001

Pedro Luiz Corred  
DIRETOR DO LEGISLATIVO  
C.M.V.

Sr. Diretor,

Devidamente providenciado

Vitória, 22/02/2001

Ednea Hurekbar

Sr. Presidente,

para conhecimento de V.SA. informo que o ato da Resolução da mesa diretora de que trata o presente processo foi publicado na edição do dia 06 (SEIS) de março do corrente, no Jornal "A TRIBUNA" conforme cópias em anexos.

Vitória, 06/03/2001

*Pedro Luiz Correa*  
DIRETOR DO LEGISLATIVO  
CMV

Sr. Diretor do Departamento Legislativo,

Apos avaliação da indicação dos seus representantes na comissão por parte das lideranças partidárias e de conformidade com o Artigo 55 § 6º, determino a extração do ato da Mesa Diretora deste poder, designando os vereadores abaixo, para comporem a comissão de inquerito de que trata o presente processo (COLETA DE LIXO).

MEMBRO TITULAR:	DERMIVAL GALVÃO	(PMDB)
MEMBRO TITULAR	OSVALDO MELLO	(PFL)
MEMBRO TITULAR	JURANDY LOUREIRO	(PMDB)
MEMBRO TITULAR	ALEXANDRE PASSOS	(PT)
MEMBRO TITULAR	TARCILIO DEORCE	(PSC)
MEMBRO SUPLENTE	RAFAEL RUSSIELO	(PFL)
MEMBRO SUPLENTE	ELIEZER TAVARES	(PT)
MEMBRO SUPLENTE	TONINHO LOUREIRO	(PSDB)

Vitória, 08/03/2001

PRESIDENTE DA CÂMARA

Sra. Edna,

Para providenciar conforme determinação do presidente  
Vitória, 08/03/2001

*Pedro Luiz Correa*  
DIRETOR DO LEGISLATIVO  
CMV

Sr. Diretor,

Devidamente providenciado

Vitória 08/03/2001

Edna Harckhart

## ANEXO H



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**RESOLUÇÃO Nº 1 758**

Publicado em Dia  
de 06 de 03 de 2001  
p/ Gaucho  
p/ Ordem de Desembolso

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, § 3º da Lei Orgânica do Município de Vitória e com base no Art. 55 § 6º da Resolução nº 1 722/98 (Regimento Interno)

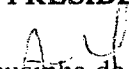
**RESOLUÇÃO**

**Art. 1º.** Fica criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta de 05 (cinco) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias, apurar possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Pública nº 02/2000 (coleta de lixo) no Município de Vitória.

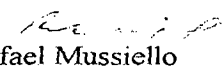
**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivacqua, em 22 de fevereiro de 2001.

  
Ademar Rocha  
**PRESIDENTE**

  
Neusinha de Oliveira  
**1º SECRETÁRIO**

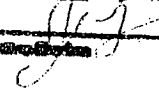
  
Mauricio Leite  
**2º SECRETÁRIO**

  
Rafael Mussiello  
**3º SECRETÁRIO**

EH

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

Protocolo Geral

1242/01  
Em 05 de maio de 2001  


**ANEXO I**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Vitória (CPI do Lixo).

**MANOEL CORREA DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 584.483 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob no. 818.275.557/34, residente na Rodovia BR 101, km 282 – Fazenda Vargem Alta – Cariacica/ES, vem apresentar **REPRESENTAÇÃO** em face de **MARCA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rodovia BR 101, km 282 – Fazenda Vargem Alta – Cariacica/ES, e sua parceira **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.**, estabelecida na Rua São Sebastião, 100 - Resistência - Vitória/ES, bem como do **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, com endereço na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº - Bento Ferreira – Vitória/ES; **MUNICÍPIO DE CARIACICA**; **MUNICÍPIO DE VILA VELHA**; **MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO**; **MUNICIPIO DE VIANA**; **MUNICIPIO DE SANTA LEOPOLDINA**; **MUNICÍPIO DE LINHARES**; **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO**; **CEASA**; **GRANVAR (TORRES)**; **GRANVAR(RONCETTI)**; **TEXTIL BRASLINHO S/A**; **RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA.**; **COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO**; **SEA WORK**; **ELIANE PISOS ORNATO**; **TRANSMAR**; **VICTORY SERVIÇOS LTDA.**; **E.S. BORRACHA**; **BELGO MINEIRA**; **PENEDO**; **SAMARCO**; **TERCA**; **GRANVAR (TORRES FORT LEV)**; **SILOTEC**; **VITÓRIA AMBIENTAL**; **COMPANHIA VALE DO RIO DOCE** e **A.S.T.**, solidariamente responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente de fatos e fundamentos abaixo elencados.

01. O Representante e seus familiares são possuidores de uma área terras, na zona rural do Município de Cariacica, situada no lugar denominado Vargem Grande, às margens da rodovia BR 101 (Rodovia do Contorno), Km 282.
02. Da referida propriedade rural, foi desmembrada uma área de 150.000 m<sup>2</sup>(cento e cinquenta mil metros quadrados), representada na planta anexa pela "área 4", utilizada pela empresa Marca Construtora e Serviços Ltda., para depósito de lixo (Aterro sanitário) durante 08(oito) anos.
03. Quando a "área 4" alcançou a quantidade limite de deposição de lixo, foi pactuado entre o Representante e a empresa Marca Construtora e Serviços Ltda., um contrato de arrendamento da área supra citada, com o seguinte objeto:

**"Cláusula Quarta**

A área arrendada destina-se a **manutenções provenientes de depósitos de lixo anteriormente realizados** - Aterro Sanitário - devendo ser a mesmo entregue em condições estabelecidas pela política ambiental e totalmente gramada." (grifamos)

04. Ocorre que a empresa Marca não está realizando a manutenção da área, conforme estipulado, posto que continua depositando lixo no local, inclusive lixo hospitalar, sendo que em momento algum teve autorização para tal. A má-fé da empresa fica bem evidenciada pelas fotos anexas, que mostram claramente a tentativa da Marca de enterrar o lixo hospitalar, mas que, devido à erosão do terreno, vêm à superfície, comprovando a irregularidade e o dano ao meio ambiente.
05. Um outro dano que a empresa Marca está causando na área em que deveria estar dando manutenção, é referente ao chorume, que está sendo drenado de forma irregular, com canos velhos, alguns arrebentados, o que ocasiona o vazamento do líquido para fora do aterro, como evidencia-se pelas fotos.
06. A empresa Marca adquiriu uma área de terra, vizinha ao antigo aterro sanitário, para a deposição de lixo (Aterro Sanitário), fazendo divisa com as áreas 04(quatro) e 01(um), conforme mapa anexo, pertencentes ao Representante. Ocorre que a referida empresa passou a depositar no local, além do lixo domiciliar, lixo hospitalar, sendo então notificada pela SEAMA, que determinou a interrupção do depósito de lixo hospitalar; até que a empresa adequasse o local, e limitou o depósito de lixo domiciliar a 600(seiscentas) toneladas/dia.
07. Ocorre que a empresa Marca descumpriu a determinação do SEAMA, posto que recebeu, no período de 01.03.2001 a 03.04.2001, mais de 1.000(um mil) toneladas/dia de lixo. Deve ser ressaltado que neste período a referida empresa recebeu e depositou no local lixo hospitalar e industrial, sendo que não tem autorização para isso.
08. As fotos anexas à presente denúncia, demonstram claramente o crime ambiental praticado pela empresa Marca na segunda área de terras, tendo em vista que, estando as caçambas cheias o lixo hospitalar é depositado diretamente no solo, para posteriormente ser enterrado.



09. A empresa Marca adquiriu ainda uma terceira área de terras, também vizinha ao sítio do Representante, para realizar a ampliação de seu Aterro Sanitário. Na referida área existem 03(três) nascentes, além de uma grande área de mata nativa.
10. A empresa Marca já deu início as obras para expansão de seu Aterro sanitário, tendo derrubado diversas árvores, além da realização da drenagem de uma lagoa existente no local, fato comprovado pelas fotos anexas, que mostram inclusive funcionários da empresa, uniformizados, trabalhando no local.
11. Além do crime ambiental, as atitudes da empresa Marca prejudicam muito o Representante, posto que as nascentes, existentes na área em que a referida empresa está realizando a ampliação do aterro sanitário, alimentam os córregos que passam dentro do sítio do Representante, e com o desmatamento da área, a consequência lógica é que as nascentes sequem, deixando o sítio do Representante sem água.
12. Os fatos narrados acima, além de poderem ser constatados pelas fotos anexas à presente representação, são comprovados por fitas, também anexas.
13. Além da empresa Marca, que é diretamente responsável pelos danos causados ao meio ambiente, todos os Municípios e empresas denunciadas tem responsabilidade subsidiária, posto que contrataram uma empresa sem diligenciar, para constatarem se a mesma tinha autorização para receber lixo hospitalar e industrial ou se dispunha de local apropriada para exercer suas atividades (aterro sanitário).

#### DO DIREITO

14. A Constituição da República, em seu artigo 23, inciso VI, determina ser a União, o Estado e o Município, responsáveis pela proteção ao meio ambiente.

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

(...)"

15. A lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, determina em seu artigo 2.º que:

"Art. 2º. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la."

16. A conduta ilícita praticada pela empresa Marca se enquadra no que reza o artigo 54, § 2.º, inciso V e § 3.º da lei 9.605/98.

"Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

(...)

§ 2º. Se o crime:

(...)

V - **ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas**, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º. Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível." (grifamos)

17. O artigo 70, § 2º da lei 9.605/98, legitima qualquer pessoa, a apresentar representação às autoridades competentes, no caso de constatação de infração ambiental.

"Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 2º. **Qualquer pessoa**, constatando infração ambiental, **poderá dirigir representação às autoridades** relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia. (grifamos)

(...)"

18. O artigo 70 anteriormente citado, reza em seu § 3º, que as autoridades que tiverem conhecimento da infração ambiental, são obrigadas a promover apuração imediata sob pena de serem co-responsabilizadas.

"Art. 70. (...)

§ 3º. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, **sob pena de co-responsabilidade.**" (grifamos)

19. A lei 9.605/98, estabelece em seu artigo 72 as sanções administrativas, no caso infração ambiental

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

(...)

VII - embargo de obra ou atividade;

(...)

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

(...)

§ 7º. As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares. (grifamos)

## DOS PEDIDOS

20. Ante ao exposto, requer sejam apurados os fatos anteriormente narrados, com a consequente punição dos agentes infratores, sob pena desta Autoridade Estatal ser tida como co-responsável pelas infrações ambientais, na forma do artigo 70, § 3.º da lei 9.605/98, aplicando-se inicialmente como medida de preservação o embargo da atividade (aterro sanitário), na forma do artigo 72, inciso VI da lei 9.605/98.
21. Como forma de comprovar a veracidade dos fatos, requer seja determinada a notificação da empresa Marca, bem como de todos os Municípios e empresas Representadas, para que apresentem todas as medições (relatórios de pesagem da balança) com as respectivas notas fiscais de serviços prestados pela empresa Marca, nos últimos 02 (dois) anos de atividade.
22. Requer ao final seja aplicada por esta Autoridade as medidas administrativas previstas na legislação aplicáveis a matéria, bem como seja notificado o Representante do Ministério Público para que o mesmo promova a competente denúncia quanto a parte penal cabível.
23. Informa que a presente Representação está sendo enviada para os seguintes órgãos: Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Cariacica, Vitória e Vila Velha, IBAMA, Ministério Público Federal e Estadual; Câmaras Municipais de Cariacica, Vitória e Vila Velha; Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; Conselho de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo; Companhia de Polícia Ambiental e Florestal; Comissão Parlamentar de Inquérito de Vitória (CPI do Lixo) e SINDILIXO - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DO LIXO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO;

Termos em que  
Pede deferimento.

Cariacica/ES, 10 de abril de 2001.

MANOEL CORREA DA SILVA FILHO  
Representante

**CARTÓRIO HUGO ANTONIO RONCONI** : Tabelionato e Registro Civil

R. Manoel Joaquim dos Santos, 80 - Itacaré - Curitiba - ES - Cep 20150-270 - Telef(02) 336-4693

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

2101

2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109

2110

2111

2112

2113

2114

2115

2116

2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

2145

2146

2147

2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

2168

2169

2170

2171

2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

2185

2186

2187

2188

2189

2190

2191

2192

2193

2194

2195

2196

2197

2198

2199

2200

2201

2202

2203

2204

2205

2206

2207

2208

2209

2210

2211

2212

2213

2214

2215

2216

2217

2218

2219

2220

2221

2222

2223

2224

2225

2226

2227

2228

2229

2230

2231

2232

2233

2234

2235

2236

2237

2238

2239

2240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

2250

2251

2252

2253

2254

2255

2256

2257

2258

2259

2260

2261

2262

2263

2264

2265

2266

2267

2268

2269

2270

2271

2272

2273

2274

2275

2276

2277

2278

2279

2280

2281

2282

2283

2284

2285

2286

2287

2288

2289

2290

2291

2292

2293

2294

2295

2296

2297

2298

2299

2300

2301

2302

2303

2304

2305

2306

2307

2308

2309

2310

2311

2312

2313

2314

2315

2316

2317

2318

2319

2320

2321

2322

2323

2324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

2384

2385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393

2394

2395

2396

2397

2398

2399

2400

2401

2402

2403

2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

2426

2427

24

## ANEXO J



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO DE CONTROLE AMBIENTAL**

### Parecer Técnico

**Processo:** 1598/98

**Nome:** Marca Const. Serviços LTDA

**Assunto:** Análise da solicitação de desinterdição do aterro

**Técnicos:** Eng.º Vinicius Loyola Lopes

Eng.º Fábio Victor Sousa Andrade

Geógrafa Vera Vanda Jeanmonod Luz

Em atenção à solicitação de desinterdição do aterro sanitário podemos informar o seguinte:

A empresa Marca Construtora, prestadora de serviços de destinação final de resíduos sólidos (lixo), possui Licença de Operação emitida pela SEAMA em 1998 para o Aterro Sanitário da empresa.

As licenças ambientais são emitidas em cumprimento de normas e padrões estabelecidos pela legislação ambiental vigente e com condições impostas pela autoridade ambiental no ato de sua concessão.

O descumprimento de quaisquer normas que venham a colocar em risco os recursos naturais (água, ar e solo) e a saúde da população acarreta na aplicação, pelo órgão ambiental, de sanções administrativas que podem ser pecuniárias ou impeditivas da continuidade das atividades.

A referida empresa foi notificada pela SEAMA para apresentar soluções quanto aos resíduos líquidos gerados (chorume), cujo potencial poluidor pode comprometer a qualidade das águas.

Inclusive, em relação ao chorume, foram recebidas várias denúncias de ocorrência de vazamento, bem como, a utilização de uma lagoa para disposição do mesmo. A SEAMA multou a empresa na data de 02/03/2001, por causar degradação ambiental, atingindo corpo hídrico e vegetação ribeirinha, provocada pelo derramamento de chorume, proveniente da célula de disposição de resíduos sólidos (**Auto de Multa nº 0078**) e Intimou a mesma a paralisar a disposição de chorume nessa Lagoa e providenciasse Estudo Hidrogeológico (solo e águas subterrâneas) do local. (**Auto de Intimação Nº 1130**)



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO DE CONTROLE AMBIENTAL**

Outra situação encontrada em vistoria técnica realizada pela SEAMA foi a disposição de resíduos de saúde a céu aberto, sem obedecer os critérios técnicos relativos a esses resíduos, podendo haver o transporte de vetores (urubus, ratos, moscas etc.), cujas consequências são imprevisíveis para a saúde da população. Nessa data, 1º de março de 2001, a SEAMA embargou a célula de resíduos de saúde do aterro (Auto de Embargo nº 0352) do processo Nº 1598/98, exigindo que a empresa tomasse as medidas para recuperação da referida área, fazendo o encerramento da célula e a sua impermeabilização e revegetação.

Em seguida, a empresa iniciou, por conta própria, a disposição dos resíduos de saúde em container. Esta disposição, realizada de forma inadequada, ficou constatada em vistoria à área. A SEAMA, exigiu que a empresa paralisasse a disposição dos resíduos, fizesse a retirada dos mesmos e os destinasse a aterros sanitários licenciados para tal atividade, conforme pode ser constatado no Auto de Intimação nº 0952 do processo 1598/98, emitido em 26/03/2001. Por este mesmo motivo a SEAMA multou a empresa, devido à mesma estar realizando esta atividade em desacordo com a licença de operação nº 089/2000 do mesmo processo. (Auto de Multa nº 0062)

A empresa, nesta data, já havia requerido e obtido a Licença Prévia e para a Instalação da nova célula de resíduos de saúde a ser construída no aterro. Porém, antes de obter a Licença de Operação para a célula, iniciou a disposição dos resíduos de saúde na mesma, o que ficou verificado pela SEAMA, em vistoria ao aterro na data de 26/04/2001. Por este motivo foi efetuado Auto de Multa nº 0157 à empresa, pelo fato da mesma ter iniciado uma atividade sem o devido licenciamento ambiental e Auto de Interdição nº 0169 da célula de resíduos de serviços de saúde.

Na data de 03/05/2001, foi realizada uma nova vistoria ao aterro sanitário da empresa para verificação do cumprimento do Auto de Interdição emitido. Constatou-se que a atividade estava sendo realizada. Por esse motivo foi emitido Auto de Intimação nº 0681, para que a empresa paralisasse de maneira imediata a disposição de resíduos de saúde nesta célula conforme exigido no Auto de Interdição supra.

Em 04/05/2001, a empresa foi multada (Auto de Multa nº 0160), por prosseguir a atividade de disposição final de resíduos de serviços de saúde sem o devido Licenciamento Ambiental (Licença de Operação).

E finalmente, em 07/05/2001, foi realizada vistoria e novamente constatado que a empresa, descumprindo os autos de interdição da SEAMA, continuava com a disposição dos resíduos na célula interditada. Dessa forma, e após os vários descumprimentos realizados pela empresa, a SEAMA interditou o Aterro Sanitário (células de resíduos classe II e III). (Auto de Interdição nº 0177)

**ANEXO K**

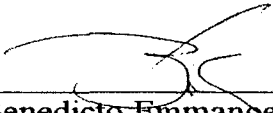
Exmo. Sr. Dr. Secretário Municipal de Serviços Urbanos Dr. Jarbas Ribeiro de Assis Júnior

Benedicto Emmanoel Ferreira, brasileiro, casado, advogado, CPF 083.939.157-91, CI 92690 IITP/ES, residente e domiciliado à Rua José Teixeira, nº 165, apto. 501, Ed. Saint Pierre, Praia do Canto, CEP 29055-310, vem, respeitosamente, solicitar à Vossa Excelência cópia de todos os editais, contratos e aditivos (com empresas terceirizadas) relativos à varreção, coleta e destinação final do lixo e demais resíduos sólidos, na cidade de Vitória.

Esclareço que tal material será utilizado por minha pessoa em trabalho de dissertação de mestrado, junto à Universidade Federal de Santa Catarina, tendo mero caráter informativo, pois pretendemos destacar o bom trabalho realizado pelo Município de Vitória. Em tempo, informo que as despesas relativas à confecção das cópias correrão às minhas expensas.

Nestes termos  
pede deferimento,

Vitória, 13 de Fevereiro de 2001.

  
\_\_\_\_\_  
Benedicto Emmanoel Ferreira  
Advogado  
OAB/ES 2.990

Protocolado.....: 13198/2001    Data : 13/02/2001    Hora: 09:13  
Requerente.....: BENEDICTO EMANUEL FERREIRA  
Êrgão Destino...: SEMAD/CA/PG  
Resumo.....: SOLICITANDO COPIA DE TODOS DE EDITAIS COM  
                  NTRATOS E ADITIVOS DAS EMPRESAS DE COLET  
Tipo Documento...: REQUERIMENTO  
Número Documento:

## ANEXO L

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SECRETÁRIO MUNICIPAL -  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA - PMV. - SEMMAM / GAB.

BENEDICTO EMMANOEL FERREIRA, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 083.939.157-91, CI 92690 IITP/ES, residente e domiciliado à Rua José Teixeira, nº 165, aptº 501, Edf. Saint Pierre, Praia do Canto, CEP 29.055-310, vem, respeitosamente, requerer à Vossa Excelência para que se digne de encaminhar aos setores competentes o presente questionário, de vital importância para o trabalho de dissertação que estou desenvolvendo junto à Universidade Federal de Santa Catarina, cujo tema se refere ao *gerenciamento, coleta e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbanos na cidade de Vitória*, deixando claro minha pretensão de destacar o bom trabalho realizado pelo município de Vitória.

Na expectativa de merecer sua atenção.

E. Deferimento.

Vitória-ES, 10 de abril de 2001



Benedicto Emanoel Ferreira

Mestrando em Direito

UFSC/UVV

SEMMAM / GAB

20/04/2001

foue - 99711231  
3152637  
2233502

Protocolado... 14020/2001 Data... 10/04/2001 Hora...  
Remetente... BENEDICTO EMMANOEL FERREIRA  
Ficha Destino... SEMMAM/GAB  
Resumo... ENCAMINHANDO A SEMMAM QUESTIONARIO PARA P  
RESPOSTA JUNTO E UFSC/UVV  
Tipo Documento... OFICIO  
Número Documento... 576

**QUESTIONÁRIO PARA CONHECER A SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO**

(todas as questões de ordem econômica estão em negrito para facilitar a composição de um orçamento)

**LEGISLAÇÃO (Capítulo VII)**

1. A Prefeitura sabe das responsabilidades quanto ao lixo, no âmbito municipal, estadual e federal, em sua cidade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Existe um Plano Estadual de Resíduos Sólidos em seu Estado? Sim — Não —. Em caso afirmativo, como se enquadra o seu município? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Existe um Inventário Estadual de Resíduos Sólidos em seu Estado? Sim — Não —. Em caso afirmativo, como seu município está classificado? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Existe um Plano Diretor Regional de Resíduos Sólidos que abranja seu Município? Sim — Não —. Em caso afirmativo, como as soluções definidas para seu município estão sendo cumpridas? Caso não estejam sendo cumpridas, por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Seu município tem um Plano Diretor? Sim — Não —. Em caso afirmativo, como o lixo municipal está contemplado neste Plano? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Seu município tem um Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos? Sim — Não —. Em caso afirmativo, ele está sendo cumprido? Caso não esteja sendo cumprido, por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**LEGISLAÇÃO/DISPOSIÇÃO/PROCESSAMENTO (Capítulos VII, V e IV)**

1. Seu município já sofreu alguma sanção, por parte do Poder Público Estadual, sobre sua disposição de lixo? Em caso afirmativo, quais as medidas tomadas? \_\_\_\_\_

2. Quais os documentos necessários para aprovação, por parte da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, de um local onde será feito o novo Aterro Sanitário ou Usina de Tratamento? \_\_\_\_\_

Quanto isto vai custar para a Prefeitura? \_\_\_\_\_ Quanto tempo, em média, será necessário para ser aprovado pelo órgão estadual? \_\_\_\_\_

**LEGISLAÇÃO/ÁGUA (Capítulo VII)**

1. O lixo, em seu município, está poluindo os recursos hídricos da região/bacia hidrográfica (rios, lagos, lagoas, poços, nascentes e água subterrânea)? Sim — Não —. Em caso afirmativo, como? \_\_\_\_\_

2. Existe uma Política Estadual de Recursos Hídricos em seu Estado? Sim — Não —. Em caso afirmativo, seu Estado já foi dividido em UGRHs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos? Em que Bacia Hidrográfica seu município se localiza? \_\_\_\_\_

3. Já existem Comitês de Bacias formados em seu Estado? Sim — Não —. Em caso positivo, seu município já está representado em seu respectivo Comitê? Sim — Não —

**SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E/OU COLETA DE LIXO (Capítulos II e III)**

1. Quais os tipos de lixo produzidos no município?

domiciliar: — público: — comercial: — de serviços de saúde: — agrícola: — industrial: — porto: — aeroportos: — terminais rodoviários: — terminais ferroviários: — entulho: —

2. Quanto de cada tipo de lixo é gerado em seu município?

domiciliar	_____ l/dia	agrícola	_____ l/dia
público	_____ l/dia	industrial	_____ l/dia
comercial	_____ l/dia	terminais ferroviários	_____ l/dia
aeroportos	_____ l/dia	terminais rodoviários	_____ l/dia
portos	_____ l/dia	entulho	_____ l/dia
serviços hospitalares e de saúde _____ kg/dia			

3. Quais os tipos de lixo que a Prefeitura ou empresa contratada coleta? \_\_\_\_\_

4. O município cobra pelo serviço de limpeza urbana e/ou coleta de lixo? Sim — Não — . Em caso positivo, qual a forma de cobrança?

Taxa específica _____	Tarifa por serviços especiais _____
Taxa junto com o IPTU _____	Outra _____

5. Qual o percentual do Orçamento Municipal destinado aos serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo? Até 5% \_\_\_\_\_ Entre 5% e 10% \_\_\_\_\_ Entre 10% e 15% \_\_\_\_\_ Entre 15% e 20% \_\_\_\_\_ Mais de 20% \_\_\_\_\_

6. Quanto a Prefeitura gasta com os serviços de limpeza pública e/ou de coleta e transporte do lixo domiciliar? \_\_\_\_\_/mês. Quanto a Prefeitura gasta com outros serviços de coleta e transporte \_\_\_\_\_/mês? Total \_\_\_\_\_/mês.

7. Qual o percentual de domicílios do seu município tem o lixo coletado? \_\_\_\_\_%

8. Qual a composição do lixo domiciliar coletado?

_____ % matéria orgânica	_____ % papel	_____ % vidro	_____ % plástico
_____ % metal _____ % outros quais? _____			

### COLETA, VARRIÇÃO E CAPINA (Capítulo III)

1. Existe varrição das vias públicas? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_ Qual é o número de pessoas envolvidas no serviço? \_\_\_\_\_ Qual é o custo deste serviço? \_\_\_\_\_ /mês

2. Existe capina das vias públicas? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_ Qual é o número de pessoas envolvidas neste serviço? \_\_\_\_\_ Qual é o custo deste serviço? \_\_\_\_\_ /mês

3. Existe limpeza de bueiros? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_ Qual é o número de pessoas envolvidas no serviço? \_\_\_\_\_ Qual é o custo deste serviço? \_\_\_\_\_ /mês

4. Existe limpeza de praias? \_\_\_\_\_ Com que frequência? \_\_\_\_\_ Qual é o número de pessoas envolvidas no serviço? \_\_\_\_\_ Qual é o custo deste serviço? \_\_\_\_\_ /mês

5. Existe algum outro tipo de serviço de limpeza? Qual? \_\_\_\_\_  
(frequência, número de pessoas envolvidas, custo/mês)

6. Custo total destes serviços \_\_\_\_\_ /mês

### ESTACÃO DE TRANSFERÊNCIA (Capítulo III)

1. Existe estação de transferência? \_\_\_\_\_ Em caso positivo, qual é a quantidade de lixo transferido? \_\_\_\_\_ Qual é o custo desta operação? \_\_\_\_\_ /mês

### DESTINO E QUANTIDADE DO LIXO COLETADO (Capítulo V)

1. Onde se dá a destinação final do lixo municipal? (use o mapa do município para localizar esta(s) área(s)). \_\_\_\_\_

2. Como é feito o controle da quantidade de lixo a ser destinado?

Pesado em balança? \_\_\_\_\_ Outro? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

3. Assinale abaixo onde é feita a destinação?

Vazadouro a céu aberto	_____	quantos?	_____
Vazadouro em áreas alagadas	_____	quantos?	_____
Aterro controlado	_____	quantos?	_____
Estação de compostagem	_____	quantas?	_____
Estação de triagem para reciclagem	_____	quantas?	_____
Incineração	_____	quantos?	_____
Despejo em local não-convencional	_____	quantos?	_____
Outro	_____	quantos?	_____
Total	_____		

4. Quem é(são) o(s) proprietário(s) da(s) área(s) utilizada(s) para a disposição final dos resíduos?  
 Prefeitura \_\_\_\_\_ Entidade prestadora do serviço \_\_\_\_\_ Particular \_\_\_\_\_ Outro \_\_\_\_\_

Qual o custo destas áreas para a Prefeitura? \_\_\_\_\_ /mês

5. Onde fica(m) o(s) local(ais) de destinação do lixo?

Dentro do perímetro urbano: próximo a residências — próximo a áreas de proteção ambiental —  
 outras áreas —

Fora do perímetro urbano: próximo a residências — próximo a áreas com atividade agrícola/  
 pecuária — próximo a áreas de proteção ambiental — outras áreas —

6. Quanto a Prefeitura gasta com os serviços de destinação final do lixo (excluindo os serviços de limpeza pública e/ou coleta e transporte)? \_\_\_\_\_ /mês (incluir todos os custos, como mão-de-obra, manutenção, operação, energia, combustíveis, etc.).

#### ENTULHO (Capítulo IV - Parte 7)

1. Existe coleta de entulhos e de bens móveis inservíveis? Sim — Não —

2. Qual a quantidade coletada? \_\_\_\_\_ l/mês

3. Deste total, quanto é coletado pela Prefeitura \_\_\_\_\_ /mês. Quanto é coletado por Empresas Privadas? \_\_\_\_\_ /mês

4. Qual o destino do entulho? Mesmo local usado pela Prefeitura para o lixo municipal \_\_\_\_\_  
Estação de reciclagem \_\_\_\_\_ Outro \_\_\_\_\_

5. Existe fiscalização por parte da Prefeitura sobre o entulho coletado por Empresas Privadas?  
Sim — Não —

Obs.: Coloque no mapa do município todo(s) o(s) local(is) de disposição do entulho

#### **COLETA E DESTINO FINAL DO LIXO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (Capítulo IV - Parte 10)**

1. A Prefeitura coleta este tipo de lixo? Sim — Não —

2. Em caso positivo, em que tipo de veículo? Em veículo destinado a coletar exclusivamente lixo das unidades de saúde e hospitalares — Em veículo destinado a coletar lixo comum —  
Outro — Qual? \_\_\_\_\_

3. Como é feito o tratamento do lixo nas unidades de saúde?

Incinerador — Queima a céu aberto — Microondas — Forno — Autoclave —  
Outra — Qual? \_\_\_\_\_ Não existe tratamento —

4. Como é feita a destinação deste tipo de lixo?

Para o mesmo local dos demais tipos de lixo? Vazadouro — Aterro —

Ou para aterro de resíduos especiais: próprio — de terceiros — outra destinação \_\_\_\_\_

5. Qual é o custo de todo este serviço para a Prefeitura? \_\_\_\_\_ /  
mês (procure conhecer o custo de cada etapa: coleta/transporte/tratamento/destino final).

### INFORMAÇÕES SOBRE CATADORES DE LIXO (Capítulo IV, Parte 1)

1. A Prefeitura tem conhecimento sobre a presença de catadores na(s) unidade(s) de destino final do lixo?

Sim — Total — — — —; Até 14 anos — — — — Maior de 14 anos — — — — Não — — — —

2. Existe algum trabalho social desenvolvido com os catadores?

Não — Sim — Qual? Cadastro em unidades de destino final e encaminhamento a postos de trabalho — — — — Encaminhamento a programas de coleta seletiva em postos de trabalho e renda — — — — Organização social de catadores (cooperativas, associações, etc.) — — — —

Outros — — — — Qual? — — — —

3. Os catadores são ligados a cooperativas ou associações? Sim — Não —

4. Existem residências sobre os lixões? Sim — Não —

5. Qual o número estimado de pessoas que residem sobre os lixões?

Até 14 anos — — — — Maior de 14 anos — — — — Total — — — —

### INFORMAÇÕES SOBRE DISTRITOS/BAIRROS COM SERVIÇO DE LIMPEZA E/OU COLETA DE LIXO (Capítulo III)

1. Utilizando um mapa do município, procure identificar em cada distrito/bairro os tipos de serviço que a Prefeitura executa:

Nome do distrito/bairro: — — — —

Natureza do Serviço:

Limpeza urbana	S — N —	Remoção de entulhos	S — N —
Coleta de Lixo	S — N —	Coleta de lixo especial	S — N —
Coleta Seletiva	S — N —	Tratamento e disposição final	S — N —
Reciclagem	S — N —		

2. Utilizando o mesmo mapa da questão anterior, identifique os locais de destino final do lixo

Nome do distrito/bairro: \_\_\_\_\_

Vazadouro a céu aberto S — N —

Vazadouro em áreas alagadas S — N —

Aterro controlado S — N —

Estação de compostagem S — N —

Estação de triagem para reciclagem S — N —

Incinerador S — N —

Despejo em local não-convencional S — N —

3. Existe serviço de atendimento ao público? Sim — Não —

4. Dos serviços solicitados, quais os de maior número de solicitações? \_\_\_\_\_

5. Qual a porcentagem de atendimento a estas solicitações? \_\_\_\_\_ %

6. Qual é a avaliação pela população dos serviços de Limpeza Pública?

Ótima — Boa — Regular — Péssima —

### COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO (Capítulo IV - Parte 1)

1. Existe coleta seletiva no município? Sim — Não —

2. Existe projeto para implantação de coleta seletiva?  
em planejamento — suspenso — não existe projeto —

3. De quem é a iniciativa do projeto e/ou implantação da coleta seletiva?

Prefeitura — ONG — Associações (bairros, condomínios, etc.) — Iniciativa privada —

4. Se for da Prefeitura, quantas pessoas trabalham neste serviço? \_\_\_\_\_

5. Número estimado de residências cobertas pela coleta seletiva \_\_\_\_\_
6. Número estimado de pessoas residentes cobertas pela coleta seletiva \_\_\_\_\_
7. Quantidade estimada de material reciclável coletado \_\_\_\_\_ /dia
8. Quais os materiais recuperados na coleta seletiva?  
papel — plásticos — vidros — metais (não-ferrosos e ferrosos) — outros —
9. Qual a área de abrangência da coleta seletiva?  
todo o município — bairros selecionados — somente o distrito sede —
10. Quem participa da coleta seletiva?  
residências — empresas — escolas — condomínios — igreja — projeto-piloto — outros —
11. A coleta seletiva está tendo continuidade? Sim — Não —
12. Qual o motivo da interrupção da coleta seletiva?  
falta de campanha de conscientização — falta de local adequado — outro motivo —
13. O que é feito com o material proveniente da coleta seletiva?  
comercialização — doação — permuta — outro \_\_\_\_\_
14. Como são aplicados os recursos provenientes da coleta seletiva?  
manutenção da coleta seletiva — atividades socioculturais — atividades assistenciais — atividades de produção — outras aplicações — não há aplicação específica \_\_\_\_\_
15. Qual é o principal receptor final da coleta seletiva?  
comerciantes de materiais reciclados — entidades beneficentes — indústrias recicladoras — depósitos/aparistas — outros — quem? \_\_\_\_\_
16. Houve campanha de esclarecimento/conscientização na coleta seletiva? Sim — Não —



17. Qual a participação da população na coleta seletiva? Boa — Regular — Com resistência —

18. Existe participação de catadores na coleta seletiva? Em cooperativas — Isolados — Não existe participação —

19. Qual o custo para Prefeitura da coleta seletiva —————/mês? (procure identificar custo com pessoal/equipamentos/operação e manutenção).

20. A Prefeitura sabe quanto do lixo coletado seletivamente (em quilos ou toneladas por dia ou mês) deixa de ir para o local de destinação final (lixão ou aterro)? —————

Procure responder às perguntas deste questionário por escrito e da forma mais detalhada possível. O resultado servirá como uma ferramenta para seu trabalho. Use o mapa do seu município para localizar e identificar todas as ações que estão sendo implementadas.

### PREVENDO A SITUAÇÃO FUTURA DO MUNICÍPIO

As perguntas abaixo só deverão ser respondidas se o Município não tiver um Plano Diretor Regional ou Municipal de Resíduos Sólidos.

1. Qual é a estimativa de crescimento do seu município para 5 anos? 10 anos? 15 anos? 20 anos? (aumento de população, aumento de área urbana, aumento de industrialização, etc.) —————

2. Qual deverá ser a quantidade de lixo a ser gerada no município daqui a 5, 10, 15 e 20 anos (em toneladas por dia, por mês e por ano)? —————

3. Quais são as principais metas do município para daqui a 5, 10, 15 e 20 anos com relação a:

3.1 Coleta e transporte? —————

3.2 Tratamento do lixo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.3 Disposição final:

O local ou locais para onde o lixo é destinado hoje terá espaço suficiente para receber o lixo no futuro? Sim — Não — Em caso afirmativo, por quanto tempo? \_\_\_\_\_

3.4 Qual a situação do município em relação a:

A. Novos locais para a destinação do lixo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

B. Recuperação de áreas contaminadas por lixões? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

C. Programas de Educação e Conscientização Ambiental? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

D. Ações regionais (programas com municípios vizinhos)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO M

EXCELENTÍSSIMO SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DA PMV – SEMMAM/GAB.

BENEDICTO EMMANOEL FERREIRA, brasileiro, casado, professor universitário, C.P.F. 083.939.157-91, CI 92.690 IIPT/ES, residente e domiciliado à Rua José Teixeira nº 165, aptº 501, Edif. Saint Pierre, Praia do Canto, CEP: 29.055-310, Vitória-ES, vem requerer a Vossa Excelência para que se digne de solicitar aos setores competentes para que respondam de forma oficial aos quesitos arrolados em folhas anexas (docs. 1 e 2)

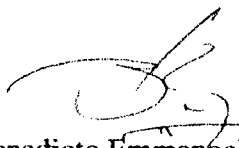
Esclarece que as respostas serão utilizadas em trabalho de dissertação de Mestrado, que o requerente defenderá no mês de Agosto/01, junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o que comprova pela Declaração assinada pelo Professor Orientador Doutor Christian Guy Caubet ( doc. 3).

Aproveita a oportunidade para informar que o tema da sua dissertação é : *“A Fiscalização e a Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos no Município de Vitória (ES).”*, deixando claro que a sua pretensão é a de realizar um trabalho que destaque o bom desempenho do Município de Vitória, com relação ao tema.

Contando com a V. cooperação e compreensão, na expectativa de ser atendido o mais breve possível.

P. Deferimento.

Vitória-ES, 24 de julho de 20001.

  
Benedicto Emanoel Ferreira  
Mestrando em Direito UFSC

RECEBIDO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS  
25/07/2001  
BENEDICTO EMMANOEL FERREIRA

## QUESITOS

### OS DADOS DEVERÃO SER RELATIVOS AO ANO DE 1999.

1. Quanto de cada tipo de lixo domiciliar urbano foi gerado no Município.  
Discriminar tipos e quantidades ton./dia?
2. Qual a composição do lixo domiciliar urbano coletado no Município?  
Discriminar tipos e quantidades percentuais.
3. Qual o número de pessoas envolvidas nos serviços: de varrição, capina, limpeza de bueiros, de praias e outros?
4. Qual a quantidade de lixo domiciliar urbano transferido?
5. Onde se dá a destinação final do lixo municipal? (Favor juntar mapa da localização).
6. Como ocorre a fiscalização da prática da coleta e da destinação final do lixo domiciliar urbano? (favor descrever com a maior quantidade de dados possível).
7. Como se processa a fiscalização da execução do Contrato de Serviços? (Favor descrever com a maior quantidade de dados possível).
8. Existem ou existiram ações fiscais e/ou penalidades propostas contra a Contratada, prestadora de serviços de coleta e destinação final do lixo domiciliar urbano, por atos omissivos/comissivos, ou outros, no período da vigência do Contrato?

9. A execução do contrato de serviços está sendo feita de forma compatível com o Código de Posturas Municipal e do Meio Ambiente?
10. Qual a estimativa da geração diária de lixo domiciliar urbano “per capita” no Município?



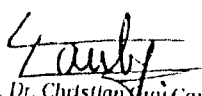
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO  
Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476  
88040/900 - Florianópolis - SC  
Fone : (048) 331-9287 Fax (048) 331-9733  
E-mail: pgdir@ccj.ufsc.br

### D E C L A R A Ç Ã O

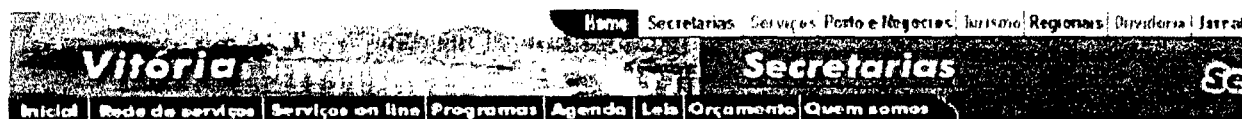
Declaro, para os devidos fins, que Benedicto Emmanoel Ferreira é aluno regularmente inscrito no Curso de Pós-Graduação em Direito desta Universidade a nível de Mestrado, tendo concluído com aproveitamento as disciplinas oferecidas pelo curso, encontrando-se, no momento, em fase de elaboração da Dissertação. E, por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Florianópolis, 15 de maio de 2001



  
Prof. Dr. Christian Vinícius Coubet  
Coordenador CPGT/CCJ/UFSC

## ANEXO N



## Ações permanentes

## 1. Departamento de Limpeza Pública

**Coleta de Resíduos Domiciliares**

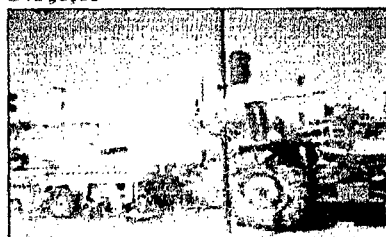
(diária, diurna e noturna, exceto aos domingos)  
- Coleta dos resíduos produzidos pela população de Vitória em todos os bairros, realizada de segunda a sábado, em rotas e horários específicos e pontuais por caminhões compactadores, destinados para esse serviço.

Divulgação

**Coleta de Resíduos Especiais**

(diária, diurna e noturna, exceto aos domingos)  
- Coleta dos resíduos sólidos da construção civil, em encostas de difícil acesso, áreas verdes, hospitalares, varrição e outros serviços. É a coleta que depende de manuseio e técnicas especiais para a sua destinação, e que não pode estar junto aos resíduos comuns da coleta tradicional.

Divulgação

**Varrição de vias públicas**

(diária, diurna e noturna, exceto aos domingos) - Limpeza dos logradouros públicos realizada pelos garis da Prefeitura, com varrição e recolhimento dos resíduos. Há também a varrição mecanizada com equipamento de limpeza acionado por um trator que varre as principais avenidas da cidade.

**Manutenção de vias e logradouros públicos**

(diária, diurna) - Serviços de capina, roçado, raspagens, remoção de resíduos em geral e cobertura em eventos.

**Lavagem de vias públicas** - Lavagem de calçadas, praças, feiras livres, escadarias e mercados com caminhões-pipas de alta pressão.

**Aterro Sanitário** - Destinação final dos resíduos sólidos, dentro das normas e técnicas sanitárias.

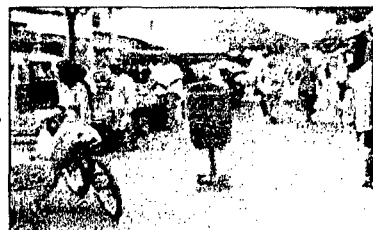
**Ligue-Lixo 1531** (Plantão 24 horas) - Atendimento ao munícipe para informação, reclamação e instrução do sistema de limpeza pública. Disponível on-line.

## 2. Departamento de Serviços

**Manutenção de Praças e Canteiros Centrais** - Fabricação, reforma e conservação de equipamentos comunitários (brinquedos, grades, etc.), bem como manutenção dos canteiros centrais das avenidas.

Divulgação

**Administração de Feiras** - A cidade de Vitória conta com 13 feiras livres sob a administração da Prefeitura na fiscalização, limpeza e cadastramento dos feirantes, em diversos bairros da Cidade: República (terça), Itararé (quarta), Santo Antônio (quarta), Praia do Canto (quinta), Santa Lúcia (sexta), Jardim Camburi (sexta), Jardim da Penha (sábado), Caratoira (sábado), Maria Ortiz (sábado), São Pedro (sábado), Santa



Martha (domingo), Maruípe (domingo) e Gurigica (domingo).

**Administração de Mercados** - A Prefeitura administra dois mercados públicos, o Mercado da Vila Rubim, localizado no bairro de mesmo nome, e o Mercado de São Sebastião, instalado em Jucutuquara. A Prefeitura promove a fiscalização, limpeza e cadastramento dos comerciantes nesses estabelecimentos.

Mercado de Vila Rubim passa por restauração

**Administração de Necrópoles** - A cidade de Vitória possui dois Cemitérios sob a Administração da Prefeitura. O de Santo Antônio, com cerca de 6 mil sepulturas perpétuas e o de Maruípe, com cerca de 12 mil sepulturas temporárias.

**Serviço de Fiscalização da Limpeza Pública** - Responsável pela fiscalização da limpeza pública da Cidade, como a disposição clandestina de lixo em terrenos baldios e nas vias públicas fora dos horários de coleta. Tem ação imediata, integrada ao sistema Lig Lixo - 1531 com Rádio Comunicação.

### 3. Departamento de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

**Usina de Triagem e Compostagem de Lixo** - Recepção e triagem de resíduos sólidos, classificação e vendas de materiais recicláveis para indústrias recicladoras (plásticos, papéis, papelões, metais, vidros), produção de composto orgânico, atende à demanda da administração municipal.

### 4. Comissão Permanente de Licitação - CPL

Visa selecionar empresas através de licitação para a prestação de serviços à Prefeitura Municipal de Vitória.

Veja os editais que estão em vigor



Prefeitura de Vitória  
Espírito Santo



## ANEXO O



## Semurb recolhe 110t/mês de RSS

A Prefeitura de Vitória, por intermédio da Semurb, recolhe mensalmente cerca de 110 toneladas de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), e mantém para todos os estabelecimentos de saúde do município a coleta, o transporte e a destinação final do lixo hospitalar.

Nos serviços e na coleta, executados por profissionais capacitados, são utilizados equipamentos especiais, como minicoletor compactador, veículos de pequeno porte (furgão), e caixa compactadora eletrohidráulica, conforme determinam o Código de Limpeza Pública (Lei Municipal nº 5.086/00), os decretos municipais nº 8.531/91 e 8.611/91 e a Resolução Conama 05/93.



Veículo utilizado na coleta

Todo o material recolhido na Capital é depositado em vala séptica, construída em aterro sanitário, licenciado para tal finalidade. As 110 toneladas de RSS, geradas em 307 pontos, estão distribuídas entre 17 hospitais, 36 laboratórios, 67 clínicas médicas, 65 consultórios odontológicos, 72 farmácias e drogarias, 10 clínicas veterinárias e em outros 40 estabelecimentos.

Os hospitais, clínicas, centros médicos e estabelecimentos de maior porte, geradores de grande quantidade do lixo hospitalar são orientados a manter locais apropriados para o armazenamento e apresentação do RSS para a coleta externa.

Já os edifícios comerciais ou mistos, que comportam consultórios médicos, adotam o sistema de coleta interna com aquisição de contentores para uso comum, de cor branca, com capacidade e simbologia adequadas.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é o órgão federal que disciplina a matéria e está elaborando legislação mais abrangente sobre o tema. (Solange Forrechi)

## Quadro de legislação para consulta

Resolução Conama 05/93	Classificação dos RSS
NBR 12.807 e 12.808	Se baseiam no princípio da segregação na fonte enquanto instrumento de minimização de riscos e quantitativos.
NBR 12.809	Estabelece o <i>modus operandi</i> das etapas do gerenciamento intra unidade.
NBR 12.810	Estabelece as condições afetas a oferta e ao uso de equipamentos de proteção individual-EPI, características da frota empregada na coleta desses resíduos.

NBR 9.191	Normaliza sacos plásticos para acondicionamento de lixo.
Resolução CNEN NE 6.05	Estabelece o gerenciamento dos rejeitos radioativos.
NBR 10.004	Classifica os resíduos sólidos (ver resíduos químicos perigosos)
Lei n.º 5.086/00	Código Municipal de Limpeza Pública
Decreto Municipal n.º 8.531/91	Normas de seleção, acondicionamento, disposição para coleta, coleta e disposição final de resíduos gerados por estabelecimentos de serviços de saúde.
Decreto Municipal n.º 8.611/91	Modifica o Decreto n.º 8.531/91.
<b>Fonte:</b> <i>Semurb</i>	



Prefeitura de Vitória  
Espírito Santo

## ANEXO P

# Seama embarga aterro sanitário em Cariacica

**A medida pode deixar oito municípios sem ter onde jogar o lixo que produzem**

JUSSARA BAPTISTA

Os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana, na Grande Vitória, e Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina e Linhares, no interior do Estado, não têm onde depositar o lixo doméstico, comercial e hospitalar, coletado diariamente, depois que a Secretaria Estadual para Assuntos de Meio Ambiente (Seama) embargou o aterro sanitário da empresa Marca Construtora e Serviços, numa área de 48 mil metros quadrados, na BR 101, km 282, em Nova Rosa da Penha, Cariacica.

As consequências do ato da Seama, de acordo com os municípios que usavam o espaço da Marca para depósito dos resíduos, podem ser graves e incluem até a possibilidade de decretação de estado de calamidade pública nas cidades.

Além disso, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) alerta para a proliferação de doenças

como dengue, raiva animal, leptospirose, entre outras, caso o acúmulo de lixo se concretize nas ruas dos municípios.

"Foi um ato irresponsável", disse o secretário de Meio Ambiente de Vitória, Jarbas de Assis Ribeiro, que já acionou a Justiça para derrubar a liminar.

O secretário Estadual de Meio Ambiente, Almir Bressan, cassou, na última segunda-feira, a licença de operação da empresa Marca, na Rodovia do Contorno. O motivo, de acordo com ele, foi o fato de a empresa ter depositado lixo hospitalar em célula sem licença.

Segundo Bressan, a empresa descumpriu a legislação e estaria tendo problemas para fazer o transbordamento dos resíduos hospitalares e, por esse motivo, já foi notificada quatro vezes. De acordo com Bressan, a parte hospitalar do aterro foi embargada, mas como a empresa desobedeceu, foi embargada novamente.

"Desde fevereiro, com o aumento da absorção de lixo, a empresa deixou de ser exemplar, pois não atualizou a maneira de processar os dejetos".

Ele afirmou ainda que só vai retirar o embargo quando a empresa fizer as adequações e assinar um termo de ajustamento

de conduta junto ao Ministério Público, a Prefeitura de Cariacica e a Seama, para evitar qualquer risco de dano ambiental.

No final da tarde de ontem, Bressan se reuniu com técnicos da Seama, representantes do Ministério Público e responsáveis pela coleta de lixo de Vitória e Vila Velha.

Segundo o coordenador de controle ambiental da Seama, João Carlos Abdou, o embargo foi mantido e a secretaria está estudando uma forma de os municípios não serem prejudicados. "Ainda não foi decidida a alternativa para depositar o lixo", disse.

## ANEXO Q

# Câmara de Cariacica aprova lei do lixo no município

A Câmara de Cariacica aprovou, na noite de ontem, o projeto de lei 055/2001, de autoria de 19 vereadores da Casa. Se for sancionada pelo prefeito Aloizio Santos, a legislação impedirá que outras prefeituras depositem resíduos domiciliares e hospitalares no aterro sanitário da empresa Marca, localizado em Nova Rosa da Penha.

O projeto, que foi aprovado por unanimidade pelos 21 vereadores, havia sido retirado da pauta de votação, na última terça-feira, e encaminhado para análise da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

## Parecer

Segundo o presidente da Comissão, vereador Miguel Rodrigues (PT), o texto foi considerado pertinente. "Não discutimos os aspectos legais.

Nosso parecer foi favorável porque concordamos que a diminuição do volume de lixo no município é benéfico para a população", afirmou.

Para Rodrigues, ainda no dia de hoje, o projeto será encaminhado para o gabinete do prefeito, que ficará responsável por possível veto ou sanção da lei.

Se entrar em vigor, as prefeituras de Vitória, Vila Velha e Viana, na Grande Vitória, Santa Leopoldina, Domingos Martins e Marechal Floriano, no interior do Estado, terão que encontrar uma nova forma para a destinação final dos resíduos.

No artigo segundo da lei, está especificado que ficará proibido o depósito de lixo hospitalar, químico e tóxico proveniente de outros municípios da região metropolitana e do inte-

rior do Estado, admitindo apenas o depósito de detritos produzidos em Cariacica.

## Recurso

O diretor do aterro sanitário Marca, Harlem Ribeiro, disse ontem que vai aguardar o projeto de lei ser sancionado para tomar alguma providência.

De acordo com ele, a empresa tem licença de operação da própria prefeitura do município e da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama). "Temos um direito adquirido, que não pode ser retirado dessa forma".

Harlem afirmou que deixará de faturar, com a quebra de contrato com as seis prefeituras, cerca de R\$ 300 mil. Além disso, ele voltou a afirmar que as cidades serão prejudicadas, pois não terão onde colocar os resíduos.

## ANEXO R

### TC recebe relatório da CPI do Lixo

O Tribunal de Contas do Estado (TCES) e o prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) receberam ontem à tarde o relatório final da CPI do Lixo, no qual os vereadores apontaram 52 irregularidades, entre elas "o pagamento a maior entre maio/2000 e janeiro/01 de R\$ 1.735.946,85 pela prestação do serviço de coleta de lixo". Além disso, vereadores afirmam que detectaram uso de R\$ 1.833.990,24 devido a falhas no edital, totalizando R\$ 3.568.937,09 de gastos que seriam "desnecessários".

Além de ter sido encaminhado oficialmente ao prefeito, o relatório da CPI do Lixo – que teve como finalidade apurar denúncias de irregularidades no processo licitatório e contrato de R\$ 53.897.404,14 – também foi enviado ao conselheiro do (TCES), Marcos Madureira, e ao vice-presidente do Tribunal e relator das contas do prefeito, Valci Ferreira.

O relatório também identificou na licitação a habilitação de firma com documentação falsa – embora não tenha sido a ganhadora da concorrência. Numa vistoria no lixo constatou-se que a balança que fazia a pesagem do lixo não funcionava e que tudo, inclusive apontamentos de obras trabalhadas, era feito manualmente.

#### Documentos

Os vereadores destacaram também "a omissão" da remessa, pela Prefeitura de Vitória, de documentos "imprescindíveis" à análise, entrega de grande volume de documentos e cinco mil cópias xerox desnecessárias, além do envio em duplicidade de inúmeros outros documentos.

O relatório registra a infração ao art. 90 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações) no que se refere ao princípio de publicidade, tornando passível de nulidade todos os atos cometidos na licitação dos serviços de coleta de lixo.

A Prefeitura de Vitória está sendo investigada por outras duas CPIs. A CPI da Lama – destinada a apurar irregularidades no serviço de limpeza de fossas e galerias –, onde já foram identificados documentos falsos na certificação técnica que ganhou a concorrência; e a CPI das Merendeiras, criada para investigar irregularidades na contratação de auxiliares de cozinha. A reportagem de A GAZETA não conseguiu, ontem à noite, contato com a assessoria da Prefeitura. (AJB)